Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor de Tecnologia
Curso de Arquitetura e Urbanismo

ELIARA BECK SOUZA

DIRETRIZES PARA PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DA COLÔNIA MARIENTAL - LAPA, PR

CURITIBA

2011

ELIARA BECK SOUZA

DIRETRIZES PARA PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DA COLÔNIA MARIENTAL - LAPA, PR

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA040) como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

ORIENTADOR(A):
Profa. Dra. Juliana Harumi Suzuki

CURITIBA
2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

Orientador(a): *Profa. Dra. Juliana Harumi Suzuki*

Examinador(a): *Prof. Msc. Artur Renato Ortega*

Examinador(a): *Prof. Esp. José La Pastina Filho*

Monografia defendida e aprovada em:

Curitiba, 28 de junho de 2011.

Dedico este trabalho a minha família, especialmente a minha mãe Miriam.

Agradeço à professora e orientadora Juliana Harumi Suzuki pela orientação e motivação. Ao professor José La Pastina Filho pela amizade e encorajamento ao longo dos anos, assim como aos colegas de trabalho do IPHAN-PR. A todos que me acompanharam.

RESUMO

O presente estudo explora a noção de paisagem aliada à preservação do patrimônio cultural, subsisidando proposta que será elaborada em um segundo momento para preservação da paisagem cultural da Colônia Mariental, fundada em 1878 por russo-alemães no distrito de mesmo nome do município da Lapa, PR. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e webgráfica e levantamentos em campo e entrevistas. O trabalho se estrutura em quatro partes: (i.) conceituação temática da categoria paisagem cultural, aplicada na preservação do patrimônio nos níveis internacional, nacional e estadual; (ii.) análise de casos correlatos exemplificando as abordagens possíveis; (iii.) interpretação da realidade, envolvendo aspectos institucionais, sócio-econômicos, físico-naturais, históricos e paisagísticos, além de Inventário de Conhecimento dos bens arquitetônicos do fim do século XIX e início do século XX; (iv.) definição de diretrizes gerais.

Palavras chave: Paisagem Cultural. Patrimônio Cultural. Colônia Mariental. Lapa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 2.1 - FORMAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NA VISÃO DE SAUER..... 15
FIGURA 2.2 - FORMAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NA VISÃO DE VIDAL LA BLACHE..... 17
FIGURA 2.3 - FORMAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NA VISÃO DE BERQUE..... 21
FIGURA 2.4 - CRITÉRIOS CULTURAIS PARA INSCRIÇÃO DO BEM NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL ATÉ 2005..... 25
FIGURA 2.5 - CRITÉRIOS NATURAIS PARA INSCRIÇÃO DO BEM NA LISTA PATRIMÔNIO MUNDIAL ATÉ 2005..... 25
FIGURA 2.6 - TERRAÇOS DE ARROZ NAS CORDILHEIRAS FILIPINAS..... 26
FIGURA 2.7 - CLASSIFICAÇÃO DAS PAISAGENS CULTURAIS PELA UNESCO..... 27
FIGURA 2.8 - VALORES TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS NA PAISAGEM CULTURAL URBANA..... 29
FIGURA 2.9 - PROCESSO DE GESTÃO…… 30
FIGURA 2.10 - DISTRIBUIÇÃO DE PAISAGENS CULTURAIS…… 31
FIGURA 2.11 - PROPRIEDADE RURAL EM SANTA CATARINA..... 38
FIGURA 2.12 - ELESBÃO, AMAPÁ..... 38
FIGURA 2.13 - CAMOCIM, CEARÁ…… 38
FIGURA 2.14 - PARQUE VILA VELHA, PARANÁ…… 39
FIGURA 2.15 - ORLA MARÍTIMA DE MATINHOS, PARANÁ..... 40
FIGURA 2.16 - XV DE NOVEMBRO, CURITIBA, ANTES DA EXECUÇÃO DO CALÇADÃO..... 41
FIGURA 2.17 - EXECUÇÃO DO CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO, CURITIBA..... 41
FIGURA 2.18 - CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO, CURITIBA..... 42
FIGURA 2.19 - CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO, CURITIBA..... 42
FIGURA 2.20 - SERRA DO MAR, PARANÁ..... 43
FIGURA 3.1 - VAL D'ORCIA, TOSCANA, ITÁLIA…… 47
FIGURA 3.2 - ELEMENTOS NATURAIS DE VAL D'ORCIA, TOSCANA, ITÁLIA..... 47
FIGURA 3.3 - ELEMENTOS NATURAIS DE VAL D'ORCIA, TOSCANA, ITÁLIA..... 47
FIGURA 3.4 - PROPRIEDADE RURAL DE VAL D'ORCIA, TOSCANA, ITÁLIA..... 48
FIGURA 3.5 - ALEGORIA DO MAU GOVERNO POR AMBROGIO LORENZETTI..... 49
FIGURA 3.6 - ALEGORIA DO BOM GOVERNO POR AMBROGIO LORENZETTI..... 49
FIGURA 3.7 - VALE DE VIÑALES, PINAR DEL RÍO, CUBA..... 52
FIGURA 3.8 - PLANTAÇÕES DE TABACO NO VALE DE VIÑALES..... 53
FIGURA 3.9 - PROPRIEDADE RURAL NO VALE DE VIÑALES..... 54
FIGURA 3.10 - PROPRIEDADE RURAL EM INDAIAL..... 57
FIGURA 3.11 - PRIMEIRAS COLÔNIAS EM SANTA CATARINA..... 58
FIGURA 3.12 - PROPRIEDADES RURAIS EM POMERODE…….. 60
FIGURA 3.13 - PROPRIEDADES RURAIS EM POMERODE…… 60
FIGURA 3.14 - IGREJA EM CONJUNTO RURAL EM POMERODE..... 61
FIGURA 3.15 - COLÔNIAS RUSSO-ALEMÃS NO PARANÁ..... 64
FIGURA 4.1 - MAPA DE ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA LAPA..... 68
FIGURA 4.2 - PERÍMETRO URBANO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL 2.428/2010..... 66
FIGURA 4.3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA DA LAPA..... 67

FIGURA 4.4 - PERFIL GEOLÓGICO ORIENTADO DE SW PARA NE ENTRE O MORRO DO MONGE (a) E POUCO ALÉM DE MARIENTAL (b) COM EXTENSÃO DE 22 KM..... 69
FIGURA 4.5 - MANIFESTO DE CATARINA II DA RÚSSIA, PUBLICADO EM 1763..... 75
FIGURA 4.6 - MAPA DAS COLÔNIAS ALEMÃS NO BAIXO VOLGA, RÚSSIA, COM DESTAQUE PARA MARIENTAL (TONKOSCHUROWKA)..... 77
FIGURA 4.7 - CASAS RUSSO-ALEMÃS NA REGIÃO DO BAIXO VOLGA, RÚSSIA..... 78
FIGURA 4.8 - CASAS RUSSO-ALEMÃS NA REGIÃO DO BAIXO VOLGA, RÚSSIA..... 78
FIGURA 4.9 - FAMÍLIA TEIDER (TETER)……..... 81
FIGURA 4.10 - FAMÍLIAS COLONIZADORAS DE MARIENTAL……..... 82
FIGURA 4.11 - SOBRADO COLONIAL DA FAZENDA PACHECO..... 83
FIGURA 4.12 - CAPELA DE MARIENTAL..... 84
FIGURA 4.13 - CARROÇÕES RUSSO-ALEMÃES…… 84
FIGURA 4.14 - POSTAL DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO..... 86
FIGURA 4.15 - CONJUNTO DA CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, IGREJA DE MESMO NOME E ESCOLA..... 87
FIGURA 4.16 - FOTOGRAFIA MAIS ANTIGA DE MARIENTAL SEGUNDO MÜLLER (2003) RUA PROFESSOR CARLOS WEIL EM ANO DESCONHECIDO..... 89
FIGURA 4.17 - EDIFICAÇÃO DO LOTE 03..... 89
FIGURA 4.18 - EDIFICAÇÃO DO LOTE 04..... 89
FIGURA 4.19 - RUA PROFESSOR CARLOS WEIL EM 1928..... 90
FIGURA 4.20 - EDIFICAÇÃO DO LOTE 04..... 91
FIGURA 4.21 - EDIFICAÇÃO DO LOTE 06..... 91
FIGURA 4.22 - CAPELA EM 1928..... 91
FIGURA 4.23 - SOBRADO EM 1928..... 91
FIGURA 4.24 - EDIFICAÇÕES NO SETOR HISTÓRICO DA LAPA..... 91
FIGURA 4.25 - EDIFICAÇÕES NO SETOR HISTÓRICO DA LAPA..... 91
FIGURA 4.26 - VISTAS DA RUA PROFESSOR CARLOS WEIL..... 93
FIGURA 4.27 - VISTAS DA RUA PROFESSOR CARLOS WEIL..... 93
FIGURA 4.28 - VISTA DA BR-476..... 93
FIGURA 4.29 - CEMITÉRIO DE MARIENTAL..... 94
FIGURA 4.30 - MODELAGEM DO TERRENO DO VALE AO SUL DA COLÔNIA..... 94
FIGURA 4.31 - VALE AO SUL DA COLÔNIA..... 95
FIGURA 4.32 - REMANESCENTES DA FLORESTA DE ARAUCÁRIA LIMITADOS POR CAMPOS..... 96
FIGURA 4.33 - JARDINS DO LOTE 02..... 96
FIGURA 4.34 - JARDINS DO LOTE 25..... 96
FIGURA 4.35 - MAPA DE MARIENTAL..... 98
FIGURA 5.1 - EDIFICAÇÃO EXISTENTE EM 1999 QUE FOI DEMOLIDA..... 157
FIGURA 5.2 - IMAGEM DE SATÉLITE EM [2003]..... 157
FIGURA 5.3 - IMAGEM DE SATÉLITE EM 2011..... 157

LISTA DE TABELAS

TABELA 4.1	- POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL DO MUNICÍPIO DA LAPA (1970-2010).....	71
TABELA 4.2	- TAXAS DE CRESCIMENTO URBANA, RURAL E TOTAL DO MUNICÍPIO DA LAPA (1970-2000).....	71
TABELA 4.3	- ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARIENTAL.....	72
TABELA 4.4	- ESGOTO SANITÁRIO EM MARIENTAL.....	72
TABELA 4.5	- TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL..... 13
2.1 PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL..... 24
2.2 PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO NACIONAL..... 34
2.3 PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO ESTADUAL..... 39
3 ANÁLISE DE CASOS CORRELATOS..... 44
3.1 VAL D'ORCIA, TOSCANA, ITÁLIA..... 46
3.2 VALE DE VIÑALES, PINAR DEL RÍO, CUBA 52
3.3 ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, SANTA CATARINA, BRASIL 57
4 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE: COLÔNIA MARIENTAL, LAPA – PR..... 65
4.1 ASPECTOS INSTITUCIONAIS..... 66
4.2 ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS..... 69
4.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DE INFRAESTRUTURA..... 71
4.4 ASPECTOS HISTÓRICOS..... 73
4.5 ASPECTOS PAISAGÍSTICOS E ARQUITETÔNICOS..... 88
4.6 INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO..... 99
5 DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO..... 156
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 159
7 REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS..... 162
8 FONTES DE ILUSTRAÇÕES..... 165

1. INTRODUÇÃO

O palavra paisagem veio do francês *paysage*, derivada de *pays* que significa país, região, território, pátria. Já o sufixo -agem, segundo SANDEVILLE JR. (2005) provém do latim *ago, aginis* que consiste em noções de estado, ação ou resultado da ação. A mesma relação se mantém no termo *Landschaft* em que *Land* é país, área ou região e *Schaft* é a constituição ou estabelecimento de uma ordem social (POLETTE, 1999). A versão inglesa, *landscape,* seria um caso da natureza imitando a arte, foi usada primeiramente, em 1598, para definir uma pintura que representava uma paisagem e só trinta e quatro anos mais tarde para o panorama de uma área, demonstrando que as pessoas foram primeiramente introduzidas às paisagens em pinturas e só mais tarde as perceberam no mundo real. (SANDEVILLE JR., 2005).

O conceito foi discutido em diversas disciplinas como a geografia, a arquitetura, psicologia, ecologia, entre outras e adquiriu novos significados além dos elementos visuais e da estética. Sobre o que, BESSE (2006, p. 61) afirma:

> um dos postulados teóricos e historiográficos mais disseminados atualmente (e talvez dos menos discutidos) referentes à noção de paisagem na modernidade faz dela essencialmente uma representação de ordem estética, cuja origem seria, antes de tudo, pictórica. De fato, três termos são encadeados (representação, estética e pintura) para afirmar que a paisagem é, de maneira geral, uma construção cultural, que ela não é um objeto físico, que ela não deve ser confundida com o ambiente natural, nem com o território ou país. A paisagem é da ordem da imagem, seja esta imagem mental, verbal, inscrita sobre uma tela, ou realizada sobre o território (*in visu* ou *in situ).*

Pode-se perceber que não há negação da abordagem estética da paisagem, mas a necessidade de analisar-lhe o conteúdo, as razões, aprofundando a estética pela ciência “como se o conhecimento se colocasse a serviço da fruição.” (BESSE, 2006, p. 63). Ler a paisagem torna-se extrair formas de organização do espaço, fluxos, tensões, direções e limites.

Com esta abordagem, o presente estudo pretende explorar a noção de paisagem aliada ainda à preservação do patrimônio cultural. No contexto da evolução tanto do entendimento da paisagem cultural quanto das práticas de preservação do patrimônio, a qual se pode constatar na recente instituição da categoria para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial pela Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e na criação do instrumento de Chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A área abordada é a Colônia Mariental, fundada em 1878 por russo-alemães que se estabeleceram no município da Lapa. A escolha se deu pelas qualidades que esta paisagem apresenta relacionadas ao patrimônio cultural dos movimentos de imigração ocorridos no fim do século XIX e início do XX, ao seu caráter de transição urbano-rural marcado por propriedades rurais com fortes relações de vizinhança, à proximidade com o centro histórico da Lapa representativo da história do Paraná, entre outros. Justifica-se também pela ausência de iniciativas de preservação do patrimônio cultural das colônias de imigrantes no Paraná. Outros fatores considerados foram a disponibilidade de bibliografia, a possibilidade de visitas ao sítio e a atração que o local exerce sobre a autora também descendente de alemães, embora não da mesma localidade.

O objetivo geral consiste em estudar as abordagens da preservação da paisagem cultural em áreas urbanas, rurais e suas transições, o que é explorado no capítulo 2 pelo esclarecimento do conceito de paisagem e sua aplicação nos níveis internacional, nacional e estadual e exemplificado com os estudos de caso do capítulo 3. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e webgráfica e levantamentos em campo e entrevistas.

O capítulo 4 busca analisar o objeto de estudo, a Colônia Mariental, passando pelos aspectos institucionais, sócio-econômicos, físico-naturais, históricos e paisagísticos para cumprir o objetivo específico de investigar as relações entre o grupo étnico russo-alemão e o lugar por ele habitado. Outro instrumento utilizado foi a elaboração de um Inventário de Conhecimento dos bens arquitetônicos da colônia a fim de registrar a arquitetura produzida pelos imigrantes e sua influência na paisagem.

O capítulo 5 apresenta as diretrizes para continuação deste trabalho que envolverá a ampliação do entendimento da paisagem cultural da colônia, a definição de um recorte a ser trabalhado e a proposição de ações para gestão da paisagem. Com os objetivos específicos de elaborar diretrizes para gestão municipal do patrimônio cultural e manutenção da paisagem da Colônia de Mariental, discutir possibilidades de planejamento urbano para salvaguarda de bens em áreas de transição urbano-rural e avaliar a legislação e ações municipais hoje aplicadas no

Centro Histórico na sede do município e propor sua possível adaptação para o distrito de Mariental. Salienta-se que apesar do Centro Histórico tombado estadual e federalmente, o município da Lapa possui poucos instrumentos regulamentados para gestão de seu patrimônio, hoje focada no núcleo urbano central.

2. PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL

O objetivo deste capítulo é investigar o conceito de paisagem cultural no contexto da preservação do patrimônio cultural. Esta discussão é recente considerando-se que somente em 1992 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) instituiu a categoria de paisagem cultural para inscrição na lista de patrimônio mundial. Em âmbito nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) lançou em 2009 o novo instrumento de chancela de paisagem cultural.

Paisagem cultural deriva do conceito de paisagem que por si só já foi interpretado de diversas maneiras. De acordo com o geógrafo do IPHAN RIBEIRO (2007) e o arquiteto e urbanista SAN MARTIN (2003), o geógrafo Donald Meining (1976) identificou dez formas de identificar a paisagem: como natureza, habitat, artefato, sistema, problema, riqueza, ideologia, história, lugar e estética. Estas várias abordagens decorrem da paisagem como objeto de estudo de diferentes disciplinas acadêmicas, sendo a geografia a área do conhecimento que mais se dedicou a explorar a idéia de paisagem cultural, considerando-a como produto do agenciamento do homem sobre o espaço e um meio de incorporar a dimensão cultural às pesquisas sobre espaço, território e região.

SANDEVILLE JR. (2007) afirma que o sentido coloquial da palavra é muito forte, dificultando sua adoção como conceito, ao guardar uma necessária ambiguidade entre “espaço de terreno” (realidade geográfica) e “lance de vista” (percepção). RIBEIRO (2007) destaca que alguns críticos chegam a negar o seu valor como um conceito científico em função de sua polissemia e subjetividade. Sobre o que BERTRAND (2004, p. 141) afirma:

> “Paisagem” é um termo pouco usado e impreciso, e por isto mesmo, cômodo, que cada um utiliza a seu bel prazer, na maior parte das vezes anexando um qualificativo de restrição que altera seu sentido (“paisagem vegetal”, etc.).

O termo foi introduzido no início do século XIX por Alexander von Humboldt como “Der Totalchrakter einer Erdgegend” – ou seja, as características totais de uma região da Terra. O naturalista alemão realiza em sua obra a tentativa de conciliar o conhecimento ilustrado racionalista francês ao mesmo tempo em que se utiliza da

visão totalizadora e do senso estético dados pelo romantismo alemão. (FIGUEIRÓ, 1998; NAVEH, 1998; POLETTE, 1999; MAXIMIANO, 2004).

A paisagem como um conceito formal da geografia moderna surge em 1907 na Alemanha, quando Otto Schlüter redige uma brochura na qual faz da paisagem o objeto da geografia cultural, subcampo que começava a se delinear. Schlüter usa o termo *Landschaftkunde*, que pode ser traduzido como ciência da paisagem, como sinônimo de geografia e contrapõe *Naturlandschaft,* em que não há ação humana, a *Kulturlandschaft*, paisagem cultural, ou, no entendimento atual, paisagem humanizada, ou seja, transformada pelo trabalho do homem. (CLAVAL, 2007; RIBEIRO, 2007).

A geografia cultural se estabelece definitivamente com o americano Carl Sauer, fundador da escola de Berkeley, com a publicação de *The Morphology of Landscape* em 1925, tendo a paisagem como conceito central que rompe as dualidades da disciplina (físico/humano e geral/regional) e contrapondo o determinismo ambiental de influência darwiniana. (RIBEIRO, 2007).

> A nossa seção da realidade, ingenuamente selecionada, a paisagem, está sofrendo uma mudança múltipla. Este contato do homem com o seu lar mutável, como é expresso por meio da paisagem cultural, é nosso campo de trabalho. Nós nos preocupamos com a importância do sítio em relação ao homem e também com a transformação deste sítio. Ao mesmo tempo, lidamos com a inter-relação do grupo, ou culturas, e sítio, como expresso nas várias paisagens do mundo. (SAUER, 1998, p. 68).

Na visão de Sauer, *Landscape* é o equivalente inglês de *Landschaft*, um conjunto de formas físicas e sociais associadas em área (CORRÊA, 1989; RIBEIRO, 2007). A mais importante dessas formas constituintes é a cultura vista como o conjunto de instrumentos e artefatos usados pelo homem na apropriação do espaço e as associações utilizadas para modificar o ambiente natural e torná-lo mais produtivo. (FIGURA 2.1). Em resumo:

> A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado. (SAUER, 1998, p. 59).

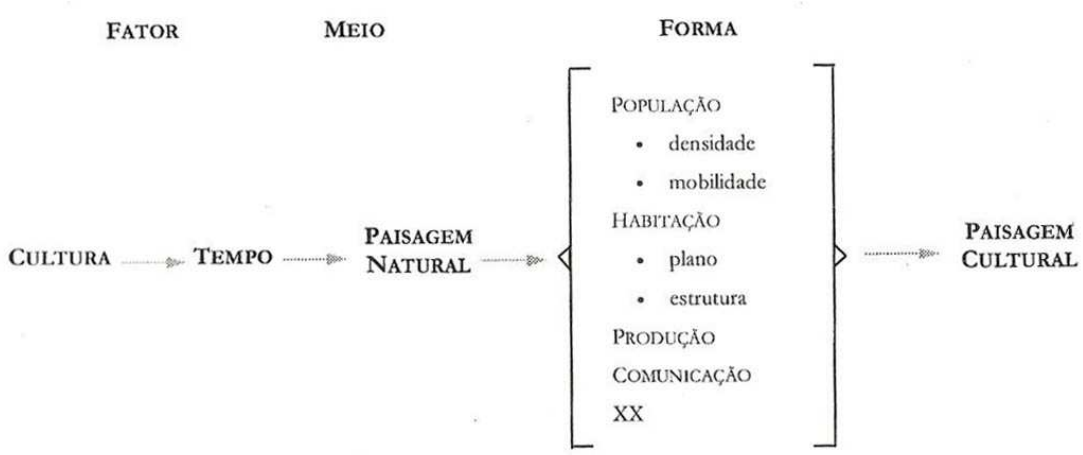


FIGURA 2.1 – FORMAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NA VISÃO DE SAUER
FONTE: SAUER (1998)

O geógrafo esclarece que as dimensões estéticas e subjetivas da paisagem são reconhecidas, mas não fazem parte do interesse científico, uma vez que não podem ser classificadas ou mensuradas. RIBEIRO (2007) classifica esta exclusão de fatos não-materiais como uma visão corrente na época impregnada pelo positivismo e pela necessidade de estabelecimento de leis gerais.

O método empírico e dedutivo de Sauer, mesmo limitando-se ao que é legível na superfície da Terra, não se restringe à cena atual vista por um observador, mas sim à paisagem geográfica como uma generalização derivada da observação de cenas individuais com uma constituição reconhecível, limites e uma relação genérica com outras paisagens, constituindo parte de um sistema geral. (SAUER, 1998; CLAVAL, 2007; RIBEIRO, 2007).

CORRÊA (1989) esclarece que o método morfológico de síntese aplicado por Sauer consiste em considerar os fenômenos como formas que estão integradas entre si, admitindo os seguintes postulados:

> (1) que existe uma unidade de qualidade orgânica ou quase orgânica; ou seja uma estrutura para qual certos componentes são necessários, estes elementos componentes sendo chamados “formas” nesse estudo; (2) que a semelhança de forma em estruturas diferentes é reconhecida em função da equivalência funcional, as formas sendo então “homólogas”; e (3) que os elementos estruturais podem ser dispostos em séries, especialmente em sequência de desenvolvimento, indo de um estágio incipiente a um estágio final ou completo. (SAUER, 1998, p. 31).

O terceiro postulado reforça a visão que o estudo da paisagem deve passar pela reconstrução da paisagem física antes do homem (paisagem natural), reconstrução da paisagem durante a ocupação e constatação das mudanças maiores. Assim, o conceito de paisagem não pode ser entendido fora dos termos

das suas relações com tempo e espaço, como um contínuo processo de mudança, passando por uma fase de desenvolvimento até um clímax e então por um período de decadência em que pode haver a imposição de uma nova cultura. (CORRÊA, 1989; RIBEIRO, 2007).

Uma das críticas à geografia cultural de Sauer refere-se à manutenção da dicotomia paisagem natural e cultural. Apesar de alguns autores considerarem que esta é necessária:

> [...] sempre há uma dicotomia entre natural e social por mais que as informações [...] se entrecruzem ou se justaponham. Isso porque há uma lógica do natural que é diversa da do social. Neste há dialética, contradição e lutas, vencedores e vencidos, ideologia, projetos políticos e dominação, indeterminação com contingências. [...] E o inverso também é verdadeiro: a natureza pode ser conhecida através dos métodos – como as hipóteses, a testagem, a aplicabilidade, o princípio da não-contradição (isto é, a lógica formal), as variáveis a serem isoladas e medidas, a matematização, etc. – que no estudo do social moderno geraram apenas aqueles tipos de aberração, conhecidos latu senso como positivismo. (VESENTINI, 1989, p.11).

Outra crítica é o privilégio dado a alguns dos múltiplos elementos que se interrelacionam em uma área, sobre tal Duncan afirma que “nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, [...]” (DUNCAN, 1990 *apud* RIBEIRO, 2007, p. 23)[1]. Uma das críticas mais profundas é a definição de cultura entendida como uma entidade superorgânica, independente da realidade e externa ao indivíduo, uma realidade superior homogênea que se impõe aos grupos e os condiciona, que paira sobre a sociedade sem ser construída por ela, não considerando a mudança, os conflitos internos, as transformações e o progresso, que ocupam tanto espaço quanto a permanência. (DUNCAN, 1980; CORRÊA, 1989; CLAVAL, 2007; RIBEIRO, 2007).

> In short the world described by the cultural geographers is a world in which the individual is largely absent, consensus prevails, deviance is ignored; it is a world untouched by intracultural conflict. (DUNCAN, 1980, p. 191).

Para CORRÊA (1989), ao abandonar o determinismo ambiental, Sauer adota o determinismo cultural, outra corrente do darwinismo social que então afetava tanto a geografia cultural quanto a antropologia. Ainda assim, sua importância foi consolidar a noção de paisagem como conceito científico.

---

[1] DUNCAN, James. **The city as text:** the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Antes mesmo da publicação de Sauer, a escola francesa já se preocupava com as marcas impressas no espaço pela interação do homem com o meio. Paul Vidal La Blache publicou em 1903 *Tableau de la géographie de la France* com a ambição de explicar lugares, porém considerando a análise dos gêneros de vida, conceito relacionado ao conjunto de práticas e artefatos desenvolvidos pelos grupos humanos em consonância com as especificidades do meio e da história, assim a cada unidade regional caberia um gênero de vida distinto. Tal gênero de vida seria o responsável por criar distintas paisagens a partir dos recursos fornecidos pelo meio. (FIGURA 2.2). (RIBEIRO, 2007).

> A noção de gênero de vida permite lançar um olhar sintético sobre as técnicas, os utensílios ou as maneiras de habitar das diferentes civilizações: ela os organiza na sucessão dos trabalhos e dos dias e assinala como se relacionam hábitos, maneiras de fazer paisagens. (CLAVAL, 2007, p. 33).

Para Vidal La Blache, a superfície terrestre é o substrato comum em que os efeitos de diferentes fatores se inscrevem em caracteres plásticos. Os fenômenos se sucedem e reagem uns sobre os outros, ainda que dependentes de causas diferentes. Destas relações nascem aspectos característicos, alguns são conjuntos originais com combinações cheias de variedade (BESSE, 2006). A elaboração de paisagens reflete a organização social do trabalho e sua análise considera dimensões sociais e ideológicas, são possíveis comparações com grupos vizinhos e de suas relações de dominação. No entanto, as críticas à idéia de gênero de vida afirmam que esta só é eficaz em sociedades tradicionais, como as rurais, na sociedade pós-moderna em que as técnicas se tornaram demasiadamente uniformes, o instrumento torna-se muito global e sintético para apreender a estrutura mais diversificada das sociedades contemporâneas, principalmente em meios urbanizados e industriais. (CLAVAL, 2007).

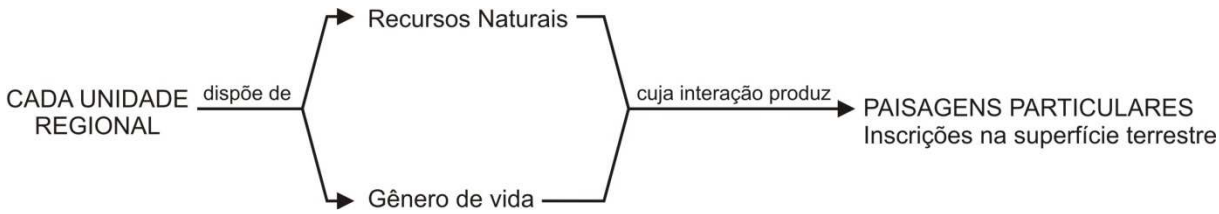


FIGURA 2.2 – FORMAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NA VISÃO DE VIDAL LA BLACHE
FONTE: A autora (2011)

A geografia humana tradicional busca desde o princípio considerar as realidades culturais, porém, segundo CLAVAL (2007), capta-as numa ótica reducionista; a ênfase é dada as técnicas, os utensílios e as transformações da paisagem, e ignora os problemas colocados pela transmissão de culturas. Seu declínio ocorre com a mecanização e a modernização as quais introduzem máquinas, novas técnicas e tipos de construções padronizados que não são pertinentes como objetos de estudo que expliquem a diversidade das distribuições humanas.

Por esse motivo, no final da década de 1960, houve uma maior aproximação da geografia com o humanismo, buscando investigar a paisagem além do simplesmente visível, levando em conta o seu caráter simbólico e subjetivo. “Nessa visão a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas.” (RIBEIRO, 2007).

CLAVAL (2007) afirma que é compreensível que a geografia humana nascida como um ramo das ciências naturais tenha resistido a levar em consideração certas dimensões da realidade humana. Porém, como esclarece NAVEH (1998, p. 251):

> By introducing the notion of culture into landscape conservation we have to broaden also its conceptual and methodological scope from the realms of natural sciences to the realms of the humanities, from strictly bio-ecological issues to the even more complex human-ecological issues.

GOMES (1996, citado por RIBEIRO, 2007)[2] aponta que no movimento humanista existe apenas um consenso na refutação do modelo positivista, surgindo diferentes abordagens, algumas diametralmente opostas. Uma das reações ao método científico anterior ocorreu por meio de uma perspectiva fenomenológica (BESSE, 2006), presente na obra de Éric Dardel, Yu-Fu Tuan e David Lowenthal.

> O ponto de vista fenomenológico, em geografia, permitiu abrir novos campos de pesquisa, suscitando o interesse pelas percepções, representações, atitudes diante do espaço. Além disso, ele tornou possível a utilização de novos métodos, demandando recursos para interpretação, descrição, introspecção, ou análise das comunicações. Ele fez aparecer, enfim, novos corpos de informações: os “discursos”, as tradições literárias, filosóficas religiosas, ou ainda as artes plásticas, são consideradas hoje como portadores de saberes e significações geográficas. O que pode significar a paisagem nesta perspectiva renovada? Ela é compreendida menos como um objeto do que como uma representação, um valor, uma dimensão do discurso e da vida humana, ou ainda, uma formação cultural. A paisagem “real” mesma (a “paisagem em verdadeira grandeza”) é relativa

[2] GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

> a uma operação de “paisageamento”: a idéia que a paisagem real, visível é o produto, às vezes contraditório, de um conjunto de intenções e de ações humanas torna possível a aplicação de métodos iconológicos ao estudo da paisagem. (BESSE, 2006, p.78).

Éric Dardel publica *L’Homme et la terre, nature de la réalité géographique* em 1952, influenciado por sua fé protestante e por Heidegger (CLAVAL, 2007). Assim como Vidal La Blache, acredita na Terra como um substrato em que são gravados fenômenos, entendendo a palavra geografia literalmente como a escrita da Terra cuja leitura e decifração dos signos cabe ao saber geográfico. BESSE (2006, p. 95) comenta um dos sentidos dados a palavra Terra por Dardel:

> A Terra é *paisagem*, mais precisamente ela é *cultura*, expressão do movimento da existência humana na superfície da Terra. Se a paisagem “diz” alguma coisa ao ser humano que a considera, é fundamentalmente porque a paisagem é marcada pela historicidade. E o que ela diz ao ser humano é a contingência da existência e a necessidade da obra e da ação.

Outro autor da corrente humanista é Yu-Fu Tuan, CLAVAL (2007) atribui as origens chinesas o fato de Tuan levantar questões até então ignoradas pelos geógrafos da cultura ocidental, interessando-se pelo elo que as pessoas manifestam com sua região de origem. RIBEIRO(2007) afirma que Tuan valoriza o conceito de lugar e as relações de pertencimento, individualidade e apego a determinados espaços, chegando ao conceito de Topofilia (amor ao lugar). Sobre a relação entre paisagem e lugar, BESSE (2006, p.72) afirma:

> Falar da paisagem em termos de fisionomia significa que se atribui à paisagem uma densidade ontológica própria. Se ela possui uma fisionomia, é preciso compreendê-la como uma totalidade expressiva, animada por um “espírito interno”, do qual se pode extrair sentido. Tudo se passa como se houvesse um “espírito do lugar”, do qual a aparência exterior do território visado seria a expressão.

O arquiteto e urbanista SANDEVILLE JR. (2005) insiste que a paisagem mais do que espaço observado, trata-se de espaço vivenciado, da sensibilidade das pessoas com seu entorno. Sobre o que BESSE (2006) ressalta que a paisagem significa participação mais que distanciamento e, contrapondo a visão de paisagem como uma vista panorâmica, proximidade mais do que elevação. PLUMWOOD (2006) afirma que não busca o banimento do sentido da visão da definição de paisagem devido ao seu peso, mas aconselha o equilíbrio com outros sentidos e discursos.

Os autores ligados a essa nova vertente da geografia cultural denominam o legado de Sauer e de sua Escola como Geografia Cultural Tradicional a que

contrapõem seu trabalho, a Nova Geografia Cultural. A diferenciação principal é a negação do conceito de cultura reificado, substituindo-o pela definição do historiador inglês Raymond Williams em que cultura é um sistema de significações que tem por objetivo permitir o funcionamento da sociedade global. (CLAVAL, 2007; RIBEIRO, 2007).

Outro geógrafo atual que expande o conceito de paisagem é Augustin Berque ao explorar a simbologia da paisagem, opondo-se claramente aos estudos morfológicos e psicológicos. CORRÊA; ROSENDAHL (1998) afirmam que com a paisagem-marca e paisagem-matriz, passa-se de um padrão de análise da paisagem, típico da fase anterior a 1970, para outro predominante após 1970. BERQUE (1998) defende que a paisagem-marca é uma grafia impressa na superfície terrestre, acrescentando a paisagem-matriz, condição para a existência e ação humana. (FIGURA 2.3).

> É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc. [...] Em resumo: 1) a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial, etc.) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; e 2) a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz (e, portanto, se transforma, porque há sempre interferências com o exterior) (BERQUE, 1998, p. 86)

O autor reafirma que a paisagem não se restringe ao visível, mas acrescenta que o observador sempre contribui de qualquer forma para sua apreensão. Os objetos concretos da paisagem são suporte objetivo do imaginário. Dessa forma, a paisagem reside na interação complexa entre o objeto e o sujeito. Classifica ainda a paisagem-matriz na medida em que suas estruturas e formas contribuem para perpetuação de usos e significações entre gerações e a paisagem-marco na medida em que cada grupo grava em seu espaço os sinais e símbolos de sua atividade. (RIBEIRO, 2007).



FIGURA 2.3 – FORMAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NA VISÃO DE BERQUE
FONTE: A autora (2011)

O próprio CLAVAL (2007, p.14), claramente influenciado por Augustin Berque, contribui para a discussão de paisagem:

> A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos.

NAVEH (1998, p. 260) define paisagem adicionando um novo conceito; a noosfera (do grego *noos*, mente) domínio da mente e consciência humana, assim a paisagem é o ponto de encontro tangível entre natureza e a mente humana:

> Our cultural landscapes have been shaped also by these bifurcations through interactions between the cultural evolutionary processes and the natural and socioeconomic environment in which they occurred. They evolved in a quasi coevolutionary process between the biosphere-geosphere space of the natural environment end the noospheric space of the human mind.

O autor sugere também um método de análise de paisagem referenciado na *Gestalt*, teoria da psicologia que possibilitou o estudo da percepção. Dessa forma, o cosmos, a matéria, a vida, o homem e a consciência devem ser percebidos como estruturas complexas que interagem em um sistema *Gestalt*. Nela, como em uma sinfonia, cada parte está intrinsecamente relacionada a todas as outras partes que juntas formam um todo irredutível. (NAVEH, 1998).

BESSE (2006) também discorre sobre a simbologia da paisagem utilizando-se tanto da descrição da paisagem italiana feita por Goethe quanto o conceito de símbolo também por ele elaborado. Apesar de Goethe relatar a paisagem como um golpe de vista efêmera, já cita o particular representativo do universal.

> A paisagem, numa intuição sensível que escapa às cadeias discursivas do entendimento, organiza num instante o reencontro patético da totalidade. Ela é a coincidência do universal e do particular, [...] A paisagem particular que se abre ao olhar deixa ver simultaneamente o todo: apreensão brusca da plenitude através do efêmero. Ela é símbolo, em íntima ressonância com

> o golpe de vista diante do qual ela se revela: “o verdadeiro símbolo é aquele em que o particular representa o universal, não como ilusão ou imagem, mas como revelação viva e instantânea do inexplorável.” (GOETHE, 1983 *apud* BESSE, 2006, p. 58).[3]

Em uma definição própria que busca reunir as explicações tradicionais, BESSE (2006, p. 66) resume:

> De que a paisagem é produzida? Tradicionalmente a resposta seria: a paisagem é o produto das interações, das combinações entre um conjunto de condições e de constrições naturais (geológicas, morfológicas, botânicas, etc.) e um conjunto de realidades humanas, econômicas, sociais e culturais. São essas interações que, no tempo e no espaço, respondem pelas mutações percebidas nas paisagens visíveis. A paisagem é o efeito e a expressão evolutiva de um sistema de causas também evolutivas: uma modificação da cobertura vegetal ou uma mudança nos mecanismos da produção agrícola se traduzem nas aparências visíveis.

Como método de observação de tal complexidade, BESSE (2006) utiliza-se de um conjunto de regras para guiar o olhar proposto pelo geógrafo francês Pierre George (1942). Num primeiro momento o olhar deve ser analítico, distinguindo elementos particulares, sejam eles naturais ou humanos, que compõem uma paisagem dada, mas num segundo momento o olhar deve chegar a uma consideração sintética do conjunto da paisagem. Estes dois movimentos do olhar reforçam-se mutuamente e fornecem uma visão do conjunto para não desvalorizar a paisagem por excesso de dissecação racional - a paisagem viva que se deve ver, escutar, sentir, viver, ao mesmo tempo em que a observação analítica impede analogias abusivas. NAVEH (1998) afirma que a tendência de fragmentar o que é uma única e inteira realidade prejudica o entendimento das paisagens, sendo a Teoria Geral de Sistemas uma tentativa de superação dessas dificuldades. Nesse sentido, MACHADO (1988) utiliza o esquema apresentado por Wieber (1981) que reúne as diversas definições de paisagem em uma abordagem sistêmica, onde os três níveis estão ligados entre si e se relacionam:

> No primeiro a paisagem é definida como produto de um sistema de forças em funcionamento, estudada por observações e medidas diretas e indiretas. Secundariamente ela é um produto da percepção. As pessoas recebem as imagens através de filtros perceptivos (psicológicos, culturais e outros) e de acordo com sua maneira ativa ou passiva de se relacionar com a paisagem. Implica o estudo da maneira pela qual a paisagem é percebida. Finalmente, temos o terceiro nível: a paisagem pode ser encarada como um objeto em si, sistema que foi denominado de paisagem visível e funciona associando os objetos para criar as imagens.(MACHADO, 1988, p. 40).

[3] GOETHE, Johann Wolfgang von. **Maximes et réflexions**. Paris: Klincksieck, 1983.

Na geografia brasileira, geógrafos importantes conceituaram paisagem. Para SANTOS (1996), a paisagem é delimitada pelo que a visão alcança e percebida com todos os sentidos, é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais. Porém, a percepção ainda não é ciência, deve-se ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado (POLETTE, 1999).

AB'SABER (1994, *apud* POLETTE, 1999)[4] considera que o conceito de paisagem é banalizado pelos geógrafos, como se ele tivesse sendo interpretado apenas como aquele que a gente vê no espaço, de um golpe, quando a paisagem dentro da geografia castamente é paisagem ecológica e paisagem total. MACHADO (1988) referindo-se ao trecho do geógrafo brasileiro transcrito abaixo salienta que ao herdar paisagens e ecologias todos têm uma parcela de responsabilidade permanente de uma herança única que é a paisagem terrestre.

> Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro – atingem à idéia de que a paisagem é sempre uma *herança.* Na verdade, ela é um herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivos dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (AB'SABER, 1977, p. 37)

Como conclui POLETTE (1999), a paisagem ao longo da história da humanidade é uma entidade complexa para ser analisada, pois esta ultrapassa simplesmente questões ligadas à percepção do sentimento, ou ainda às concepções estéticas, culturais, ecológicas e até mesmo políticas. Esta deve ser continuamente analisada e discutida pelo homem, que é, ao mesmo tempo, observador e agente das mudanças que nela se evidenciam.

[4] AB'SABER, A. Palestra de abertura. In: Seminário Estadual de Geografia, 1994, Florianópolis.

2.1 PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Este subcapítulo analisa o modo direto de aplicação da paisagem cultural como instrumento de preservação cultural por organismos internacionais como a UNESCO – à qual se integram as organizações consultivas Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) e União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) – e a Convenção Européia da Paisagem. Como ressalta RIBEIRO (2007), são duas instâncias internacionais que tratam da paisagem de forma bastante diferenciada e que precisam ser problematizadas.

A Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural organizada pela UNESCO e aprovada em Paris em 1972, estabeleceu a publicação de uma lista do patrimônio cultural e natural a ser atualizada pelo menos uma vez a cada dois anos. O texto aprovado definia:

> Art. 1º Para os fins da presente convenção serão considerados como "patrimônio cultural":
> - os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
> - os conjuntos: grupos de construções em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
> - os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.
> Art. 2º Para fins da presente Convenção serão considerados como "patrimônio natural":
> - os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
> - as formações geológicas e fisiográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
> - os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (IPHAN, 2004, p. 178-179).

No texto, nota-se o antagonismo entre as categorias cultural e natural. FOWLER (2003) aponta que tal oposição derivou da visão conservacionista dos

anos 1960 em que uma área natural seria mais bem qualificada quanto menos interferência humana possuísse. Assim como na esfera cultural, os monumentos e estruturas eram vistos como fenômenos isolados, desconsiderando o contexto e a paisagem. RIBEIRO (2007) afirma ainda que tal concepção refletia a própria origem bipartida da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza.

Tal antagonismo refletia-se também nos critérios (FIGURAS 2.4 e 2.5) utilizados para inscrição dos bens, os quais deveriam satisfazer pelo menos um dos listados abaixo.

(i.)	representar uma obra-prima do gênio criador humano;
(ii.)	ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;
(iii.)	constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
(iv.)	representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
(v.)	ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;
(vi.)	estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros).

FIGURA 2.4 – CRITÉRIOS CULTURAIS PARA INSCRIÇÃO DO BEM NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL ATÉ 2005.
FONTE: adaptado de UNESCO, 2010

(i.)	representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais;
(ii.)	ser exemplos excepcionalmente representativos dos grandes estádios [sic.] da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;
(iii.)	ser exemplos excepcionalmente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;
(iv.)	conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

FIGURA 2.5 – CRITÉRIOS NATURAIS PARA INSCRIÇÃO DO BEM NA LISTA PATRIMÔNIO MUNDIAL ATÉ 2005.
FONTE: adaptado de UNESCO, 2010

Com a posterior verificação da existência de bens que podiam ser classificados nas duas categorias, foi criada a classificação de bem misto para aqueles que tinham sua inscrição justificada tanto por critérios naturais quanto culturais, mas sem que houvesse necessidade de análise ou de valoração da integração entre ambos. (RIBEIRO, 2007).

Nesse contexto, a categoria de paisagem cultural passou a ser mais fortemente pensada pela UNESCO, levando em conta também a indicação dos vinhedos europeus e os terraços de plantio de arroz na Ásia (FIGURA 2.6).



FIGURA 2.6 – TERRAÇOS DE ARROZ NAS CORDILHEIRAS FILIPINAS.
FONTE: NATIONAL GEOGRAPHIC (2011a)

Em documento de 1991, a Organização relata três problemas levantados ainda em 1984 sobre bens mistos e paisagens rurais: primeiro, a identificação de paisagens alteradas pelo homem, excepcionalmente belas e harmoniosas; o segundo, a evolução destas paisagens vivas em maneira similar à evolução das cidades históricas; e, por último, a integridade destas paisagens raramente protegidas pela legislação nacional. O mesmo documento relata que em 1987 especialistas ressaltaram:

> The definition of natural heritage contains no reference to cultural elements in assessing whether or not a natural property is of outstanding universal value and, strictly within the definition, it is only natural features unmodified by human intervention which determine the acceptance of a natural site. The group noted that it was essential to ensure protection of such [rural] landscapes, not in static condition, but to conserve the harmony and significant values of the landscape in a dynamic, evolving context. (UNESCO, 1991, p.2).

No documento *The Challenges of Conservation* publicado pela UNESCO em 2003, Mechtild Rössler aponta que a categoria de paisagem cultural envolve o reconhecimento da diversidade de interações da humanidade com seu meio

ambiente, a introdução do termo sustentabilidade (por meio técnicas sustentáveis de uso da terra), a aceitação do patrimônio vivo das populações indígenas, a manutenção da diversidade biológica por meio da diversidade cultural, o reconhecimento de relações espirituais com a natureza e a abertura da Convenção para outras regiões e culturas do mundo.

RIBEIRO (2007) afirma que a paisagem já era objeto de atenção, mas com outras abordagens. A Carta de Atenas de 1931 preocupava-se com a ambientação do bem cultural, orientando a preservação de "perspectivas particularmente pitorescas" (IPHAN, 2004, p. 14). A Convenção de Washington de 1940 tinha paisagem como uma das preocupações centrais, mas relacionada aos conceitos de natureza e beleza. Entendimento também presente na Recomendação de Paris de 1962.

Um avanço ocorreu com a Recomendação de Nairóbi (1976) por considerar a abordagem em conjunto dos centros históricos e sua ambiência, porém o foco continua no centro histórico como um bem principal:

> Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente, cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas quanto as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. (IPHAN, 2004, p. 220).

A categoria de paisagem cultural da UNESCO parte da concepção da paisagem em si como um bem, valorizando todas as interrelações que ali existem dentro da classificação apresentada no quadro da FIGURA 2.7.

(i.)	As **paisagens claramente definidas** (*clearly defined landscape*) são as mais facilmente identificáveis por terem sido projetadas e criadas intencionalmente pelo homem. Incluem-se aqui jardins e parques construídos por razões estéticas que podem estar associados a edificações.
(ii.)	A segunda categoria é a **paisagem evoluída organicamente** (*organically evolved landscape*) como resultado de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso que atingiu sua presente forma em associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo. Subdivide-se em: - **Paisagem relíquia ou fóssil** (*relict or fossil landscape*) é aquela em que o processo de construção terminou em algum ponto do passado, mas cujos aspectos ainda são visíveis como vestígios materiais; - **Paisagem contínua** (*continuing landscape*) é aquela que mantêm um ativo papel na sociedade contemporânea, profundamente associada maneiras de viver tradicionais, e na qual processos evolutivos ainda estão em progresso, ao mesmo tempo em que exibe significativa evidência material de sua evolução através do tempo.
(iii.)	A última categoria é a **paisagem cultural associativa** (*associative cultural landscape*). Trata-se das paisagens que têm seu valor dado por associações religiosas, artísticas e culturais como o elemento natural, sem a evidência material da cultura, que pode ser insignificante ou mesmo ausente.

FIGURA 2.7 – CLASSIFICAÇÃO DAS PAISAGENS CULTURAIS PELA UNESCO
FONTE: adaptado de FOWLER, 2003; UNESCO, 2003; RIBEIRO, 2007.

A paisagem contínua e possibilidades para sua preservação é um dos temas mais polêmicos e se relaciona com a definição de SANDEVILLE JR. (2005, p. 58) “Paisagem é instável, um permanente vir a ser, é permanência em transformação.”

A inclusão da categoria de paisagem cultural durante a 16ª Sessão do Comitê em 1992, ocasionou a revisão dos critérios para inscrição dos bens. Foram removidas as referências à “interação entre o homem e o seu ambiente natural” e “combinações excepcionais de elementos naturais e culturais”, que existiam nos critérios naturais (ii) e (iii) respectivamente. RIBEIRO (2007) e UNESCO (2003) afirmam que, desse modo, os critérios naturais ou culturais usados para a inscrição do bem como patrimônio mundial não se referem especificamente às interações entre o homem e seu ambiente, cabendo esse papel à categoria de paisagem cultural.

Em 2005, foi implementada a revisão das Orientações Técnicas proposta anteriormente, reunindo os seis critérios culturais e quatro critérios naturais em uma lista única de dez critérios, buscando mais uma vez eliminar a dicotomia entre cultural e natural. (RIBEIRO, 2007).

Nas propostas de inscrição de bens culturais que pertençam à categoria das paisagens culturais, a avaliação é efetuada pelo ICOMOS em consulta com a IUCN. Enquanto a inscrição de bens mistos é feita conjuntamente pelos dois órgãos, como informam as Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2010). O documento *Guidelines for Reviewers of Cultural Landscapes* (IUCN, 2006, p. 2), esclarece que:

> The close interest that IUCN has in cultural landscapes derives from the importance of many cultural landscapes to the conservation and evolution of nature and natural resources. […], in practice it is likely to be most important in the case of continuing, organically evolved landscapes. On the other hand, there will be some cultural landscapes in which IUCN's interest will be small, or non-existent.

Apesar de não se referir diretamente às práticas da UNESCO, PLUMWOOD (2006) aponta que o conceito de paisagem cultural está atualmente centrado na humanidade, como forma hegemônica, atribuindo um senso exagerado às contribuições humanas e subestimando aquelas não-humanas. Não há espaço para as forças naturais, de fato muito mais antigas que a influência humana, como significativas construtoras da paisagem.

BERTRAND (2004, p. 1) afirma que “estudar uma paisagem é antes de tudo apresentar um problema de método”. Devido a isso, o O’DONNELL (2008) apresenta um método de análise de paisagens culturais, principalmente urbanas, focado nos valores tangíveis e intangíveis apresentado no quadro da FIGURA 2.8.

Tangible Heritage	**Intangible Heritage**
Natural Systems Land Uses, Patterns, Clusters Spatial Organization Visual Relationships Topography, Surface Drainage Vegetation Circulation Systems Water Features, Natural and Constructed Non-Habitable Landscape Structures and Buildings Spatial Character, Form and Scale of Habitable Structures Vocabulary of Site Furnishings and Objects	Festivals Traditional music, dance, performance Pilgrimage Worship Ritual Commemoration of past events Traditional practices Gathering place for native plants Gathering place for craft materials Iconic shared community place of memory and present use

FIGURA 2.8 – VALORES TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS NA PAISAGEM CULTURAL URBANA
FONTE: adaptado de O’DONNELL (2008).

Assim como para os bens culturais, dois critérios são essenciais para a nomeação: autenticidade e integridade. Segundo o parágrafo 80 das Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (2010), autenticidade é a capacidade de compreender o valor atribuído ao patrimônio, depende do grau de credibilidade ou de veracidade que se pode atribuir às fontes de informação relativas a esse valor. O conhecimento e a compreensão dessas fontes de informação, no que toca às características originais e subsequentes do patrimônio cultural, e ao seu significado, constituem as bases necessárias para a avaliação de todos os aspectos da autenticidade. Especificamente no caso da paisagem cultural, autenticidade é a capacidade da paisagem de representar de modo preciso e verdadeiro o que se propõe a ser. (TAYLOR, 2008).

De acordo com o parágrafo 88 das Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2010), integridade é uma apreciação de conjunto e do caráter intacto do patrimônio natural e/ou cultural e dos seus atributos. Estudar as condições de integridade exige, portanto que se examine em que medida o bem:

a) possui todos os elementos necessários para exprimir o seu valor universal excepcional;

b) é de dimensão suficiente para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem;

c) sofre efeitos negativos decorrentes do desenvolvimento e/ou da falta de manutenção.

No documento *Guidelines for Reviewers of Cultural Landscapes* (IUCN, 2006), afirma-se que o conceito de integridade obviamente tem uma aplicação diferente nas paisagens vivas: é a integridade da relação com a natureza que importa não a integridade da natureza em si. Nesse sentido, autenticidade e integridade expandiram-se, alterando o foco de questões estáticas e valores materiais que carregavam significados para outras dinâmicas e processos os quais dão significado aos valores materiais. (DIAMANT; MITCHELL; ROBERTS, 2007).

Outro fator inerente à nomeação é a apresentação de um plano de gestão de abordagem transdisciplinar e holística, com o objetivo de tornar a paisagem cultural a metáfora, em pequena escala, da relação sustentável desejada com o planeta Terra (UNESCO, 1993). Afirma-se que para uma boa gestão é necessária uma boa análise, que é a base para o processo de tomada de decisões, dessa forma o plano não deve se iniciar somente com a inscrição do bem, a qual é apenas um dos estágios, mas deve estar conectado com o planejamento regional e local, com processos de monitoramento e envolver a comunidade para que esta se comprometa com a proteção e gestão da paisagem cultural. (FIGURA 2.9). (UNESCO, 1993; NAVEH, 1998; UNESCO, 1999a).



FIGURA 2.9 – PROCESSO DE GESTÃO
FONTE: adaptado de UNESCO (1999a).

O'DONNELL (2008), também visando as paisagens culturais urbanas, propõe diversos instrumentos de gestão organizados em quatro grupos: educação e envolvimento da comunidade, ferramentas financeiras, ferramentas consultivas e ferramentas de regulamentação.

FOWLER (2003) faz uma análise dos primeiros dez anos (1992-2002) do uso do conceito de paisagem cultural pela UNESCO, nos quais trinta sítios foram inscritos, sendo 65% na Europa e 35% no resto do mundo (FIGURA 2.10), tendendo

a refletir as mesmas concentrações de bens verificadas nas outras categorias de patrimônio mundial. A análise da classificação chega às conclusões de que as paisagens claramente definidas somam apenas três; ao contrário do esperado, percebe-se a preferência pela inscrição como sítio cultural ordinário. A paisagem relíquia ou fóssil revelou-se um pouco ilusória, pois as três nomeações quando verificadas de perto se mostram ainda em evolução. A paisagem contínua, categoria mais popular, atingiu dezoito das trinta nomeações. A paisagem cultural associativa foi usada mais comumente do que esperado, com seis nomeações.

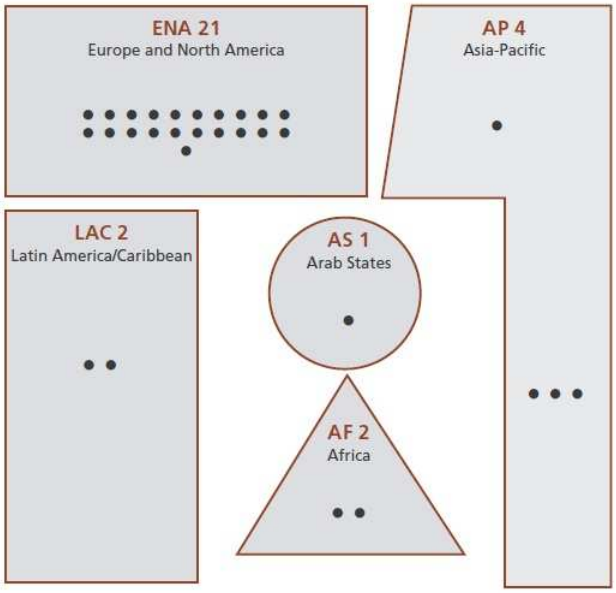


FIGURA 2.10 – DISTRIBUIÇÃO DE PAISAGENS CULTURAIS
FONTE: FOWLER (2003).

O autor constata também que as paisagens culturais até agora nomeadas possuem em comum a presença de cidades ou vilas: “perhaps more than expected, cultural landscapes are often about living people as much as living landscapes.” (FOWLER, 2003, p. 21) Outros fatores recorrentes são a água, natural ou manejada para decoração ou irrigação; montanhas e valorização da estética. Os usos da terra tradicionais também presentes são positivos como modelo de uso sustentável, por outro lado o autor considera indesejável para a Lista de Patrimônio Mundial tornar-se refúgio apenas de sociedades conservadoras e paisagens de inércia ou ainda uma repetição infinita das paisagens agrárias européias. Outra conclusão é que a categoria de paisagem cultural tem sido evitada, havendo preferência pela de bens mistos, uma vez que pressupõe tanto um dossiê quanto uma gestão mais complicados. (FOWLER, 2003).

Há na Europa outra vertente de valoração da paisagem, a Convenção Européia de Paisagem, cuja discussão iniciou em 1994 e foi aprovada em 2000, no contexto da Unificação da Europa (RIBERO, 2007). A Convenção é formada atualmente por trinta e três países ratificados e se aplica por todo seu território, incluindo todas as paisagens naturais rurais, urbanas e periurbanas, em terra, água ou mar. Ao contrário da UNESCO, não considera apenas as paisagens de valor excepcional, por entender que todas as paisagens são importantes para a qualidade de vida dos cidadãos e, portanto, merecem políticas próprias. (UNESCO, 2003).

Dessa forma, as diferenças entre as duas entidades são formais e substanciais como Déjeant-Pons afirma no documento da UNESCO (2003), começando pela escala territorial de atuação: enquanto uma tem objetivo regional, a outra é mundial, podendo ser encaradas como complementares. No escopo de conteúdo, a Convenção, como já dito, refere-se a todas as paisagens, mas não se atém a monumentos históricos nelas presentes, ao contrário da UNESCO. O objetivo da primeira não é a elaboração de uma lista, mas introduzir proteção, gestão e planejamento para todas as paisagens, classificadas como de considerável importância, ordinárias e degradadas. (UNESCO, 2003; RIBEIRO, 2007).

Os Estados signatários se comprometem a:

- reconhecer legalmente paisagens como um componente essencial do ambiente das pessoas, uma expressão da diversidade de seu patrimônio natural e cultural compartilhado, e a fundação de suas identidades;
- estabelecer e implementar políticas direcionadas para a proteção, gerenciamento e planejamento;
- estabelecer procedimentos para a participação do público em geral, autoridades locais e regionais, e outras partes com interesse na definição e implementação das políticas de paisagem;
- integrar a paisagem nas políticas de planejamento regional e urbano, bem como nas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e econômica, além de qualquer outra política com possibilidade de impacto direto ou indireto sobre a paisagem.

(UNESCO, 2003; RIBEIRO, 2007)

Tal ação coloca a necessidade de um trabalho muito maior de um sistema de conhecimento, identificação e classificação das diferentes paisagens de todo o continente em atlas das paisagens, um inventário recorrente. RIBEIRO (2007)

ressalta que não há distinção entre natural e cultural, sem mesmo usar o termo paisagem cultural, mas unicamente paisagem, as quais são consideradas segundo um triplo significado. Primeiro, são definidas e caracterizadas pela percepção; segundo, como testemunho do passado do relacionamento entre os indivíduos e seu meio ambiente; e terceiro, como indicador de culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.

Katri Lisitzin e Herb Stovel, da UNESCO, concluem:

> Is it then more beneficial to focus on cultural landscapes or on care of landscapes in general? The European Landscape Convention asks countries to recognize that all landscapes possess heritage values of one kind or another, at one level or another, and that these values all demand careful consideration on the long-term management and evolution of all landscapes. This approach encourages efforts to define heritage values present in all landscapes and to develop planning processes, which ensure their protection in development. Experience will show the impact of this approach on heritage management. (UNESCO, 2003, p. 35).

2.2 PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO NACIONAL

A preocupação com a paisagem no âmbito nacional se evidencia quando da organização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da instituição do tombamento, em 1937, com a possibilidade inscrição em quatro livros, sendo um deles o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, porém embora a escolha do livro no qual o bem é inscrito seja reveladora do valor atribuído, a prática de gestão lhe é indiferente. (BRASIL, 1937; RIBEIRO, 2007).

O Decreto 25 de 1937, foi baseado no anteprojeto de Mário de Andrade, elaborado em 1936, em que a preocupação era exclusivamente com aspectos culturais, sem categoria própria para patrimônio natural (ANDRADE, 1984). No entanto, as paisagens – na definição de Mário de Andrade, determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos *Brasis* – não foram totalmente excluídas, aparecendo dentro das classificações de arqueologia e etnografia ameríndias e de arte popular. (IPHAN, 2011; RIBEIRO, 2007).

Na legislação aprovada, a revisão de Rodrigo M. F. de Andrade incluiu os monumentos naturais no Art. 1º, § 2º:

> Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

RIBEIRO (2007) entende que o parágrafo acima transcrito reconhece as paisagens naturais e culturais, apesar disso a ação da Instituição pouco explorou a segunda possibilidade, considerando a paisagem cultural sob aspectos paisagísticos e estéticos e em segundo plano como panorama ou ambiência para bens de interesse patrimonial. Já a paisagem natural possui vinte e quatro bens protegidos, menos de 2% do total de bens tombados, sendo praticamente metade deles no Rio de Janeiro. (IPHAN, 2011).

FONSECA (2005) aponta que na prática houve uma hierarquização dos Livros do Tombo, cabendo ao Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico as inscrições de conjuntos que por estarem adulterados (critério de integridade) ou por menor valor arquitetônico não atingiam as exigências do Livro das Belas-Artes. A

partir da década de 1960, diversos conjuntos tiveram seu valor paisagístico mais claramente reconhecido, porém ainda como uma moldura para o bem arquitetônico mais importante e interpretada como algo extrínseco ao bem que só recebe valor por associação. (RIBEIRO, 2007).

Outro impedimento para o reconhecimento das paisagens como um bem em si foi a extensão das áreas para uma proteção efetiva, mesmo que a Instituição lide com questões de tombamento em sítios urbanos grandes em perímetro e de complexidade considerável. (RIBEIRO, 2007).

Em 2009, o IPHAN instituiu um novo instrumento de preservação, a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, juntamente com a Coordenação de Paisagem Cultural por meio da Portaria IPHAN 127/2009, em um contexto descrito no texto Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira (IPHAN, 2011, p. 1) como:

> Por isso, neste momento de amadurecimento institucional, onde a chancela da paisagem cultural figura como instrumento atualizado de preservação do patrimônio cultural, inserida num contexto de ampliação da ação do Iphan no território nacional, de revisão metodológica e conceitual, de inovação técnica e instrumental, trazemos ao conhecimento de todos as reflexões e convencimentos acerca da Paisagem Cultural Brasileira, buscando o estabelecimento de entendimentos – dados a partir de experiências concretas – e de uma estratégia de atuação para o futuro.

O IPHAN (2007, v. 1, p. 264) também considera positiva a criação da chancela, uma evolução do entendimento da preservação:

> Da mesma forma, o reconhecimento da importância das paisagens e das culturas locais deve passar a fazer parte da política de desenvolvimento do país. Ao reconhecer e trabalhar com a noção de que a integridade de uma paisagem, de um conjunto tombado, ou de uma manifestação cultural só existe e só continuará existindo a partir de uma ação que viabilize a permanência de condições – ambientais, econômicas, sociais, culturais – que a conformam, passa-se a trabalhar num outro patamar de preservação, que envolve outras instituições e outros órgãos governamentais.

Conforme o artigo 1º da referida Portaria, constitui Paisagem Cultural Brasileira “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”, em que o uso do termo impressão de marcas retoma a escola vidalina, uma das maiores influências da geografia brasileira.

A linha adotada pelo IPHAN é similar à da UNESCO por definir o instrumento de chancela como sujeitos aos mesmos critérios de excepcionalidade, exemplaridade e singularidade que os demais instrumentos, reconhecendo que embora todas as paisagens possam ser definidas como culturais tais critérios devam ser aplicados para diferenciação de um bem patrimonializável ou não, sob pena do esvaziamento de significado do conceito de paisagem cultural. (IPHAN, 2011)

IPHAN (2011, p. 3) aponta ainda outra delimitação:

> Importante destacar que chancela não se aplica a todos os sítios excepcionais ou singulares. Se os fatores preponderantes que singularizam o sítio forem materiais é possível que o tombamento seja o instrumento de proteção mais adequado. Se os elementos materiais forem secundários ou acessórios, o registro será possivelmente o instrumento indicado. Nos sítios onde são constatadas as singularidades materiais de determinada área, somadas à sua relação intrínseca com a natureza e ao caráter dinâmico no convívio com o elemento humano, aí então caberá a chancela da Paisagem Cultural.

Devido a isso, o primeiro passo é o estabelecimento de um recorte espacial, tendo em vista a justificação de sua peculiaridade em reação as suas continuidades e o restante do território nacional. O segundo ponto é a preocupação com a eficácia da chancela, considerando as medidas necessárias para manutenção das características que definem tal paisagem cultural. O IPHAN (2011) ressalta que sobre a porção do território chancelada não recairão sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam sua transformação. Quando necessário, deve o instrumento então ser acompanhado, antecedido ou complementado por outros instrumentos como tombamento, registro e outras formas de proteção, incluindo mecanismos disponíveis em outras esferas (proteção ambiental, planejamento urbano, fomento, etc), como explicitado no segundo artigo da Portaria 127/2009.

Além de possuir características peculiares, a paisagem a receber a chancela deve estabelecer um pacto, entendido como ferramenta estratégica para preservação e gestão. Segundo a Portaria, tal pacto pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada. O órgão de patrimônio cultural é apenas um dos agentes, responsável pelo monitoramento (e não fiscalização, pois a chancela não impõe restrições rigorosas como o tombamento, sendo uma espécie de certificado ou selo de qualidade) e pela renovação periódica (de dez em dez anos) da outorga da chancela. O pacto é anterior e inerente à chancela e passa pela

aprovação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. (WEISSHEIMER, 2010; IPHAN, 2011).

O IPHAN (2011, p. 8) afirma, baseado no caso de Elesbão, Amapá:

> Se, ao se iniciar o trabalho em Elesbão, o Iphan tivesse detectado desprezo e desvalorização, por parte dos moradores e dos carpinteiros navais, do lugar onde moram e da atividade que desempenham, a principal fonte de motivação para a chancela deixaria de existir e o processo seria inócuo, já que não há mecanismos que obriguem alguém a continuar dotando um determinado modo de vida ou desempenhando uma profissão indesejada. Por isso, se aprofundarmos a reflexão, mais importante que uma prefeitura, um órgão regulador ou outra entidade externa, é a participação e o desejo do grupo social envolvido em obter reconhecimento e lutar pela preservação de seu modo de vida e de seu território que constitui o fator determinante e condição *sine qua non* para a proposição da chancela.

Apesar de a UNESCO também considerar fundamental a participação da população, possui uma visão um pouco diferente:

> If the unity of culture and nature has been lost, every effort should be made to revitalize it to as high a level as possible. This is not meant in any sense as retrogressive, but rather as looking forward to the future. (UNESCO, 1993, p. 11)

Os primeiros casos selecionados para estudo da aplicação da chancela de paisagem cultural surgiram das temáticas imigração e patrimônio naval, ambas já abordadas em inventários anteriores. A chancela da paisagem de Santa Catarina (FIGURA 2.11) derivou do projeto Roteiros Nacionais de Imigração, procurando trabalhar com a constituição de caminhos que promovessem a integração de diversos bens culturais da imigração presentes nas áreas rurais de diversos municípios do Estado, proporcionando alternativas de sobrevivência às famílias de agricultores tendo em vista as pressões de urbanização e industrialização presentes nessas regiões. (IPHAN, 2011). O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou este projeto no dia 03 de maio de 2011, sendo a primeira chancela de Paisagem Cultural Brasileira da história do país.



FIGURA 2.11 – PROPRIEDADE RURAL EM SANTA CATARINA
FONTE: IPHAN (2011).

Outros estudos pioneiros ainda em processo buscam expoentes do patrimônio naval brasileiro: a utilização de embarcações tradicionais de madeira e da vela como principal elemento propulsor, a existência de carpintaria naval e outros ofícios correlatos ativos, a pesca artesanal, a ocorrência de celebrações marítimas e outras manifestações intangíveis. Tais elementos foram encontrados em Pitimbu (PB), Valença (BA), Elesbão (AP) e Camocim (CE). (FIGURA 2.12 E 2.13)



FIGURA 2.12 E 2.13 – ELESBÃO, AMAPÁ E CAMOCIM, CEARÁ
FONTE: IPHAN (2011).

WEISSHEIMER (2010, p.1) resume os objetivos e preocupações relacionadas à chancela:

> A chancela Paisagem Cultural busca assinalar a diversidade de relações que o homem estabeleceu com seu meio, [...] O reconhecimento e a perpetuação de contextos singulares busca a igualdade na diferença, o equilíbrio pela diversidade, a compreensão de cada um pela existência do outro.

2.2 PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO ESTADUAL

A legislação estadual do patrimônio, até hoje vigente, foi aprovada no contexto das comemorações do Centenário da Emancipação Política com a expectativa de deixar para trás as dificuldades encontradas até então na preservação do patrimônio paranaense. Logo em seu primeiro artigo, a Lei 1.211 de 16 de setembro de 1953 cita a importância da preservação de paisagens:

> Art. 1º. Constitui o patrimônio Histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação e fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (PARANÁ, 1953, p. 1).

Baseando-se no Decreto 25/1937, a legislação cria quatro livros do tombo, um deles o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Os primeiros tombamentos ocorreram a partir da década de 1960 em número de vinte e um focados em bens que remontam ao início da ocupação portuguesa, principalmente à arquitetura religiosa (KERSTEN, 2000). A primeira inscrição no livro do tombo em questão foi o Parque Vila Velha, Furnas e Lagoa Dourada em 18 de janeiro 1966 (FIGURA 2.14), sobre qual KERSTEN (2000, p. 142):

> Para além desses tombamentos mais tradicionais mereceu cuidado o conjunto paisagístico de Vila [Velha, sic.], ações dos elementos da natureza que conformaram um território peculiar ao qual a cultura empresta significados especiais.



FIGURA 2.14 – PARQUE VILA VELHA, PARANÁ
FONTE: PONTAGROSSA (2011).

Na década de 1970, orientações de organismos nacionais e internacionais apontam a crescente valorização de conjuntos arquitetônicos. Entre os quarenta e oito bens tombados, ganham destaque também os bens naturais como árvores, paisagens e orla marítima (KERSTEN, 2000). Ressalta-se o primeiro dos únicos dois tombamentos que apresentam o termo paisagem em sua designação: Paisagem da Orla Marítima de Matinhos de 15 de fevereiro de 1970. (FIGURA 2.15).



FIGURA 2.15 – ORLA MARÍTIMA DE MATINHOS, PARANÁ
FONTE: MATINHOS (2011).

O segundo tombamento que faz uso do termo paisagem se refere à Paisagem urbana do trecho da Praça Ozório, Avenida Luís Xavier, Rua XV de Novembro e Praça Santos Andrade. Segundo KERSTEN (2000), a proposta foi apresentada pela Prefeitura Municipal de Curitiba ao Conselho do Patrimônio estadual, a Paisagem Urbana englobou fachadas, o calçadão e os equipamentos urbanos, atingindo mais de quinhentas edificações direta ou indiretamente.

A ocupação do trecho ocorreu na metade do século XIX com casas coloniais mal alinhadas. No final do mesmo século, as casas térreas começaram a ser substituídas por sobrados ecléticos com comércio no térreo e residência no pavimento superior. Na década de 1930, a Rua XV de Novembro consolidou-se como o eixo cultural e área de convivência social de Curitiba com três funções básicas comércio, habitação e lazer (FIGURA 2.16). Em 1972, o então prefeito Jaime Lerner executou o Plano de Revitalização que interditou o tráfego de veículos, modificando o panorama da via com substituição do asfalto pelo mosaico em *petit-pavet* e introdução de novo mobiliário urbano. Tal experiência pioneira de vias exclusivas para pedestres foi depois seguida por diversas outras cidades brasileiras. (FIGURA 2.17). (LYRA, 2006).



FIGURA 2.16 – RUA XV DE NOVEMBRO, CURITIBA, ANTES DA EXECUÇÃO DO CALÇADÃO
FONTE: CURITIBA (2011).



FIGURA 2.17 – EXECUÇÃO DO CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO, CURITIBA
FONTE: GAZETA DO POVO (2011a).

A caracterização do bem pela inscrição no livro do tombo define a rua como *sala de estar de Curitiba* com bancos, floreiras e mesas de lanche com cobertura acrílica roxa. As observações determinam a consulta ao Patrimônio Estadual para todas as alterações que possam agredir o conjunto, citam-se placas, letreiros e luminosos, reformas de fachadas e novas edificações (PATRIMONIO CULTURAL, 2011). Percebe-se uma latente relação do conceito de paisagem com a impressão visual, ainda que levantadas outras relações presentes como a social. (FIGURAS 2.18 E 2.19)



FIGURAS 2.18 E 2.19 – CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO, CURITIBA
FONTE: GAZETA DO POVO (2011b) E GAZETA DO POVO (2011c) .

A partir de 1980, surge uma nova orientação na proteção estadual a qual inclui espaços cerimoniais e bens imateriais. Na mesma década, o desenvolvimento econômico do país via industrialização provocou um acelerado e desordenado crescimento urbano, causando entre outros a abertura e ampliação de vias ao custo da demolição de edificações e descaracterização de bosques, parques e praças "sem grandes cuidados com a preservação da paisagem, ou com as relações sociais e culturais ali estabelecidas." (KERSTEN, 2000, p. 146).

Em 1990, consolidam-se as linhas de pesquisa que seguiam os ciclos históricos da economia e buscavam resgatar a memória histórica com base não só em edificações, mas também nos caminhos, passagens e espaços que contenham significações.

> Tentou-se ainda romper com a rígida articulação entre arquitetura e história nas ações patrimonialistas. Novas práticas foram incorporadas a novos contextos, adquirindo diferentes significados – a preservação dos espaços, objetos ou elementos da natureza, a manutenção de formas de sociabilidade. A riqueza da diversidade cultural aliou-se à produção material e simbólica e à noção de bem. Espaços sociais agregados de valores simbólicos passaram a ser reconhecidos como patrimônio e preservados à revelia do tombamento. (KERSTEN, 2000, p. 151)

Nesse contexto, é possível afirmar que no âmbito estadual as paisagens culturais figuram de duas formas com base nas inscrições nos Livros do Tombo disponíveis em LYRA (2006) e PATRIMÔNIO CULTURAL (2011). A primeira delas, como patrimônio natural; é o caso da Paisagem da Orla Marítima de Matinhos que inclui a sede do município, porém sob a ótica de que esta é prejudicial e agressiva à paisagem natural. Outro exemplo, é o Parque de Vila Velha Furnas e Lagoa

Dourada encarado como uma paisagem natural com valores culturais associados, presentes em lendas indígenas, algo semelhante à categoria de paisagem cultural associativa da UNESCO em que a evidência material de cultura pode estar até mesmo ausente. Um terceiro exemplo é o tombamento da Serra do Mar descrita como uma paisagem natural notável, ainda que ressaltados seus valores históricos e culturais e a necessidade de preservação dos caminhos arqueológicos, artísticos e de obra da engenharia humana, como o Itupava, a Estrada da Graciosa e a Ferrovia Paranaguá-Curitiba. (FIGURA 2.20).



FIGURA 2.20 – SERRA DO MAR, PARANÁ
FONTE: GAZETA DO POVO (2011d).

O segundo viés da paisagem surge nos conjuntos urbanos. É o caso da Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro que considera os elementos físicos antrópicos, mas também as interações sociais que ali ocorrem. Os setores históricos da Lapa e de Paranaguá possuem em suas inscrições no Livro do Tombo Histórico a observação comum “O tombamento garantirá a harmonia e o valor histórico cultural da paisagem urbana da cidade” (PATRIMÔNIO CULTURAL, 2011). Nestes casos, há a valorização dos aspectos físicos antrópicos com pouca consideração dos elementos naturais das respectivas paisagens e ao patrimônio natural.

3. ANÁLISE DE CASOS CORRELATOS

No presente capítulo, serão analisadas três paisagens culturais protegidas, duas delas em âmbito internacional – Val d'Orcia e Vale de Viñales – e uma em âmbito nacional – Roteiros Nacionais da Imigração em Santa Catarina –, buscando subsídios para a elaboração de diretrizes para a paisagem cultural da colônia Mariental, objeto de estudo deste trabalho.

O primeiro caso Val d'Orcia, localiza-se na Província de Siena, Itália. Cidade que durante os séculos XIV e XV colonizou o território aplicando o conceito renascentista da *bel paesaggio*, criando uma paisagem única do ponto de vista estético composta de propriedades rurais, vilas e cidades. Este caráter de transição urbano-rural, constatado pela UNESCO (2004), é um dos principais motivos da escolha por se relacionar com a situação de Mariental, distrito predominantemente rural à qual recentemente se atribuiu um perímetro urbano, como será visto no Capítulo 4. Outra semelhança é que ambas as paisagens surgiram de processos de colonização que, embora muito diversos, pressupõem a ocupação de um espaço antes negligenciado a que se impõem ações definidas, diferentemente de uma gênese espontânea como é o caso do Vale Viñales em Cuba. São ainda outros elementos comuns, a presença de uma via de importância histórica e de um relevo suave, caracterizado por ondulações.

No subcapítulo 2.4, apresenta-se a paisagem cultural de Vale de Viñales, em Cuba, escolhida por ser a primeira paisagem cultural latino-americana listada pelo Patrimônio Mundial. A característica marcante desta paisagem é a produção de tabaco por meio de uma agricultura tradicional aliada à presença de uma sociedade multiétnica com manifestações materiais e imateriais. Tal paisagem se encaixa no contexto dos usos tradicionais da terra, valorizados pela UNESCO em diversas outras nomeações, demonstrando o entendimento da paisagem cultural como metáfora, em pequena escala, da relação sustentável desejada com o planeta Terra (UNESCO, 1993). As relações com Mariental que podem ser apontadas são o caráter rural, a presença de arquitetura vernacular, a existência de um caminho histórico e a participação em acontecimentos históricos.

Os dois primeiros casos indicam algumas condições para a nomeação da categoria paisagem cultural contínua pela UNESCO, entre as quais está a definição de um recorte de área variável que já possua proteção nacional consolidada por legislação tanto ambiental quanto patrimonial. Os valores considerados são ambiental, natural, arqueológico, etnológico, arquitetônico e histórico, embora perceba-se a preponderância dos critérios culturais na inscrição dos bens mesmo em paisagens de reconhecido valor natural. Pode-se notar também que a importância estética está sempre presente e que a existência de patrimônio imaterial não é condicionante à nomeação, como percebe-se em Val d'Orcia.

O terceiro caso envolve o território de dezesseis municípios brasileiros em Santa Catarina onde estão presentes o patrimônio cultural da imigração alemã, italiana e polonesa cuja paisagem foi chancelada neste ano de 2011, aplicando o novo instrumento de Chancela da Paisagem Brasileira, criado em 2009. Guardada a diferença de abrangência, é o caso mais próximo da Colônia Mariental por se encontrar no mesmo contexto brasileiro de imigrações durante o século XIX que produziu patrimônio cultural único englobando arquitetura e outras manifestações. Uma diferença que pode ser apontada entre Mariental e as colônias catarinenses é que a primeira se estabeleceu próxima a uma cidade pré-existente, Lapa, já consolidada pelo ciclo tropeiro, enquanto em Santa Catarina foram uma iniciativa de ocupação do planalto até então desocupado, cujas colônias mais tarde deram origem a cidades hoje consolidadas.

3.1 VAL D'ORCIA, TOSCANA, ITÁLIA

Val d'Orcia foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial na 28ª sessão do Comitê, celebrada em Suzhou, China, entre 28 de junho e 7 de julho de 2004, classificada na categoria (2.) Paisagem evoluída organicamente (b.) Paisagem contínua (FIGURA 2.7). Os critérios culturais utilizados foram:

> (iv.) ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade
> (vi.) estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional. (UNESCO, 2010, p 28).

A nomeação italiana apresentava ainda outros critérios, porém a avaliação do Comitê aprovou apenas os dois últimos, justificando abaixo:

> *Criterion ii*: The nomination says that the Val d'Orcia has influenced successive landscape development in Italy and in the rest of Europe. This is difficult to justify in either technological or spatial terms.
> *Criterion iii*: This is justified on the grounds that the Val d'Orcia constitutes an exceptional testimony to architectural, town planning, landscape and environmental values as seen in the integration between structures urban and rural. More pertinent would have been the idea of the Val d'Orcia as reflecting an ideal way of managing the landscape in harmony with nature – which in effect is the justification for criterion iv as well.
> *Criterion iv*: The Val d'Orcia is an exceptional reflection of the way the landscape was re-written in Renaissance times to reflect the ideals of good governance and of how landscape was designed to be aesthetically pleasing.
> *Criterion vi*: The landscape of the Val d'Orcia was celebrated by painters from the Siennese School, which flourished during the Renaissance. Images of the Val d'Orcia and particularly depictions of ideal landscapes where people live in harmony with nature, have come to be seen as icons of the Renaissance and have had a profound influence on the development of landscape thinking. (UNESCO, 2004, p. 260).

A área está a 25 quilômetros do centro de Siena e corresponde ao território do *Parco Artistico Naturale e Culturale della Val d'Orcia* criado por lei nacional em 1999. A zona proposta para a inscrição é de aproximadamente 612km² com um entorno de 57km², envolvendo o território de cinco municípios com população total de 14.300 pessoas, somados a 1.200 habitantes do entorno. A paisagem é formada por uma rede de fazendas, vilas e cidades que refletem a prosperidade da área rural, o poder da cidade de Siena e sua necessidade de defesa durante o Renascimento. (FIGURA 3.1). (UNESCO, 2004).



FIGURA 3.1 – VAL D'ORCIA, TOSCANA, ITÁLIA
FONTE: PARCODELLAVALDORCIA (2011a).

Os elementos naturais se apresentam por um relevo característico do sul da Toscana, conhecido como Crete de Sienne – literalmente, argilas de Siena – colinas suaves e arredondadas com vales rasos, alternadas com escarpas e riachos. A estrutura geológica particular se deve à combinação dos depósitos de lava do vulcão Amiata com outros sedimentos e argila, propiciando dois fenômenos: primeiro, a abundância de fontes de água, inclusive termais, o que motivou a ocupação desde períodos pré-romanos; e segundo, contínuas mudanças na paisagem por erosão das frágeis colinas de argila. (FIGURAS 3.2 E 3.3). (UNESCO, 2004).



FIGURAS 3.2 E 3.3 – ELEMENTOS NATURAIS DE VAL D'ORCIA, TOSCANA, ITÁLIA
FONTE: PARCODELLAVALDORCIA (2011b) E PARCODELLAVALDORCIA (2011c).

A paisagem foi trabalhada pela ação humana principalmente durante o século XIV e início do XV, quando a então poderosa cidade-estado de Siena colonizou a área, causando profundas transformações no território pela introdução de novas culturas (vinhas e oliveiras), novas técnicas (produção em terraços) e

novas relações de produção (contratos de parceria). As terras pertenciam aos mercadores urbanos que as dividiam entre agricultores os quais assinavam contrato garantindo a entrega de metade da produção, além de diversas outras determinações como época de plantio e colheita, quantidade de fertilizantes, uso de ferramentas, entre outros. (UNESCO, 2004).

Cada fazenda é uma unidade autônoma com uma casa para sete ou oito pessoas, localizada em posição dominante e enriquecida com elementos arquitetônicos tais como varandas, belvedère, portais de entrada e jardins elaborados. Os ciprestes utilizados largamente ao redor dos assentamentos, isolados ou acompanhando os caminhos, tornaram-se símbolo da região. Há ainda os demais edifícios necessários à vida agrícola como estábulos, celeiro, chiqueiro, armazéns para a colheita, etc., e as plantações de diversas culturas para fornecer trabalho durante todo ano e evitar o abandono das terras. (FIGURA 3.4). (UNESCO, 2004).



FIGURA 3.4 – PROPRIEDADE RURAL DE VAL D'ORCIA, TOSCANA, ITÁLIA
FONTE: NATIONALGEOGRAPHIC (2011b).

Outras singularidades do vale são as aldeias fortificadas – com destaque para Montalcino, Radicofani, Castiglio d'Orcia, Rocca d'Orcia e Monticchello – e os edifícios dispersos de arquitetura civil e religiosa. Durante o Renascimento, ocorreu ainda a melhora das cidades existentes, sendo o maior exemplo a cidade planejada Pienza, já listada pelo Patrimônio Mundial. (UNESCO, 2004).

O objetivo renascentista não era apenas uma ocupação agrícola eficiente, mas a criação de uma paisagem agradável aos olhos, o resultado do desenho consciente e cuidadoso da paisagem marcou o início da consideração do conceito de paisagem como uma criação humana. Todas as intervenções se relacionam ao ideal da *bel paesaggio*, representado pelo pintor Ambrogio Lorenzetti na alegoria do

bom governo contraposta a do mau governo, ambas presentes no Palácio de Governo de Siena (FIGURAS 3.5 E 3.6). Tal ideal se concretizou na paisagem de Val d'Orcia, mais tarde retratada por outros pintores italianos, como Giovanni di Paolo e Sano di Petri, e viajantes europeus. (UNESCO, 2004).



FIGURA 3.5 – ALEGORIA DO MAU GOVERNO POR AMBROGIO LORENZETTI
FONTE: WIKIMEDIA (2011a).

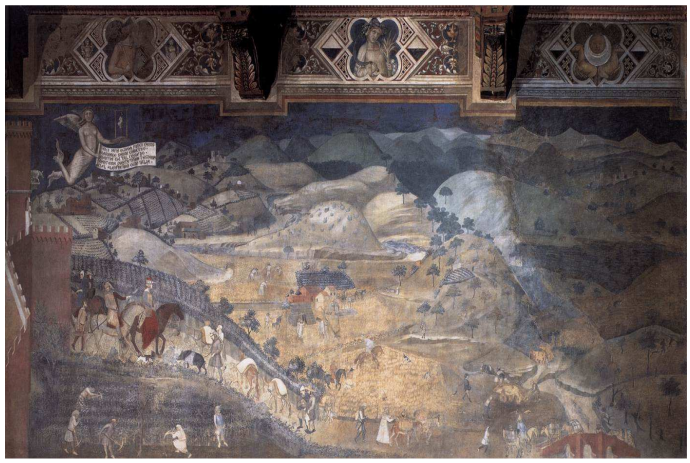


FIGURA 3.6 – ALEGORIA DO BOM GOVERNO POR AMBROGIO LORENZETTI
FONTE: WIKIMEDIA (2011b).

A integração e interdependência entre as zonas rurais e urbanas ainda hoje estão preservadas. As propriedades mais próximas aos centros urbanos possuem uma relação funcional estreita e praticam a agricultura intensiva. Já as mais distantes, praticam agricultura extensiva e pecuária. Pode-se dizer que Val d'Orcia é uma zona de transição urbano-rural, um espaço intermediário entre dois modelos de desenvolvimento diferentes, como apontado no dossiê de nomeação:

> La Val d'Orcia représentait donc un espace économique, social et environnemental intermédiaire. Ses coteaux parfois arides et abrupts qui se terminaient au fond de la vallée plus fertile ont constitué pour Sienne le lieu de contact entre les deux expériences et les deux modèles de développement. La Val d'Orcia a ainsi pris les caractéristiques d'un territoire de frontière. (UNESCO, 2004, p. 56)

A história econômica e política do vale é indissociável do caminho de Francigena, uma rede de estradas que liga Siena a Roma, existente desde o período romano, então chamada de Via Cassia. Esta ligação permitiu a troca de informações e recursos por meio do movimento de pessoas e mercadorias; com a consolidação da rota comercial e religiosa, os assentamentos urbanos em seu percurso cresceram. Foi exatamente o interesse estratégico no controle da rota que causou a colonização de Val d'Orcia por Siena. Em 1559, a República de Siena termina e o território torna-se um distrito agrícola sob domínio de Florença. (UNESCO, 2004).

Em um período mais recente, a ausência de industrialização no vale entre os anos de 1950 e 1970 causou o êxodo da população. Em seguida, porém ocorreu um novo surto de desenvolvimento econômico baseado no turismo e na produção agrícola de excelência. (UNESCO, 2004).

O valor excepcional foi atribuído por três razões: a concretização em Val d'Orcia dos ideais de bom governo, sistemas inovadores de posse da terra e a criação deliberada de paisagens com objetivo estético; a existência de rica documentação do processo de planejamento e implantação desses ideais; e a qualidade associativa da imortalização da paisagem de Val d'Orcia por artistas de forma que se tornou a paisagem renascentista ideal, influenciando profundamente o desenvolvimento do conceito de paisagem. (UNESCO, 2004).

A autenticidade e integridade da área se devem aos quase quatro séculos de abandono, após o domínio de Florença, não havendo alterações significativas o que possibilitou a criação do parque nacional envolvendo praticamente toda a área colonizada por Siena. Ainda assim, existem ameaças atuais como o turismo descontrolado, técnicas modernas de produção agrícola que prejudicam o solo instável por natureza, o risco de incêndio e o fator social de envelhecimento da população. (UNESCO, 2004).

A propriedade do sítio é mista, distribuída entre pública, eclesiástica e privada. Algumas áreas e edificações já eram protegidas por lei nacional de 1939, caracterizando a preservação por meio de instrumentos variados. A gestão do parque pertence à Conferência da Zona de Val d'Orcia, formada pelo presidente da Administração Provincial de Siena e pelos prefeitos dos cinco municípios interessados, que trabalham com exemplar unidade. Os objetivos são o desenvolvimento do turismo, respeitando a integridade ambiental e priorizando

pequenos hóteis nas vilas no lugar de complexos hoteleiros. Assim como a promoção e apoio da agricultura tradicional e seus produtos, procurando por estratégias como certificações de qualidade e criação de festivais focados em vinhos e gastronomia local em cooperação com os pequenos produtores. (UNESCO, 2005).

A avaliação do ICOMOS ressalta o orgulho e identificação dos moradores com o sítio e a vontade coletiva da preservação e desenvolvimento sustentável da área. As recomendações do mesmo órgão se referem ao maior detalhamento do processo de construção da paisagem, da morfologia da paisagem e implantação das fazendas, do comércio da produção, entre outros. Ou seja, como a paisagem funcionava durante o Renascimento e quanto destes sistemas persistem. Outro ponto é a necessidade de maior atenção à arquitetura vernacular. (UNESCO, 2004).

No caso de Val d'Orcia é interessante notar que a nomeação italiana não faz considerações sobre o patrimônio imaterial existente, a maneira de viver ou ainda o saber fazer da população residente, mesmo os festivais gastronômicos que lá ocorrem são inovações da gestão e não surgem de tradições presentes. O destaque é dado ao processo ocorrido durante o Renascimento, sem esclarecimento da dinâmica atual da paisagem.

Ressalta-se ainda a existência da sobreposição de instrumentos de proteção, sendo eles ambientais por meio da criação do parque, de tombamento nacional individual para diversas edificações da arquitetura erudita, tombamento nacional de alguns conjuntos urbanos e proteção de uma das cidades pela Lista do Patrimônio Mundial. Contrariando a suposição de que tal sobreposição possa causar divergências na gestão, os diversos órgãos envolvidos trabalham em consonância por meio do Plano Territorial de Coordenação da Província de Siena, dos Planos Gerais de Regulamentação municipais, do Plano de Gestão do Parque e do Plano Plurianual de Desenvolvimento Econômico e Social. A UNESCO (2004) destaca que o pequeno tamanho das comunidades facilita a direta comunicação e consulta que parece ser muito eficaz e eficiente.

3.2 VALE DE VIÑALES, PINAR DEL RÍO, CUBA

O Vale de Viñales (FIGURA 3.7) foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial na 23ª sessão do Comitê, celebrada em Marrakesh, Marrocos, entre 29 de novembro e 4 de dezembro de 1999, classificada na categoria (2.) Paisagem evoluída organicamente (b.) Paisagem contínua (FIGURA 2.7). Foi a primeira inscrição de uma paisagem cultural latino-americana. O critério cultural utilizado foi:

> (iv.) ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade (UNESCO, 2010, p. 28).

No caso específico de Viñales:

> (iv): The Viñales Valley is an outstanding karst landscape in which traditional methods of agriculture (notably tobacco growing) have survived unchanged for several centuries. The region also preserves a rich vernacular tradition in its architecture, its crafts, and its music. (UNESCO, 1999, p.1).



FIGURA 3.7 – VALE DE VIÑALES, PINAR DEL RÍO, CUBA
FONTE: NATIONALGEOGRAPHIC (2011c).

O vale, com cerca de 132 km² encravado na Serra dos Órgãos do grupo montanhoso de Guaniguanico, é uma planície de terras aráveis com afloramentos calcários *mogotes* que podem atingir trezentos metros de altura, onde encontram-se fósseis de dinossauros terrestres e marinhos e cavernas que eram habitadas antes da chegada dos conquistadores espanhóis. A vegetação é caracterizada por mais de dezessete espécies locais com destaque para a *Microcyca calocoma*, um fóssil vivo da flora do Cretáceo, única espécie vegetal declarada Monumento Nacional cubano. Durante o período colonial, o solo fértil e o clima favorável propiciaram o

desenvolvimento da pecuária e cultivo de alimentos, utilizando-se de mão de obra escrava africana. (UNESCO, 1999; UNESCO, 2005; CNPC, 2011a; LACULT, 2006).

Após o surgimento e expansão considerável do cultivo do tabaco, a vila de Viñales foi fundada em 1875, apesar da existência do assentamento desde 1607, ao longo da estrada que vai de Pinar del Río, capital da província, a Puerto Esperanza, principal porto. Em 1882, foi construída a Ferrovia Oeste (*Ferrocarril del Oeste*), da qual restam poucos vestígios. O vale foi também palco de operações militares durante a Guerra de Independência (1895-1898) e a Revolução Cubana (1953-1959). (UNESCO, 1999; LACULT, 2006).

Atualmente, o vale tem uma população de cerca de oito mil pessoas que ainda se dedicam à produção de tabaco com métodos tradicionais (FIGURA 3.8), como a tração animal. Segundo o dossiê para nomeação preparado pelo Conselho Nacional de Patrimônio Cultural da República de Cuba (1998), experiências recentes revelam que métodos mecanizados de produção diminuem a qualidade do tabaco produzido, justificando a manutenção das técnicas tradicionais. (UNESCO, 1999).



FIGURA 3.8 – PLANTAÇÕES DE TABACO NO VALE DE VIÑALES
FONTE: CNPC (2011b).

As edificações, basicamente residências, possuem configuração simples, usando materiais naturais locais (FIGURA 3.9). A vila mantém sua organização original: uma rua principal com casas enfileiradas, sendo várias delas exemplares interessantes de arquitetura colonial. O vale abriga uma cultura única, síntese de contribuições indígenas, espanholas e africanas, com manifestações na música dos trabalhadores rurais (*veguero*) e no artesanato. (UNESCO, 1999; CNPC, 2011a) Além disso, a paisagem é representativa da identidade cubana:

> Cubans identify themselves strongly with Viñales Valley because of the beauty of the site and its historical and cultural importance. In the visual arts, the valley has been transformed into a symbol of the Caribbean landscape by artists such as Domingo Ramos and Tiburcio Lorenzo. (UNESCO, 1999, p. 142).



FIGURA 3.9 – PROPRIEDADE RURAL NO VALE DE VIÑALES
FONTE: UNESCO (1999).

O valor excepcional foi atribuído por ser uma das vistas mais espetaculares do mundo, com elementos naturais raros – formações geológicas semelhantes ocorrem no Vietnã em sítio também listado pelo Patrimônio Mundial. A autenticidade reside no desenvolvimento harmônico da atividade humana em um meio ambiente único, conservando técnicas tradicionais de produção agrícola ao mesmo tempo em que se adaptou as condições modernas de vidas e se tornou dos principais locais turísticos de Cuba, recebendo trinta mil turistas em 1997. (UNESCO, 1999; LACULT, 2006). A integridade do sítio, classificada como boa, não está ameaçada por catástrofes naturais, sendo a prevenção dos riscos voltada para danos humanos como crescimento urbano interferindo nas áreas de cultivo, esgotamento de recursos hídricos e produção exagerada de lixo, causados pelo turismo descontrolado. (UNESCO, 1999; LACULT, 2006).

A área é de propriedade mista, formada em cerca de 92% por propriedades privadas. O sítio já era protegido pela Constituição Nacional de 1976 e foi declarado Monumento Nacional em 1979. A gestão é de responsabilidade de órgãos de patrimônio do governo cubano, os Conselhos Nacionais de Patrimônio Cultural e Natural, com supervisão local pelo Centro Provincial de Patrimônio de Pinar del Río. Participam ainda o Ministérios de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e da Agricultura (UNESCO, 1999). As ações envolvem a conservação do sítio, juntamente com a melhora das condições sociais dos moradores, além de

campanhas para salientar os valores naturais e culturais do sítio tanto para nativos quanto para visitantes. Tendo como objetivos a preservação da harmonia existente, das características físicas, das espécies de fauna e flora, a manutenção da estabilidade ecológica, o uso racional dos recursos naturais, a satisfação das necessidades da população e contribuir para o turismo. (UNESCO, 1999).

As recomendações do ICOMOS se referem principalmente à coleta de tradições orais e de outras formas do patrimônio imaterial e ao controle do turismo com melhor sinalização e incentivo ao ecoturismo. Há ainda a intenção de estabelecimento de itinerários culturais entre as ilhas do Caribe, ligados à agricultura tradicional de outros produtos como açúcar e café. (UNESCO, 1999).

LACULT (2006), ao hierarquizar os valores da paisagem de Viñales, coloca em ordem decrescente ambiental, natural, arqueológico, etnológico, arquitetônico e histórico. É interessante notar que apesar de todas as referências ao elementos naturais da paisagem e a classificação do valor natural como segundo em importância, Viñales foi registrado pela Lista do Patrimônio Mundial somente sob único critério cultural. IUCN (1999) esclarece que, apesar da presença de valores naturais complementares aos culturais como as torres karsticas, as grutas e o ecossistema com alto nível de endemismo, o vale não corresponde aos critérios naturais de inscrição (i.) (ii.) (iii.) (FIGURAS 2.4 E 2.5), ainda que possua os requisitos necessários à paisagem cultural.

Até 2002, somente dois sítios da América Latina estavam inscritos como paisagem cultural na Lista do Patrimônio Mundial, ambos em Cuba, demonstrando a construção política da lista, que em todas as categorias possui maior número de sítios localizados na Europa. Outra recorrência é a presença marcante de paisagens agrícolas na categoria de paisagem contínua, caso de Viñales, ligados ao uso tradicional da terra, definidas por FOWLER (2003) como paisagens de inércia.

Como no caso de Val d'Orcia, as formas de relevo e vegetação característica são de fundamental importância na consideração dos elementos físicos, tangíveis, da paisagem, atribuindo-se menos importância à arquitetura vernacular das edificações ou ainda a sua implantação e relação com restante do sítio. Porém, no Vale de Viñales, o patrimônio imaterial e o saber fazer da população manifestado tanto na agricultura quanto no artesanato é determinante para a inclusão na Lista do Patrimônio Mundial.

Ressalta-se mais uma vez a sobreposição de instrumentos de proteção, como parque nacional, monumento nacional e a salvaguarda prevista ainda na Constituição Nacional.

3.3 ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, SANTA CATARINA, BRASIL

Em 03 de maio de 2011, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou a primeira chancela de Paisagem Cultural Brasileira protegendo bens relacionados à imigração (FIGURA 3.10), aplicando o novo instrumento de preservação criado com a Portaria 127/2009.



FIGURA 3.10 – PROPRIEDADE RURAL EM INDAIAL
FONTE: IPHAN (2007).

O projeto Roteiros Nacionais de Imigração foi realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura, a Lei de Incentivo a Cultura do Estado de Santa Catarina e diversos municípios do estado, contando com a participação de pesquisadores contratados. Os municípios mais estudados foram: Blumenau, Pomerode, Timbó, Benedito Novo, Indaial, Ascurra, Rodeio e Rio dos Cedros, todos representativos da Colônia Blumenau; Joinville, Campo Alegre e São Bento do Sul, todos integrantes da antiga Colônia Dona Francisca; além de Jaraguá do Sul, (Sociedade Colonizadora Hanseática) e Brusque e Guabiruba – da Colônia Brusque. No norte do estado, Mafra e Itaiópolis tiveram seus imóveis principais inventariados. No sul do estado, derivados da Colônia Azambuja, foram pesquisados Urussanga, Nova Veneza, Pedras Grandes e Orleans. (FIGURA 3.11).

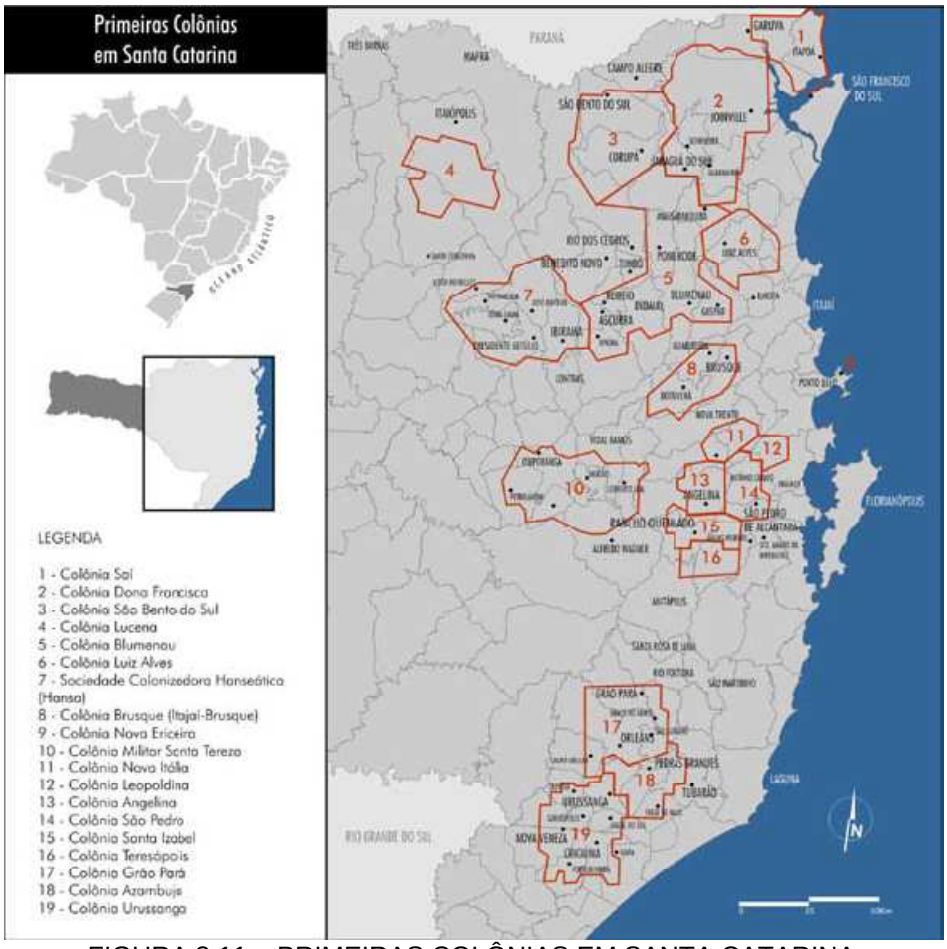


FIGURA 3.11 – PRIMEIRAS COLÔNIAS EM SANTA CATARINA
FONTE: IPHAN (2007).

O território de Santa Catarina no século XVIII, quase duzentos e cinquenta anos depois do Descobrimento, era povoado apenas por indígenas e caboclos, pois até então não havia participado de nenhum ciclo econômico. Na visão do governo imperial, a ausência de europeus e seus descendentes caracterizava um vazio demográfico. Havia as três vilas pioneiras localizadas no litoral: Nossa Senhora da Graça de São Francisco, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna. No planalto, é fundada em 1766 a vila de Lages, como consequência do ciclo tropeiro. (IPHAN, 2007).

A imigração de populações não-lusas inicia-se de fato após a Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808) em uma primeira fase prejudicada pelo conturbado período político das Regências. O fluxo torna-se intenso e contínuo a partir de meados do século XIX, perdurando até a segunda metade do século XX. Estima-se que o Brasil tenha recebido cerca de 5 milhões de imigrantes com composição étnica formada por 40% de alemães, 30% de italianos e 5% de poloneses. Tal processo resultou no crescimento populacional, incremento etnográfico e

desenvolvimento econômico de regiões até então estagnadas, diversas colônias tornaram-se pólos de desenvolvimento industrial e populacional. (IPHAN, 2007).

O patrimônio cultural dos imigrantes formou-se na mescla de tradições e conhecimentos, oriundos de diversos continentes, adaptados às condições históricas, culturais e geográficas locais.

> Após análise exaustiva, pode-se afirmar com segurança que esses conjuntos e unidades rurais devem ser considerados excepcionais, no contexto geral do patrimônio nacional e da arquitetura da imigração Européia para o sul do Brasil. Apresentam inúmeras qualidades. Constituem-se em verdadeiros documentos vivos de uma época, testemunham a maestria construtiva, a autenticidade e originalidade das técnicas construtivas e da genuína adaptação de lições milenares que contribuíram, preponderantemente, na formação do todo da paisagem cultural de uma das regiões brasileiras. (IPHAN, 2007, v. 1, p. 275).

Ressalta-se também que as mudanças sociais, econômicas e ambientais ocorrem no meio rural de modo muito mais vagaroso, contribuindo para a integridade da paisagem.

A análise da paisagem se estrutura a partir dos pontos levantados por SEYFERTH (1990 *apud* IPHAN, 2007, v. 1, p. 196)[5] abaixo:

> os principais traços que distinguem a paisagem das colônias são, além do povoamento disperso e a presença de povoados que surgiram em função da distribuição dos lotes, a organização do espaço dentro das pequenas propriedades, os tipos de moradia e o desenvolvimento urbano.

A implantação nas colônias se caracterizou por lotes de testadas estreitas e grande profundidade, distribuídos ao longo das vias estabelecidas nos vales, próximas a rios, buscando várzeas fertilizadas e encostas pouco acentuadas. Vale ressaltar que os assentamentos estruturaram-se segundo à natureza, mais do que por planejamentos pré-concebidos. A unidade econômica básica era a pequena propriedade local. As casas eram construídas próximas ao alinhamento, quase sempre precedidas de jardins. As demais edificações do lote – ranchos, estábulos, chiqueiro, galinheiros, paióis, etc. – dispunham-se ao redor, por vezes formando pátios de serviços. As áreas de plantio localizavam-se atrás do conjunto construído, preservando-se a mata original na cumeada dos morros. A distribuição dos espaços dentro da propriedade surgia da necessidade de adequação do espaço do lote às atividades desenvolvidas pela família, geralmente policultura aliada à criação de

[5] SEYFERTH, Giralda. I**migração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

animais, que garantiam a subsistência da família. Em casos especiais, havia ainda agricultura comercial ou uma pequena indústria caseira, que viabilizavam o sustento econômico da propriedade. (FIGURAS 3.12 E 3.13). (IPHAN, 2007).



FIGURAS 3.12 E 3.13 – PROPRIEDADES RURAIS EM POMERODE
FONTE: IPHAN (2007).

A ocupação inicial se deu por ranchos provisórios nem sempre relacionados com os caminhos rurais. IPHAN (2007) assinala que após observar a iconografia e algumas dessas construções remanescentes, transformadas em ranchos, pode-se concluir que sua implantação decorria de uma apropriação primária do lote, ainda sem compromisso externos. A posterior construção definitiva já apresentava relações mais significativas com os núcleos e caminhos.

A arquitetura das edificações possui características próprias em cada região e em cada um dos empreendimentos coloniais, tais soluções únicas derivaram da bagagem dos povoadores conjugadas com os materias disponíveis. Ainda assim, IPHAN (2007) ressalta que esses diversos povos ao estruturarem seu ambiente familiar em ambiente brasileiro, aproximam-se de uma forma organizacional comum no arranjo dos espaços de vivência e na implantação do complexo rural, as divergências evidenciam-se nos detalhes técnicos e partidos plásticos.

Os lotes com área de vinte e cinco a trinta hectares em média favoreciam um certo padrão de densidade que propiciou em alguns pontos, como no cruzamento de caminhos, a concentração de edifícios comunitários, como as casas comerciais, escolas e igrejas, fazendo com que paulatinamente se estabelecesse uma ordem de transição urbana rural. (IPHAN, 2007).

As casas comerciais eram local de encontro, ponto de chegada de informações de fora e de comunicação com o mundo exterior. Os comerciantes

possuíam maior poder econômico que o restante da população e eram os únicos capazes de acumular capital. A igreja, único elemento vertical da paisagem, contribui fortemente para a ambiência do conjunto urbano edificado. Também não é uma entidade isolada, mas reúne uma série de funções, sendo a mais presente delas, a associação com a escola e áreas de lazer como os salões paroquiais. Eventualmente, há ainda entidades assistenciais, como asilos e orfanatos, e o cemitério. (FIGURA 3.14). (IPHAN, 2007).



FIGURA 3.14 – IGREJA EM CONJUNTO RURAL EM POMERODE
FONTE: IPHAN (2007).

O IPHAN (2007) discorre sobre as características da paisagem, destacando sua qualidade estética, a natureza local aliada ao preciosismo da arquitetura forma como que mosaicos com a coloração do pasto, da mata e dos diversos cultivos compondo paisagens notáveis de extraordinária beleza cênica. O dossiê relata ainda:

> Muitas dessas colônias fixaram-se isoladamente, formando as chamadas ilhas culturais e guardando muito do patrimônio dos pioneiros e de seus descendentes. Paisagens urbanas e rurais, que mesclam elementos naturais – da fauna, da flora e da geografia – e áreas de cultivos e pastagens; arquitetura, técnicas, materiais e detalhes construtivos; conhecimentos agrícolas, culinária, festas, tradições, estórias, folclore, dialetos, saberes e fazeres em geral fazem parte do vasto patrimônio cultural do interior de Santa Catarina. Estudiosos alemães consideram que o patrimônio germânico mais importante do mundo, fora da Europa, está em Santa Catarina. O legado de portugueses, afro-descendentes, italianos, poloneses, ucranianos, austríacos, húngaros e russos, entre outros, é também um dos mais significativos. (IPHAN, 2007, v. 1, p. 120).

Atualmente, o patrimônio dos imigrantes enfrenta sérios riscos, podendo-se enumerar a decadência da agricultura em minifúndios, causando abandono das propriedades rurais; o avanço do perímetro urbano englobando as propriedades

rurais ou mesmo a transformação em distritros industriais e urbanos, resultando na rápida e implacável transformação da paisagem cultural. Por duas gerações, constituiu-se como um todo harmônico e produtivo que proporcionava sustento e fartura para toda a família. Hoje, as propriedades abrigam, em sua maioria, casais idosos em fim de carreira produtiva, estando parcialmente desativadas em seu potencial agrícola e tendendo ao abandono. (IPHAN, 2007)

O caráter predominante rural do patrimônio da imigração em Santa Catarina dificulta sua identificação e preservação. O Brasil possui pouca tradição na preservação de bens rurais, quase todos relacionados aos grandes ciclos econômicos, localizados na região Sudeste (café) e Nordeste (cana-de-açúcar). Mesmo os bens tombados não tiveram uma salvaguarda efetiva devido à fiscalização deficiente, a pouca visibilidade social, mudanças da estrutura agrária, urbanização, abandono de áreas produtivas, entre outros. (IPHAN, 2007).

Nesse sentido, a opção pela chancela de paisagem cultural ocorreu pela inviabilidade de se propor apenas a preservação da arquitetura em um meio de diversas outras manifestações culturais e que está a caminho de se dissolver do ponto de vista social e econômico se medidas não forem tomadas.

O Plano de Gestão inclui um Termo de Cooperação Técnica, assinado em 27 de agosto de 2007, que envolve o poder público Federal, por meio do IPHAN, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Turismo; Estadual, o Governo do Estado de Santa Catarina; e Municipal, por meio das Prefeituras Municipais de Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Nova Veneza, Orleans, Pomerode, Rio dos Cedros, Rio do Sul, São Bento do Sul, Urussanga, Timbó e Vidal Ramos. A iniciativa privada participa por meio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE-SC). (IPHAN, 2007).

Aos municípios cabe a criação de ao menos um espaço de referência do projeto que receba os visitantes e comercialize produtos tradicionais, indicação de um técnico responsável pelo projeto, criação do Fundo de Preservação do Patrimõnio Cultural, participação nas ações de divulgação. O IPHAN é responsável pela assessoria técnica e articulação com os demais órgãos do governo federal. (IPHAN, 2007).

As ações de preservação envolvem a manutenção da economia local, a qualificação das ações de educação e infraestruturas básicas e a conservação do

meio ambiente natural. A criação dos Roteiros Nacionais de Imigração busca potencializar a sustentabilidade e a geração de trabalho e renda nos caminhos agrícolas, interligando as áreas mais atraentes do ponto de vista paisagístico e cultural. Objetiva-se ainda a implantação dos centros de comercialização de produtos tradicionais, a criação de eco-museus, visitas planejadas e alternativas de alojamento, como camping e pernoite em propriedades rurais, promoção de festas e eventos, qualificação de bares e restaurantes, turismo ecológico e educação patrimonial, incluindo as escolas locais. (IPHAN, 2007).

Além da chancela, foi proposto o tombamento de mais de quinhentas propriedades, sendo sessenta em nível federal, duzentos em nível estadual e trezentos em nível municipal. Os tombamentos foram pensados na formação dos roteiros a serem dotados também de legislação ambiental específica, foram selecionados tendo em vista fatores como as manifestações de diferentes etnias, vários períodos históricos, diversas soluções de técnicas e materiais contrutivos, tipologias arquitetônicas, funções, entre outros. O IPHAN (2007) destaca que a salvaguarda dos exemplares edificados deve ser encarada como ponto de partida para uma ação ampla, que contemple as paisagens urbanas, rurais e as tradições imateriais que particularizam essa porção peculiar do território brasileiro.

Como dito anteriormente, a chancela da paisagem dos bens relacionados à imigração em Santa Catarina fornece diversos subsídios para uma proposição para a Colônia Mariental por seu contexto semelhante. Ressalta-se o Plano de Gestão com ações como a interligação de bens localizados no meio rural por meio de roteiros e o incentivo à comercialização de produtos tradicionais.

Sobre as diferenças de abrangência, pode-se afirmar que o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina inclui dezesseis municípios e diversas etnias: alemã, italiana e polonesa. Enquanto a Colônia Mariental localiza-se em um único município, Lapa, e é composta pelas etnias russo-alemã e polonesa, sendo a primeira predominante. Porém, destaca-se que um estudo semelhante poderia ser realizado no Paraná, pois no mesmo município existe ainda outra colônia russo-alemã, Johannesdorf, e colônias de outras etnias como a italiana São Carlos. Expandindo-se a área para outros municípios, os russos-alemães se estabeleceram ainda na Colônia Octávio, em Ponta Grossa e na Colônia Sinimbu, em Palmeira (FIGURA 3.15). (SAFFRAIDER, 2010). Se considerada a etnia alemã, há colônias em Rio Negro, Ponta Grossa, Irati, Cruz Machado, Paranaguá, entre outros

municípios (FUGMANN, 2008). Tal constatação revela que, após a realização de inventários, podem ser propostos diversos roteiros.



FIGURA 3.15 – COLÔNIAS RUSSO-ALEMÃS NO PARANÁ
FONTE: IPHAN (2007).

4. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE: COLÔNIA MARIENTAL, LAPA – PR

Este capítulo tem por objetivo apresentar e caracterizar o objeto do trabalho, no caso a paisagem cultural da Colônia Mariental, pertencente ao distrito de mesmo nome do município da Lapa, PR. Para isso, são abordados aspectos institucionais, sócio-econômicos, físico-naturais e históricos. Em um segundo momento, analisa-se ainda aspectos paisagísticos, aplicando a discussão de paisagem cultural dos capítulos anteriores à paisagem cultural de Mariental. Para isso, foram realizadas pesquisas na bibliografia disponível sobre o local, em documentos elaborados pela Prefeitura Municipal da Lapa e pelo IPHAN, além de visitas em campo e conversas com os moradores. Outro instrumento utilizado foi a elaboração de um Inventário de Conhecimento detalhado em subcapítulo próprio que buscou organizar as informações disponíveis.

4.1 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A Colônia Mariental situa-se no quilômetro 54 da rodovia BR-467, Distrito de Mariental, Município da Lapa, Paraná (FIGURA 4.1). O distrito foi criado pela Lei n.º 171 de 25 de junho de 1955 tendo como sede a colônia de mesmo nome e recentemente teve seu perímetro urbano definido pela Lei n.º 2.428 de 18 de março de 2010 (FIGURA 4.2). Havia um perímetro urbano anterior fixado pelo Decreto n. º 992 de 19 de março de 1979 somente para fins censitários.

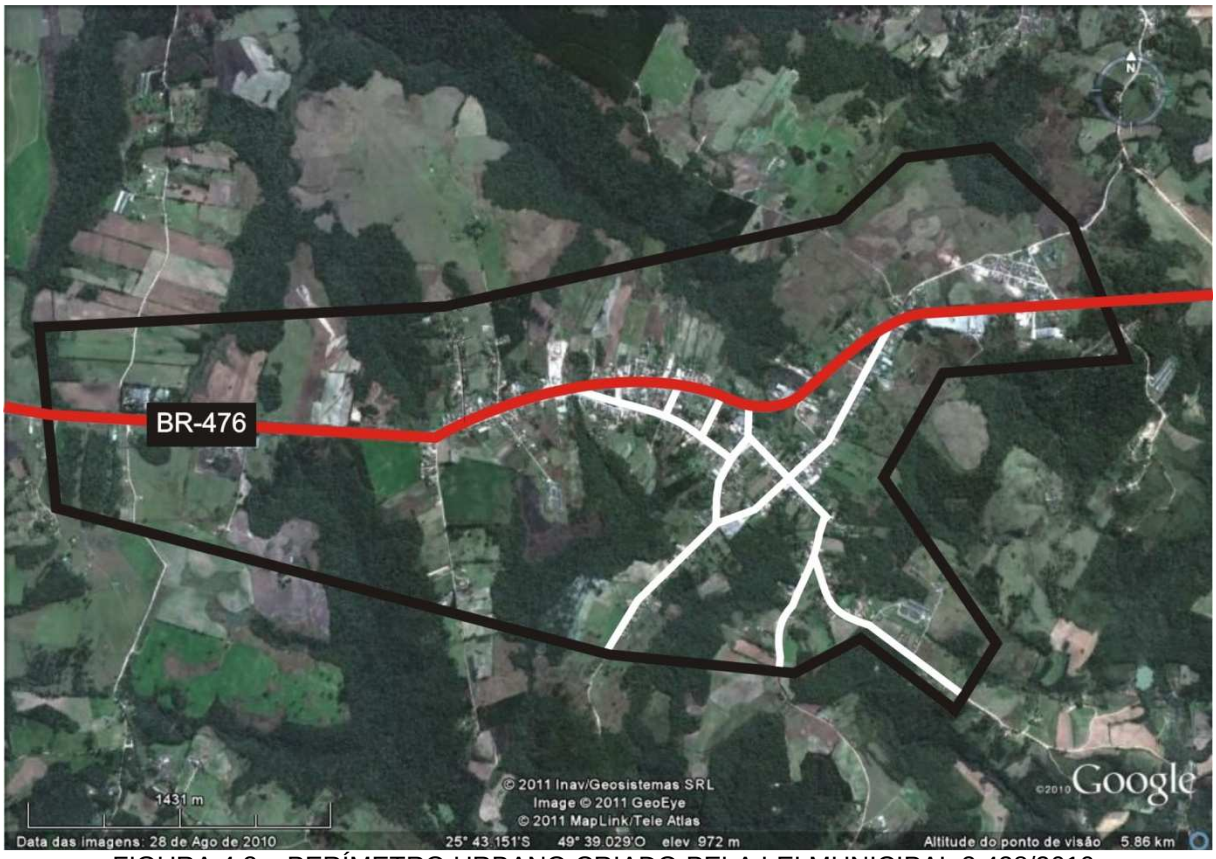


FIGURA 4.2 – PERÍMETRO URBANO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL 2.428/2010
FONTE: PDPCE (2010).

O município da Lapa é formado ainda por outros dois distritos: o de Água Azul, a Oeste, e o da Lapa, ao centro, sede do município, onde se encontra o Centro Histórico tombado em âmbito estadual (1989) e federal (1998) (FIGURA 4.1). Ressalta-se também que de acordo com a Lei Estadual n.º 13.512 de 21 de janeiro de 2002 o Município da Lapa integra o segundo anel da Região Metropolitana de Curitiba.

A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal da Lapa foi definida pela Lei n.º 2.277 de 31 de dezembro de 2008, representada pelo organograma da FIGURA 4.3. Destaca-se a inexistência de Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e de mecanismos para tombamento municipal.

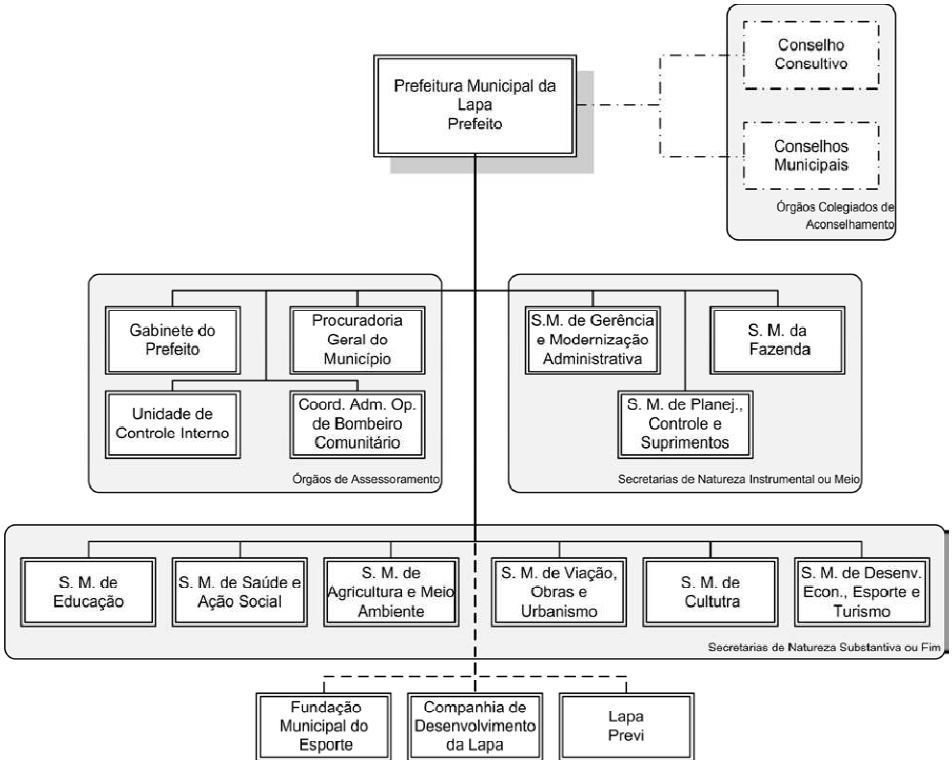


FIGURA 4.3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA DA LAPA
FONTE: IPHAN (2010).

FIGURA 4.1 – MAPA DE ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA LAPA
FONTE: adaptado do PLANO DIRETOR (2003)

4.2 ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS

O Distrito de Mariental é a porção oriental da área de 2.093,83 km^2 do município da Lapa, o qual se encontra no Sudeste do Paraná, limita-se ao Norte com os municípios de Palmeira, Porto Amazonas e Balsa Nova; a Oeste com São João do Triunfo e Antônio Olinto; ao Sul com o Estado de Santa Catarina; e a Leste com Rio Negro, Campo do Tenente, Quitandinha e Contenda. (FIGURA 4.1).

A sede municipal localiza-se nas coordenadas geográficas latitude 25º46'11" Sul e longitude 49º42'57" W.Gr e possui aproximadamente 13 km^2, distando 70 km da capital Curitiba.

O município apresenta a característica particular de possuir a porção leste localizada no Primeiro Planalto, "ondulado e recoberto de matas de araucária, com manchas verdejantes de campos naturais" (BIGARELLA *et al.*, 1997, p. 18).O restante do território, cerca de 90% segundo Plano Diretor de 2003, pertence ao Segundo Planalto Paranaense de relevo mais suave e solos rasos característicos dos campos (FIGURA 4.4). A transição entre os dois planaltos, a Escarpa Devoniana, ocorre no município de forma suave, diferentemente das porções ao Norte onde há um degrau na paisagem. Mariental encontra-se próxima à Escarpa Devoniana, em uma altitude média de 950 metros, superior a altitude média do município de 907 metros.

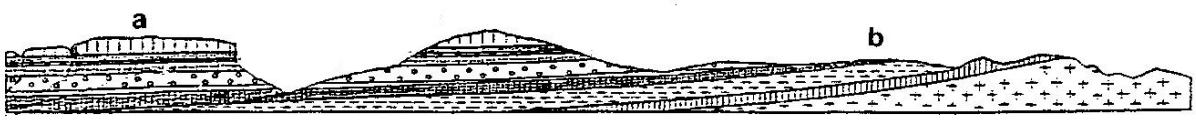


FIGURA 4.4 – PERFIL GEOLÓGICO ORIENTADO DE SW PARA NE ENTRE O MORRO DO MONGE (a) E POUCO ALÉM DE MARIENTAL (b) COM EXTENSÃO DE 22 KM
FONTE: adaptado de BIGARELLA; BLASE; BREPOHL (1997).

A hidrografia do município é marcada pelo rio Iguaçu ao Norte e rio da Várzea ao Sul e seus afluentes. A localização de Mariental, na transição entre o Primeiro e Segundo Planalto, torna o terreno propício à formação de nascentes e vegetação típica de fundo de vale. A vegetação original da Lapa, Floresta Ombrófila Mista e Campos com Floresta Ombrófila Mista, foi quase totalmente alterada, restando remanescentes da Floresta de Araucária e áreas de campo para pastagem e agricultura. (PLANO DIRETOR 2003).

Sobre o clima, o Plano Diretor de 2003 (p. 66) classifica:

> O clima no Município divide-se em úmido, sem deficiência anual ao Norte e Nordeste, e semi-úmido com pequena deficiência hídrica anual ao Sul e a Sudoeste. Segundo a classificação climática de Koeppen, a região possui um clima subtropical úmido, mesotérmico, com verões frescos e geadas severas freqüentes no inverno, não apresentando estação seca.

A temperatura média mais alta é 21ºC, no mês de fevereiro, e a média anual das mínimas é 12ºC, no mês de julho. Segundo relatório da estação agrometeorológica da Lapa disponível no site do IAPAR – Instituto Agronômico do Paraná, a primeira direção de ventos dominantes é Leste e a segunda Nordeste.

4.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DE INFRAESTRUTURA

Segundo os primeiros resultados do Censo de 2010, a população da Lapa aumentou de 41.838 habitantes em 2000 para 44.932 habitantes (TABELA 4.1). Pode-se observar também que o município apresenta crescimento da população urbana e decréscimo da população rural, confirmando a tendência de urbanização iniciada em 1991, quando a população rural ainda era maior do que a urbana, representando 51,5%. Porém, no período de 2000 a 2010 de modo muito mais lento do que entre 1991 e 2000.

TABELA 4.1 – POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL DO MUNICÍPIO DA LAPA (1970-2010)

POPULAÇÃO	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	10.566	14.374	19.472	24.070	27.222
Rural	21.566	20.647	20.678	17.768	17.710
TOTAL	32.122	35.021	40.150	41.838	44.932

FONTE: PLANO DIRETOR (2003) E IBGE (2011).

Segundo dados do Censo 2000[6] apresentados pelo Plano Diretor de 2003, a população de Mariental é de 1.393 pessoas, sendo 707 homens e 686 mulheres. De acordo com o Plano Diretor de 2003, o crescimento da população do município da Lapa entre 1991 e 1996 foi negativa -1,17%, já entre 1996 e 2000 atingiu o pico de 4,64%. Assim, a taxa de crescimento entre 1991 e 2000 foi de 1,94% ao ano. A faixa etária dominante é entre 20 e 60 anos, contando com 54% da população, sendo o restante 40% de jovens até 19 anos e 6% acima de 60 anos. (TABELA 4.2).

TABELA 4.2 – TAXAS DE CRESCIMENTO URBANA, RURAL E TOTAL DO MUNICÍPIO DA LAPA (1970-2000)

POPULAÇÃO	1970 a 1980	1980 a 1991	1991 a 2000
Urbana	+ 3,13	+ 2,80	+ 2,38
Rural	- 0,43	+ 0,01	- 1,67
TOTAL	+ 0,87	+ 1,25	+ 0,46

FONTE: PLANO DIRETOR (2003) E IBGE (2011).

O Plano Diretor de 2003 esclarece também que o analfabetismo no distrito é baixo, apenas 10%, quando comparado com a área rural (14%), devido à presença de uma das seis escolas estaduais do município e à existência do transporte escolar.

[6] Os dados para a população de Mariental são ainda do Censo 2000, pois os dados do Censo 2010 ainda não foram divulgados.

Sobre a infraestrutura (TABELA 4.3, 4.4 E 4.5), o Plano Diretor de 2003 (p. 125) constata:

> Dentro do contexto rural do Município, a Vila está bem servida de infra-estrutura básica. Possui um poço de captação de água da SANEPAR que abastece 89% dos domicílios. Conta com serviço de coleta de lixo e 96% da população é atendida com saneamento básico. As ruas, entretanto, não possuem nenhum tipo calçamento, excetuando-se, a Avenida Professor Carlos Weil que é asfaltada. A Vila, assim como toda a área rural, não possui tratamento de esgoto. Entretanto, a maioria das casas possui banheiros com fossas.

TABELA 4.3 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARIENTAL

DOMICÍLIOS	REDE GERAL	POÇO OU NASCENTE	OUTRA FORMA
362	323 (89,2%)	26 (7,2%)	13 (3,6%)

FONTE: PLANO DIRETOR (2003).

TABELA 4.4 – ESGOTO SANITÁRIO EM MARIENTAL

DOMICÍLIOS	COM BANHEIRO OU SANITÁRIO		SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO
362	350 (97%)		12 (3%)
	FOSSA RUDIMENTAR	OUTRO ESCOADOURO	
	346	4	

FONTE: PLANO DIRETOR (2003).

TABELA 4.5 – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

DOMICÍLIOS	COLETADO	QUEIMADO	ENTERRADO	TERRENO BALDIO	OUTRO
362	340 (94%)	18(5%)	1(0,3%)	2(0,4%)	1(0,3%)

FONTE: PLANO DIRETOR (2003).

4.4 ASPECTOS HISTÓRICOS

A colonização de Mariental foi realizada por um grupo denominado como russo-alemães, ou ainda, *Wolgadeustchen*, Alemães do Volga, terminologia que preferem por não se considerarem russos, pois mesmo tendo vivido aproximadamente cem anos na Rússia, habitavam comunidades isoladas em que os costumes e o idioma alemães se conservaram. (SAFFRAIDER, 2010).

O contexto europeu do século XVIII, quando da primeira imigração da Alemanha para a Rússia, era conturbado. Destaca-se a inexistência de um Estado Nacional alemão até 1871, o atual território da Alemanha era um mosaico de pequenos domínios, cerca de trezentos e sessenta, diferentes em extensão, recursos e sistemas de governo. (SCHWAB, 1997).

Os pequenos estados alemães tornaram-se assim suscetíveis às influências dos países fronteiriços já organizados em monarquias absolutistas. Na guerra dos Trinta Anos (1618 e 1648), que teve como campo de batalha o território alemão, o Sacro Império Romano-Germânico, da casa católica de Habsburgo, entrou em conflito com estados germânicos protestantes, de confissão luterana ou calvinista. A guerra ampliou-se, alimentada pelas ambições políticas de diversas potências como Dinamarca, Suécia, Polônia, Rússia, França, Espanha e Países Baixos. O conflito alterou o equilíbrio de poder na Europa, enfraquecendo Espanha e o Sacro Império Romano-Germânico e apontando a França como grande potência. Segundo SCHWAB (1997, p. 9), “Quando ela [guerra dos Trinta Anos] terminou, um terço da população germânica havia morrido e parte dos sobreviventes recorriam ao canibalismo.”

Entre 1756 e 1763, ocorreu a guerra dos Sete Anos conflito em que Áustria, França, Rússia, Suécia e Saxônia se uniram contra a Prússia apoiada pela Inglaterra e governada pelo déspota esclarecido Frederico II, O Grande (1712-1786). Segundo SAFFRAIDER (2010), os fatores que desencadearam a guerra foram o crescente prestígio e poderio de Frederico II e as disputas entre a Áustria e a Prússia pela posse da Silésia, havia ainda como pano de fundo a rivalidade entre a Grã-Bretanha e a França pelo controle comercial das colônias das Índias e América do Norte. O conflito só é encerrado com a ascensão ao trono russo de Pedro III, grande admirador de Frederico II, que rompe com a coalizão antiprussiana e firma a paz.

SCHWAB (1997, p. 9) afirma:

> Era neste clima que viviam os nossos antepassados na ALEMANHA daquela época: a população sofria opressão política por forças estrangeiras e, mesmo pelo próprio governo e a nobreza; o serviço militar obrigatório, na frente de batalha do próprio país, e para forças estrangeiras aliadas; dificuldades na agricultura, más colheitas, anos de fome, falta de terras e sobrecargas de impostos; administração severa e ainda injusta, e introdução de inovações nos aspectos religiosos e educacional.

É nesse contexto que Catarina II, A Grande[7] emite em 4 de setembro de 1762 o primeiro édito, convidando imigrantes em especial alemães a colonizar as estepes russas, porém este não obtém sucesso pela falta de detalhes e pela intensificação de uma corrente migratória da Alemanha para a Hungria, logo proibida pelos governos alemães. (SAFFRAIDER, 2010).

Em 22 de julho de 1763, publica-se o segundo édito detalhado (FIGURA 4.4), a propaganda apresentava as seguintes promessas:

> Visto que muitas partes do Nosso vasto Império é por vocês conhecido, percebemos que, entre outras coisas, é grande o número de regiões que ainda permanecem inaproveitadas e que poderiam ser empregadas com fácil lucratividade, por vários colonos fazendo a ocupação; a maioria destas regiões escondem em suas profundezas inesgotáveis riquezas de minérios e metais preciosos e é ricamente dotada de florestas, rios e mares próprios para a navegação, por isso são também excepcionalmente bem adaptadas para o estabelecimento e desenvolvimento de vários tipos de moinhos, fábricas e outras coisas que o colono tiver em mente. (BERATZ, 1923, p. 23 a 28, *apud* SCHWAB, 1997, p. 12)[8]

Em outras dez seções, o império russo concedia uma série de vantagens e benefícios, destaca-se a garantia de livre ofício, liberdade de religião, dispensa do serviço militar e liberdade de fixação do colono em qualquer lugar do Império, apenas concedendo mais vantagens para os que colonizassem áreas inóspitas.

> Nós por meio dele, mais uma vez confirmamos e mandamos que seja implantado em sua totalidade:
> [...]
> 4º – Tão logo tais estrangeiros tenham entrado na Rússia e comunicado a Chancelaria de Proteção aos Imigrantes ou em outras cidades, conforme já exposto na segunda seção, devem declarar suas verdadeiras intenções e os seus reais desejos e ainda onde desejam firmar-se, se para trabalhos agropecuários ou comerciais e ao mesmo tempo receber no registro as regiões do Nosso Império com terras aptas para fazerem o seu lar, porém a

[7] Catarina II, A Grande (1762 – 1796) foi esposa de Pedro III da Rússia a quem sucedeu após golpe e assassinato. Nesta época o trono da Rússia, não era hereditário, mas sim imposto pelos oficiais da guarda, provenientes da nobreza. Era alemã, nascida Sofia Augusta de Anhalt-Zerbest, o que explica os éditos direcionados a Alemanha para povoação da regiãodo baixo Volga.

[8] BERATZ, Gottlieb**. Die deutschen Kolonien an der unteren Wolga in ihrer Entstehung und ersten Entwickelung.** Berlim: Georg Eichler, 1923.

decisão de onde fixar-se será do imigrante, no local que apresente mais vantagens para ele;
[...]
6º – A ordem para aqueles estrangeiros que desejam colonizar o Nosso Império será notificada a Nossa benevolência através deste Nosso desejo:
1 – Garantimos a todos os imigrantes que entrarem em Nosso Império a liberdade de religião de acordo com os ritos e dogmas de suas igrejas; e para aqueles que se ficarem em colônias. Nós daremos a permissão de construírem igrejas e manterem o número de clérigos e diáconos necessários. A construção de conventos será excluída e é proibida sob qualquer pretexto tentar persuadir qualquer cristão residente na Rússia a ser seguidor da sua religião a não ser os seguidores de Maomé, que vivem nas fronteiras de Nosso Império. Estes não só podem ser trazidos para a fé cristã, como podem ser adquiridos como servos;
2 – Estes imigrantes vindos à Rússia, ficam isentos de pagarem quaisquer contribuições ao Tesouro Nacional, bem como de prestarem serviços comuns ou extraordinários na seguinte forma: aqueles que, por solicitação, quiserem formar colônias em áreas inaproveitadas gozarão de trinta anos desta isenção; aqueles que ficarem em cidades, como comerciantes, terão cinco anos de isenção;
3 – Os imigrantes radicados na Rússia, não poderão, contra a sua vontade, durante o período de sua permanência neste país, ser obrigado [sic.] ao serviço militar;
4 – Todas as terras destinadas aos colonos, são invioláveis e hereditárias, a todos os tempos, não como propriedade particular, mas como propriedade comum de cada colônia;
[...] será ainda permitido a cada um deixar a Rússia sem empecilho, para onde desejar." (BERATZ, 1923, p. 23 a 28, *apud* SCHWAB, 1997, p. 12).[9]



Von GOttes Gnaden
Wir Catharina die Zweyte,
Kayserin und Selbstherrscherin aller Reußen,
zu Moscau, Kiow, Wladimir, Nowgorod, Zaarin zu Casan,
Zaarin zu Astrachan, Zaarin zu Sibirien, Frau zu Pleskau und Groß-
fürstin zu Smolensko, Fürstin zu Esthland und Liefland, Carelen, Twer,
Jugorien, Permien, Wiatka, Bolgarien und mehr andern; Frau und
Großfürstin zu Nowgorod des Niedrigen Landes, zu Tscherntgow, Re-
san, Rostow, Jarosklav, Beloserien, Udorien, Obdorien, Condinien,
und der ganzen Nord-Seite Gebieterin und Frau des Iwerischen Lan-
des, der Cartalinischen und Grusinischen Zaaren und des Cabardinischen
Landes, der Tscherkaßischen und Gorischen Fürsten und mehr an-
dern Erb-Frau und Beherrscherin.

Da Uns der weite Umfang der Länder Unsers Reiches zur Gnüge bekannt; so neh-
men Wir unter andern wahr, daß keine geringe Zahl solcher Gegenden noch
unbebauet liege, die mit vortheilhafter Bequemlichkeit zur Bevölkerung und
Bewohnung des menschlichen Geschlechtes nutzbarlichst könnte angewendet
werden, von welchen die meisten Ländereyen in ihrem Schooße einen uner-
schöpflichen Reichthum an allerley kostbaren Erzen und Metallen verborgen hal-
ten; und weil selbige mit Holzungen, Flüssen, Seen und zur Handlung gelegenen Meeren genug-
sam versehen, so sind sie auch ungemein dienend zur Beförderung und Vermehrung vielerley Ma-
nufacturen, Fabriken und zu verschiedenen andern Anlagen. Dieses gab Uns Anlaß zur Errich-
tung des Manifestes, so zum Nutzen aller Unserer getreuen Unterthanen den 4ten December des
abgewichenen 1762sten Jahres publiciret wurde. Jedoch, da Wir in selbigem denen Ausländern, die Verlangen tragen würden sich in Unserm Reiche häuslich niederzulassen, Unsere Belie-
ben nur summarisch angekündiget; so befehlen Wir zur bessern Erörterung desselben folgende
Verordnung, welche Wir hiemit aufs feierlichste zum Grunde legen, und in Erklärung zu se-
hen geruhen, jedermännigklich kund zu machen.

1.
Verstatten Wir allen Ausländern in Unser Reich zu kommen, um sich in allen Gou-
vernements, wo es einem jeden gefällig, häuslich niederzulassen.

2.
Dergleichen Fremde können sich nach ihrer Ankunft nicht nur in Unserer Residenz bey
der zu solchem Ende für die Ausländer besonders errichteten Tutel-Canzeley, sondern auch in den
anderweitigen Gränz-Städten Unsers Reiche nach eines jeden Bequemlichkeit bey denen Gouver-
neurs, oder, wo dergleichen nicht vorhanden, bey den vornehmsten Stadts-Befehlshabern melden.

3.
Da unter denen sich in Rußland niederzulassen Verlangen tragenden Ausländern sich
auch solche finden würden, die nicht Vermögen genug zu Bestreitung der erforderlichen Reise-
kosten besitzen: so können sich dergleichen bey Unsern Ministern und Residenten an auswärti-
gen Höfen melden, welche sie nicht nur auf Unsere Kosten ohne Anstand nach Rußland schi-
cken, sondern auch mit Reisegeld versehen sollen.

4.
So bald dergleichen Ausländer in Unserer Residenz angelanget und sich bey der
Tutel-Canzeley oder auch in einer Gränz-Stadt gemeldet haben werden; so sollen dieselben
gehalten seyn, ihren wahren Entschluß zu eröffnen, worinn nemlich ihr eigentliches Verlangen
bestehe, und ob sie sich unter die Kaufmanschaft oder unter Zünfte anschreiben lassen und
Bürger werden wollen, und zwar nahmentlich, in welcher Stadt; oder ob sie Verlangen tra-
gen, auf freyem und nutzbarem Grunde und Boden in ganzen Colonien und Landstecken zum
Ackerbau oder zu allerley nützlichen Gewerben sich niederzulassen,

X

FIGURA 4.5 – MANIFESTO DE CATARINA II DA RÚSSIA, PUBLICADO EM 1763
FONTE: ARWELA (2011a).

[9] BERATZ, Gottlieb. **Die deutschen Kolonien an der unteren Wolga in ihrer Entstehung und ersten Entwickelung**. Berlim: Georg Eichler, 1923.

Os emigrantes firmavam ainda um contrato em que recebiam 32,37 hectares de terra e adiantamentos para cobrir os custos da viagem e primeiros custos de instalação, comprometendo-se a devolver todos os gastos em três parcelas iguais no período de dez anos e entregar dez por cento da produção própria. (SAFFRAIDER, 2010).

Assim, MÜLLER (2003) afirma que alemães originários da região de Hessen, Renânia e Palatinado que correspondem aos modernos estados de Renânia-Palatinado (Rheinland-Pfalz), Renânia do Norte-Vestfália (Nordrhein-Westfalen), Hesse (Hessen) e Bade-Vurtemberga (Baden-Württemberg), além da Alsácia (Elsass) – hoje território francês – partiram em número estimado de 24.000 para a Rússia entre os anos de 1763 e 1767. O mesmo autor relata que existem entre cinco e dez localidades com o nome de Marienthal (Vale de Maria) na Alemanha, porém acredita que os antepassados dos russos-alemães que mais tarde se instalaram na Lapa partiram de Marienthal na Renânia, pois de lá partiu o maior contingente de alemães católicos para a região do Volga. (MÜLLER, 2008).

De acordo com SCHWAB (1997), embora o édito de Catarina II estipulasse que os colonos poderiam se dirigir a qualquer parte do Império, logo os imigrantes descobriram que apenas aqueles que escolheram colonizar o baixo Volga eram rapidamente transferidos ao destino final, enquanto os demais que pretendiam se dirigir a outros lugares, principalmente cidades por não serem agricultores, eram detidos por semanas até se decidirem por ir também ao Volga, uma vez que não podiam retornar a Alemanha por já terem contraído dívidas com a viagem.

O propósito do governo russo ao destinar os imigrantes para o baixo Volga era colonizar uma região frequentemente invadida pelos povos bárbaros, procedentes da Ásia, como os Quirquizes (Tártaros), Calmucos (Mongóis) e outros. A colonização já havia sido tentada pelos russos com seu próprio povo e soldados reformados, porém sem sucesso. (SCHWAB, 1997).

As cento e quatro Colônias Mães foram fundadas entre 1764 e 1767 a aproximadamente noventa e seis quilômetros de Saratov. Na margem leste do rio Volga, a partir da primeira colônia foram estabelecidas outras distantes uma das outras de três a cinco quilômetros e compartilhando a mesma avenida principal que era também a estrada de ligação. Na margem oposta, apenas seis eram próximas ao rio, as demais adentravam de seis a oitenta quilômetros.

A Marienthal russa é caracterizada por SCHWAB (1997) como fundada em 16 de junho de 1766 no lado baixo (margem esquerda do rio Volga) com população de quatrocentos habitantes em 1773 e estimada em sete mil e seiscentos em 1912, a supervisão era privada e a confissão católica, era ainda conhecida pelos nomes Pfannenstiel ou Tonkoschurowka, em russo. (FIGURA 4.6).

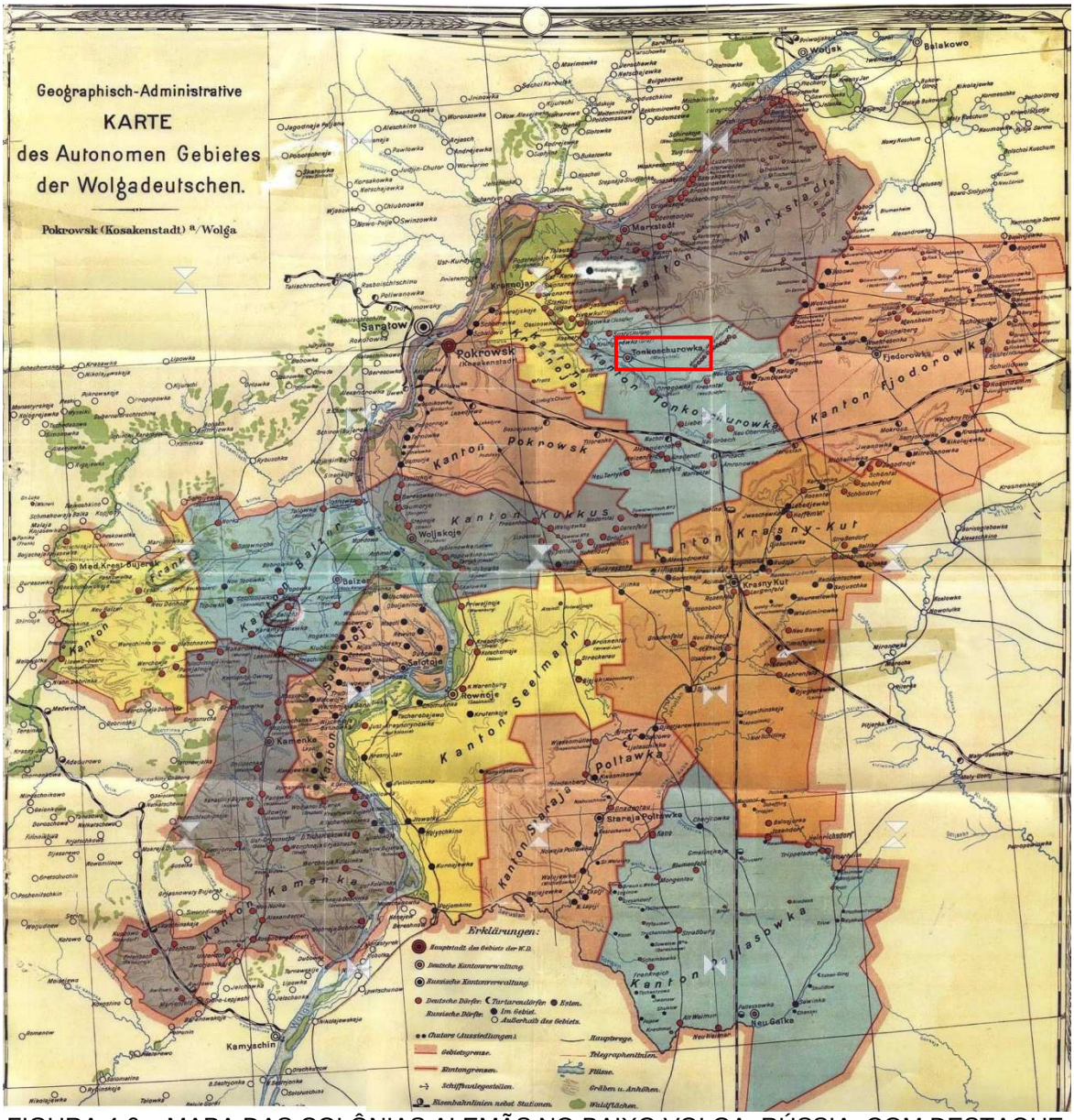


FIGURA 4.6 – MAPA DAS COLÔNIAS ALEMÃS NO BAIXO VOLGA, RÚSSIA, COM DESTAQUE PARA MARIENTAL (TONKOSCHUROWKA)
FONTE: ARWELA (2011b).

SAFFRAIDER (2010, p. 47) descreve o agrupamento social:

> Era planejada uma rua principal, como eixo, na qual invariavelmente se erigia a escola e a igreja, e então as ruas paralelas e transversais, mais estreitas, erigindo-se em todas elas as casas , que utilizavam como matéria prima a madeira. Geralmente as casas eram grandes para atender às necessidades da família que a habitaria, com muitos integrantes, tendo o telhado de duas ou quatro águas, o que evitava o acúmulo de neve, no inverno, prevenindo desabamentos. As casas tinham porão, onde armazenavam alimentos para consumo durante o inverno. As janelas tinham dupla proteção, para preservar o interior do frio. Alguns construíram também uma edícula onde eram guardadas ferramentas, arreios e demais apetrechos de trabalho [...] A atividade principal que iriam desenvolver, cultivo de trigo e outros cereais, demandava construção de depósitos adequados para armazenagem da produção, além de estábulos e coberturas para proteção dos animais.

SCHWAB (1997) destaca ainda que as cabanas primitivas eram feitas de toras rachadas apenas encaixadas, as fendas eram recobertas com musgo e argila. A dimensão convencional era onze por nove metros e seis de altura, sendo um ambiente a sala e quarto de dormir e outro a cozinha, eventualmente havia outro pequeno quarto. O autor afirma ser comum o *krilitz*, uma pequena entrada fechada. (FIGURA 4.7 E 4.8).



FIGURA 4.7 E 4.8 – CASAS RUSSO-ALEMÃS NA REGIÃO DO BAIXO VOLGA, RÚSSIA
FONTE: WOLGADEUTSCHE (2011a) e WOLGADEUTSCHE (2011b).

Assim, os imigrantes se estabeleceram e aos poucos foram se adaptando à região, enfrentando ataques de bandoleiros e dos invasores bárbaros, invernos rigorosos, administração arbitrária e falta de suporte do governo russo.

Em 1855, o trono russo foi assumido pelo Czar Alexandre II (1818-1881), cognominado Czar Libertador, por ter abolido a servidão em 1861. O imperador considerava as colônias do Volga como um corpo estranho dentro do país, revogando o Édito de Catarina II em 1873. As principais consequências da

revogação foram a obrigatoriedade do serviço militar e do ensino em russo nas escolas o que gerou revolta entre os colonos, surgiram ainda rumores de que teriam de adotar a religião oficial do país, a Ortodoxa. (SCHWAB, 1997).

Além disso, os colonos estavam insatisfeitos com o sistema de distribuição de terras chamado MIR que determinava que a cada dez anos os terrenos fossem redistribuídos entre os filhos homens com mais de dez anos de idade. Esta redivisão causou a diminuição dos 32,7 hectares recebidos por cada homem no contrato inicial em 1763 para 16 hectares em 1798 e apenas 1,6 hectares em 1869. Não havia também qualquer posse de terra ou certeza de que na próxima redistribuição caberia ao colono o mesmo lote, o que inibia benfeitorias. A partir de 1870, o governo russo só disponibilizava novas terras na Sibéria. (SCHWAB, 1997; MÜLLER, 2003; SAFFRAIDER, 2010).

Tais insatisfações causaram novas emigrações, por volta de 1870 foram enviadas comissões primeiramente para os Estados Unidos e Canadá e, mais tarde, para Brasil, Argentina e Uruguai. Uma comitiva de alemães do Volga (católicos e evangélicos) permaneceu no Brasil entre setembro de 1876 e janeiro de 1877, com as despesas pagas pelo governo imperial brasileiro que tinha especial interesse no cultivo de cereais, então raro no Brasil e na inserção de uma nova tradição rural, dissociada da criação de animais, predominante no Paraná. A comitiva percorreu Ponta Grossa, Lapa e Palmeira e escolheu os campos abertos para instalação das colônias por sua semelhança com as estepes russas a despeito dos conselhos do governo para escolha das áreas de mata, mais férteis. (SCHWAB, 1997; MÜLLER, 2003; SAFFRAIDER, 2010).

A Lapa era então um assentamento de pouco mais de cem anos, em 1768 foi concedida a Carta de Sesmaria à Freguesia de Santo Antônio da Lapa. Em 1806, a Freguesia foi elevada a Vila, com o nome de Vila Nova do Príncipe, recebendo o Pelourinho e alguns anos mais tarde a Casa de Câmara e Cadeia. A elevação à cidade da Lapa ocorreu em 1872, seis anos antes da chegada dos russo-alemães, quando contava com 8.709 habitantes. A principal atividade econômica, o tropeirismo, entrava em decadência depois de dois séculos marcantes para os hábitos e costumes não só da Lapa, mas também de várias outras cidades ao longo do Caminho das Tropas. A economia voltava-se a outras áreas como a exploração da erva-mate e a criação de gado. (KERSTEN, 2006).

Segundo Müller (2008), o governo de Dom Pedro II deu as seguintes garantias aos imigrantes, com a única exigência de renúncia à nacionalidade alemã:

1. Pagamento das despesas de viagem;
2. Naturalização e cidadania brasileira plena;
3. Plena autonomia com dispensa das formalidades legais;
4. Ausência de restrições ao culto religioso;
5. Propriedade de 160 mil braças quadradas (algo em torno de 36 hectares) em campo, terra de lavoura e mata virgem, além de animais;
6. Pagamento de um franco (180 réis) no primeiro ano e metade disso no segundo ano;
7. Isenção de taxas e impostos nos primeiros dez anos;
8. Propriedade da terra, proibida a alienação (venda, aluguel) nos primeiros dez anos. A partir de então, poderiam dispor do imóvel pagando o dízimo sobre a produção da lavoura.

(MÜLLER, 2003)

A grande imigração da Rússia para as Américas principiou em 1873 e se prolongou até o início da I Guerra Mundial. Alguns dos contingentes direcionados ao Brasil acabaram por seguir viagem até a Argentina por rumores da precariedade do solo brasileiro para o cultivo de trigo e pelo surto de febre amarela que atingia os portos tanto do Rio de Janeiro quanto de Paranaguá e Antonina. (SCHWAB, 1997).

Os colonos da Marienthal russa partiram no dia 14 de novembro de 1877 para Saratov onde tomavam o trem para o porto de Hamburgo num percurso de oito dias. As autoridades russas, satisfeitas com a saída dos alemães, chegaram a fornecer trens para este percurso. Do porto de Hamburgo partiu o navio brasileiro de nome Santos, um navio de carga adaptado para os passageiros sem condições financeiras. Após vinte e oito dias chegaram ao Rio de Janeiro, onde não tiveram permissão de desembarcar devido a um surto de febre amarela, mesmo motivo pelo qual não se dirigiram ao porto de Paranaguá, seguiram então para Antonina e em uma embarcação menor para Morretes. Continuando a viagem por terra, chegaram à Lapa em 1878 onde permaneceram em um abrigo de imigrantes. Eram vinte e uma famílias (FIGURA 4.9 e 4.10), totalizando quarenta e quatro pessoas, sendo que quatro delas eram russo-alemães que já residiam no Rio Grande do Sul. (MÜLLER, 2003).



Rosa Teter (Teider) Kohler, Felipe Eberle, Estefânia Eberle, João Teter (Teider). Francisco Teter (Teider)
Sentados: Jacob Teter (Teider), José Teter (Teider), Barbara Teter (Teider)
Ao lado do pai: Ana Maria Teter (Teider), Maria Teter (com a mão na boca), Eva Eberle
(com Catarina no colo), Felipe Teider.

FIGURA 4.9 – FAMÍLIA TEIDER (TETER)
FONTE: MÜLLER (2003).

No dia 9 do mês de junho de 1878, instalaram-se definitivamente nas terras da fazenda de Joaquim Pacheco, adquirida pelo governo. As terras foram redistribuídas entre os colonos que habitaram provisoriamente o sobrado colonial, sede da fazenda. Foram fundadas também na Lapa outras colônias russo-alemães como Johannesdorf e Wirmond. KERSTEN (2006) afirma que a chegada dos imigrantes europeus foi um dos fatores significativos na formação da comunidade lapeana, tanto um primeiro grupo de doze famílias instalado em torno da cidade em chácaras quanto o segundo grupo que se fixou no Distrito de Mariental alteraram a paisagem e a vida da comunidade lapeana.

A Crônica da Colônia Mariental, documento escrito entre 1902 e 1907 pelo Pe. Heriberto Goettersdorfer e transcrito por MÜLLER (2008), relata:

> Quase duas léguas distantes à Matriz desta cidade da Lapa, achava-se a fazenda de Joaquim Pacheco, com grande sobrado, situado na estrada de rodagem que vai da Lapa para Curitiba. O terreno desta fazenda é pela parte maior campo com numerosos capões, pela parte menor mato, muito bom para plantações. O mencionado fazendeiro vende a sua fazenda ao governo provincial do Paraná. Este governo repartiu o terreno em lotes, os quais foram vendidos, em 1878, a colonos russo-alemães, todos católicos do rito latino, [...] ficaram por dois meses na casa do governo, chamada Wirmond e de lá mudaram para o sobrado, na nova colônia, que foi chamada de Colônia Mariental (Vale de Maria). Ficaram neste sobrado de 8 a 10 meses, até aprontarem suas casas de habitação. (GOETTERSDORFER, 1907 *apud* MÜLLER, 2008, p. 61).[5]

[5] GOETTERSDORFER, Pe. Heriberto. **Chronica da Colônia Marienthal**. Lapa, PR, 1907. Manuscrito.

O mesmo manuscrito declara que os lotes destes primeiros colonos foram de doze a treze alqueires e custaram aos colonos entre 770 a 860 mil réis, quantia cobrada a partir de 1897 e em 1907 já quitada.

Em 1890, juntaram-se aos primeiros colonos duas famílias bucovinas, então território austríaco, hoje território romeno e ucraniano, e uma família da Rutênia. Em 1896, estabeleceram-se ainda nove famílias originárias da Galícia, na época pertencente à Áustria, hoje parte da Ucrânia e Polônia. Os lotes destes últimos colonos foram de quatro a cinco alqueires. (FIGURA 4.10) (GOETTERSDORFER, 1907 *apud* MÜLLER, 2008)[6].

ANO	FAMÍLIAS
1878	Biehl, Jakob
	Biehl, Nikolaus
	Biehl, Johannes Jakob
	Biehl, Johannes
	Eberle, Philipp
	Eberle, Michel
	Hammerschmidt, Georg
	Hornüng, Andreas
	Hornüng, Jakob
	Köhler, Andreas (remigrado de Santa Maria, RS)
	Leinecker, Gottlieb
	Leinecker, Joseph
	Mildenberger, Heinrich (remigrado de Santa Maria, RS)
	Mildenberger, Marthin (remigrado de Santa Maria, RS)
	Mildenberger, Peter (remigrado de Santa Maria, RS)
	Müller, Johannes
	Schäffer, Valentin
	Steinbach, Johannes
	Stöcklein, Christoph
	Stadelmann, Jakob
	Teider, Joseph
1890	Mandel, Wenceslau
	Wolf, Francisco
	Petruk, Wassil
1896	Schreyer, João
	Pszonek (Besunek), João
	Pszonek (Besunek), Thomáz
	Pszoneek, José
	Adam, Matheos
	Zewe (Zeve, Zeive), Pedro
	Zewe (Zeve, Zeive), Jorge
	Stecki, Wassil
	Wolf, Maximiliano

FIGURA 4.10 – FAMÍLIAS COLONIZADORAS DE MARIENTAL
FONTE: adaptado de SCHWAB (1997), MÜLLER (2003); MÜLLER (2008)

SCHWAB (1997) cita um título provisório de concessão de terras recebido por uma família estabelecida no Núcleo Tavares Bastos, da Colônia Octavio, no qual descreve-se um lote privado e um campo de uso comum. Aparentemente, esta

[6] GOETTERSDORFER, Pe. Heriberto. **Chronica da Colônia Marienthal**. Lapa, PR, 1907. Manuscrito.

prática não foi adotada em Mariental, pois não há referências ao campo de propriedade coletiva em nenhum dos documentos pesquisados e os moradores desconhecem o mesmo, segundo depoimento de Roberto Hoernig.

MÜLLER (2008) afirma que o governo enviou dois agrimensores para dividir as terras e ordenar a construção das primeiras habitações, para as quais cada colono recebeu cento e vinte mil réis, porém os agrimensores embolsaram o dinheiro e relataram ao governo que os colonos haviam preferido residir no sobrado da Fazenda Pacheco (FIGURA 4.11), exigido de volta mais tarde para uso público.



FIGURA 4.11 – SOBRADO COLONIAL DA FAZENDA PACHECO
FONTE: MÜLLER (2003.

O cemitério foi delimitado ainda em 1884 e foi ampliado em 1900. A capela de Mariental foi terminada em 1903 depois de três fases de construção: a primeira em 1896, realizada por João Lucasky que fez a fundação com as pedras tiradas dos muros que cercavam o Sobrado e assentou os primeiros tijolos vindos da Lapa. Com sua morte, a construção ficou parada até 1902 quando Augusto Schilling, da Lapa, continuou-a, porém a população descontente com o mestre de obras contratou Antonio Cavallin e seu irmão, que colocou o telhado e rebocou o templo. Ernesto Bizatto (Borsato) foi responsável por todos os serviços de carpintaria. (FIGURA 4.12). (MÜLLER, 2008).



FIGURA 4.12 – CAPELA DE MARIENTAL
FONTE: A autora (2011).

As primeiras atividades agrícolas não tiveram grande sucesso devido ao desconhecimento do tipo de solo pelos colonos, assim muitos procuraram emprego na construção de estradas, especialmente a que ligava Lapa e Paranaguá. Outros fundaram pontos comerciais como armazéns e ferrarias, alguns habitantes ingressaram no ofício de transporte de mercadorias, principalmente erva-mate, em carroças (FIGURA 4.13) grandes cobertas por lonas enceradas com resina de alcatrão, puxadas por 4 até 10 cavalos e com capacidade de até 1.500 quilos. Em 1809, a família Köhler estabeleceu uma torrefação de café com sistema a vapor que obteve sucesso, seguido por Johannes Hornung que em 1915 abriu outra torrefação. (MÜLLER, 2003; KERSTEN, 2006; MÜLLER, 2008).



FIGURA 4.13 – CARROÇÕES RUSSO-ALEMÃES
FONTE: adaptado de BIGARELLA *et al.* (1997).

Em 1880, Dom Pedro II veio ao Paraná e visitou Mariental às dez horas do dia 1º de junho, percorrendo a atual rua Carlos Weil até atingir o sobrado e inaugurando oficialmente a colônia. (MÜLLER, 2008).

David Carneiro relatou as impressões da comitiva imperial:

> Hoje visitou os núcleos coloniais Otávio, Taquari e Tavares Bastos, os quais ofereceram um estado lisonjeiro e são mais regulares que os outros até agora visitados, que são verdadeiramente péssimos. Falar em prosperidade colonial da Província do Paraná é proferir inverdade assombrosa. Sua Majestade tem sido mal impressionada por tudo quanto tem visto, e igualmente partilham da mesma opinião todos que o acompanham, chegando mesmo a apontar como causa do fracasso da colonização russo-alemã: má administração, má escolha e compra de terras e maus conselhos dados aos colonos. [...] Outra questão muito importante foi a qualidade dos terrenos distribuídos aos colonos. Alguns deles têm na superfície, em grande extensão, um palmo de terra somente e, por baixo, morros de grés (arenito). (HOLZMANN, 2004, p.48)

A Revolução Federalista[7] atingiu a Lapa em 1894 e teve efeitos também em Mariental. MÜLLER (2003) relata que a colônia teve algumas perdas humanas – Carlos Zurreich e Johannes Biehl, ambos degolados pelas tropas de Gumercindo Saraiva – e perderam quase todo o patrimônio que haviam construído, os cavalos eram requisitados, o gado abatido para alimentação das tropas e os colonos obrigados ao transporte de mercadorias ou a juntar-se as tropas tanto federalistas quanto legais.

Em 1903, chegou a Mariental o professor alemão Carlos Weil que se dedicou à colônia até 1940, ano de sua morte, hoje dá nome à avenida principal. Inicialmente deu aulas no Sobrado, então edifício do governo, anos mais tarde foi o principal incentivador de uma edificação própria para a escola. A planta foi elaborada pelo irmão franciscano Columbano, do convento de Curitiba, e a obra executada por João Bunik. A inauguração do prédio realizou-se em 08 de setembro de 1924. (MÜLLER, 2008).

Nos dias 27 e 28 de maio de 1928, dias de Pentecostes, foi comemorado o cinquentenário da colônia Mariental (FIGURA 4.14), da colônia Johannesdorf e o Jubileu de Prata (25 anos) do Professor Carlos Weil. A Gazeta do Povo de 1º de junho de 1928 registrou a colônia à época: “Mais trinta metros e está-se na rua principal, extensa, com casario cerrado de lado a lado, fechada numa ponta pelo

[7] A Revolução Federalista (fevereiro de 1893 a agosto de 1895) foi um movimento iniciado no Rio Grande do Sul, logo após a Proclamação da República, entre os republicanos legalistas, pica-paus, liderados por Júlio de Castilhos e os maragatos sob a bandeira do Partido Nacional Federalista, com a liderança de Silveira Martins. As tropas federalistas avançaram em direção ao Rio de Janeiro, chegando a Lapa em 17 de janeiro de 1894, cidade que resistiu a um cerco de 26 dias e, apesar da capitulação assinada em 11 de fevereiro de 1894, foi determinante para o retardo das tropas federalistas que após isso recuaram devido a desentendimentos entre os chefes revolucionários e às notícias de organização de tropas legalistas de resistência.

velho sola dos Pachecos (Sobrado), na outra pela gárrula da igreja, flanqueada da escola pública." (GAZETA DO POVO, 1928 *apud* MÜLLER, 2003, p. 272)[8].

O jornal A República também descreve a colônia:

> [...] vivem na Colônia alguns dos elementos fundadores dela[9], a qual conta atualmente com 500 a 600 habitantes. É uma colônia bastante florescente, possuindo já 2 (duas) bem montadas fábricas de torrefação de café, 4 (quatro) ferrarias e uma carpintaria. Com recursos próprios, construiu uma igreja e uma Casa Escolar, onde as suas crianças recebem instrução. Tem mais ou menos 50 eleitores. A lavoura é rica. O milho, o centeio, o trigo são abundantes. A erva-mate também cobre grande extensão de terra. (A REPÚBLICA, 1928 *apud* MÜLLER, 2008, p. 171)[10]



FIGURA 4.14 – POSTAL DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO
FONTE: MÜLLER (2003)

Em 30 de outubro de 1954, iniciou-se a construção da igreja nova também dedicada a Nossa Senhora da Conceição, concluída doze anos mais tarde. A igreja nova possui uma implantação diversa das demais edificações da colônia, voltando-se para a Rodovia Federal de onde pode ser facilmente avistada. MÜLLER (2003) relata que o velho sobrado da Fazenda Pacheco foi demolido e parte de seus materiais foram reutilizados no novo templo. (FIGURA 4.15).

[8] O cinquentenário da Colônia Mariental. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 jun. 1928.
[9] O mesmo texto informa em outro techo que havia quinze fundadores vivos que participaram das comemorações do cinquentenário.
[10] O cinquentenário da Colônia Mariental. **A República**, Curitiba, Ano XLIII 1 jun. 1928.



FIGURA 4.15 – CONJUNTO DA CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, IGREJA DE MESMO NOME E ESCOLA
FONTE: A autora (2011).

No dia 10 de dezembro de 1978, celebrou-se o centenário de Mariental, que segundo MÜLLER (2008) já contava com aproximadamente quatro mil habitantes, população próxima à atual.

Apesar das dificuldades, os colonos de Mariental se estabeleceram e formaram o núcleo de importância para a Lapa ainda hoje preservado.

4.5 ASPECTOS PAISAGÍSTICOS E ARQUITETÔNICOS

Para avaliação dos aspectos paisagísticos da Colônia Mariental, considerou-se necessário o uso de uma abordagem sistêmica em que elementos particulares são primeiramente analisados isoladamente e, em um segundo momento, considerados sinteticamente para que sua interrelação e valores associativos não se percam. Tal método baseia-se na proposta de Pierre George (1942) indicada por BESSE (2006). Optou-se ainda pelo uso dos pontos elencados por O'DONNEL (2008), apresentados no quadro da FIGURA 2.8, reiterado abaixo. Alguns dos pontos, principalmente referentes ao patrimônio imaterial, não foram abordados pela falta de informações.

Tangible Heritage	**Intangible Heritage**
Natural Systems Land Uses, Patterns, Clusters Spatial Organization Visual Relationships Topography, Surface Drainage Vegetation Circulation Systems Water Features, Natural and Constructed Non-Habitable Landscape Structures and Buildings Spatial Character, Form and Scale of Habitable Structures Vocabulary of Site Furnishings and Objects	Festivals Traditional music, dance, performance Pilgrimage Worship Ritual Commemoration of past events Traditional practices Gathering place for native plants Gathering place for craft materials Iconic shared community place of memory and present use

FIGURA 2.8 – VALORES TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS NA PAISAGEM CULTURAL URBANA
FONTE: adaptado de O'DONNELL (2008).

A evolução da paisagem da Colônia Mariental pode ser constatada em três momentos distintos a partir de fotografias. A primeira fotografia do início do século XX não tem data precisa, mas é considerada por MÜLLER (2003) o registro mais antigo de Mariental (FIGURA 4.16). Pode-se observar o eixo principal com largura considerável encabeçado pela capela e delimitado em seus alinhamentos por cercas de madeira e pelas primeiras casas dos colonos com telhado em quatro águas ou ainda de duas águas com o oitão voltado para a via. Como apontado nas fichas do Inventário de Conhecimento apresentadas no próximo subcapítulo, supõe-se que a edificação dos lotes 03 e o paiol do lote 04 (FIGURA 4.17 E 4.18) já existissem à época da imagem. Assim sendo, estes remanescentes indicam que as casas eram térreas com sótão, podiam ser de alvenaria ou de tábuas verticais e mata-juntas,

tinham cumeeira perpendicular à rua, pouca ornamentação e esquadrias simples compostas apenas de caixilho e escuros, com exceções. O acesso é predominantemente lateral.

Existem ainda outros exemplares semelhantes à edificação do lote 03 que apresentam a modulação da estrutura em relevo como as casas do lote 07, lote 11 e o paiol do lote 02, porém não se pode afirmar que estas já existiam.



FIGURA 4.16 – FOTOGRAFIA MAIS ANTIGA DE MARIENTAL SEGUNDO MÜLLER (2003), RUA PROFESSOR CARLOS WEIL EM ANO DESCONHECIDO
FONTE: MÜLLER (2003).



FIGURA 4.17 E 4.18 – EDIFICAÇÕES LOTE 03 E LOTE 04.
FONTE: A autora (2011).

Um segundo momento se apresenta na fotografia de 1928 da FIGURA 4.19 em que já aparecem diversas casas hoje existentes como as dos lotes 04 e 06 (FIGURA 4.20 E 4.21). A fotografia é um detalhe do postal de comemoração do cinquentenário (FIGURA 4.14). Nesta época, a Rua Professor Carlos Weil possuía em uma das extremidades a Capela Nossa Senhora da Conceição ainda com o campanário e na outra o sobrado colonial da Fazenda Pacheco (FIGURA 4.22 E 4.23), dois pontos focais marcantes. A maioria das edificações tem a implantação modificada: o oitão volta-se para a lateral, a cumeeira torna-se paralela à via e o beiral é substituído por platibanda ornamentada. A planta em alguns casos se desenvolve em “L”, tendo a cozinha e áreas de serviço no corpo posterior. As ornamentações surgem também em cornijas, no requadro dos vãos e em desenhos geométricos em massa aplicados sobre a fachada. As esquadrias são do tipo guilhotina com escuros internos.

As edificações guardam relação com construções também do início do século XX presentes no Setor Histórico preservado da Lapa (FIGURA 4.24 E 4.25) a partir do que se pode supor que contrutores lapeanos não participaram apenas da construção da capela, mas também de algumas residências. O morador Pedro Hornig, proprietário do lote 04, relata que os antigos diziam que o mestre-de-obras de sua residência tinha sobrenome Westphalen e era originário da Lapa. Ele também teria construído as casas dos lotes 08 e 26, pertencentes a mesma família com sobrenome variando entre Hornüng, Hornung e Hornig.



FIGURA 4.19 – RUA PROFESSOR CARLOS WEIL EM 1928
FONTE: MÜLLER (2003).



FIGURA 4.20 E 4.21 – EDIFICAÇÕES LOTES 04 E 06.
FONTE: A autora (2011).

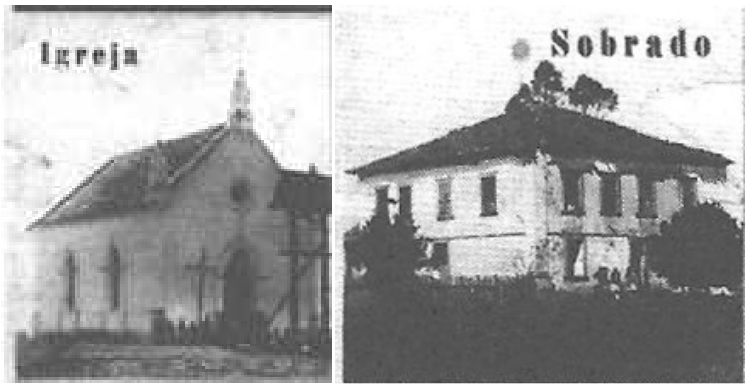


FIGURA 4.22 E 4.23 – CAPELA SOBRADO EM 1928
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 4.24 E 4.25 – EDIFICAÇÕES NO SETOR HISTÓRICO DA LAPA
FONTE: A autora (2011).

Atualmente, a organização espacial da Colônia Mariental preserva o eixo principal, com nome de Rua Professor Carlos Weil, mantendo a capela como ponto focal (FIGURA 4.26 E 4.27), o sobrado colonial foi demolido nos anos 1960. O principal eixo perpendicular àquele é Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que liga a BR-476 ao cemitério e conduz ao vale onde ficam as plantações.

A ocupação se caracteriza por lotes profundos com edificações dispostas no alinhamento. É possível notar que o núcleo se voltava para ele mesmo, como denota a implantação da Capela. O uso no início do século XX era predominantemente residencial, algumas de uso misto com a presença de um ambiente comercial, o armazém, voltado para a rua (como os lotes 06 e 09), ou ainda industrial como era o caso da torrefação de café Hornung (lote 03). Hoje, a predominância residencial se mantém, o único lote comercial que se encontra em casa histórica é a Agrícola Mariental (lote 23). Os demais usos comerciais se encontram em novas construções como o Mercado Mariental, bares e etc. A edificação do lote 07 teve seu uso alterado para religioso, abrigando a igreja evangélica Assembléia de Deus. Em visita ao local, pode-se observar que os bares são os principais pontos de encontro ao final da tarde, além da escadaria da capela onde as crianças constumam se reunir. (FIGURA 4.12).

As edificações antigas ou recentes presentes na paisagem possuem uma harmonia de formas e escalas, sendo a única exceção a igreja nova que, além de ter sua orientação para a BR-476 e não para o núcleo original, possui proporções bem diferentes do restante do assentamento, configurando uma nova organização e criação de um marco visual que pode ser contemplado da Rodovia Federal (FIGURA 4.28).

Além das visuais da Rua Professor Carlos Weil, as vias perpendiculares a ela – Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Rua André Hammerschmidt e Rua Professora Ana Teider – possuem visuais interessantes do vale (FIGURA 4.31). A primeira tem ainda em seu percurso o cemitério existente desde 1903. (FIGURA 4.29).

O patrimônio imaterial da colônia se manifestava de diversas maneiras. MÜLLER (2008) cita a vida religiosa constante, o “puchiron” em que após a realização de trabalhos coletivos os colonos se reuniam em festas animadas pela gaita, a corrida de cavalos realizada na rua principal, as reuniões no armazém Hornung, a festividade do “pollrom”, tronco de um metro de comprimento onde os

padrinhos de casamento amarravam fitas e a “Rosseinesupp” sopa de ameixa preta ou uva torrada. O dialeto falado era um dialeto do alemão que já havia se transformado na Rússia e continuava se modificando no Brasil. Não se pode afirmar quanto deste patrimônio ainda permanece, mas em uma exploração superficial com os moradores, percebeu-se que mesmo entre os mais velhos poucos sabem o alemão. Alguns exemplares de carroças permanecem nos lotes, talvez similares com os carroções produzidos pelos colonos que transportavam erva-mate da Lapa para Curitiba. Os livros do irmão marista Estevão Müller ajudaram a recuperar a memória do local e estão presentes em diversas casas. Ainda assim, alguns proprietários desconhecem a história da Colônia Mariental.




FIGURA 4.26 E 4.27 – VISTAS DA RUA PROFESSOR CARLOS WEIL
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 4.28 – VISTA DA BR-476.
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 4.29 – CEMITÉRIO DE MARIENTAL.
FONTE: A autora (2011).

Entre os sistemas naturais descritos no subcapítulo 4.2 Aspectos Físicos-Naturais, conclui-se a partir dos estudos de caso e das observações de FOWLER (2003) que os mais determinantes para a paisagem são relevo, hidrografia e vegetação.

A primeira relação com o relevo presente na colônia é o próprio nome, Mariental do alemão *Marienthal* significa Vale de Maria. No entendimento comum, vale é uma área de baixa altitude delimitada por áreas mais altas, como montanhas ou colinas. O assentamento se localiza em área quase plana mais alta em posição dominante em relação ao vale, localizado ao sul (FIGURA 4.30), de onde se pode observar o relevo colinoso e ondulado característico da porção oriental do município da Lapa. (FIGURA 4.31).



FIGURA 4.30 – MODELAGEM DO TERRENO DO VALE AO SUL DA COLÔNIA
FONTE: GOOGLE MAPS (2011).



FIGURA 4.31 – VALE AO SUL DA COLÔNIA
FONTE: A autora (2011).

O PLANO DIRETOR (2003) aponta que a localização de Mariental na transição entre o Primeiro e Segundo Planalto, torna o terreno propício à formação de nascentes. No mapa da FIGURA 4.35, é possível notar que diversos lotes são cortados por riachos, pode-se dizer que sua presença foi um fator determinante para a ocupação do sítio, porém não é um elemento de destaque na caracterização da paisagem atual uma vez que seus efeitos visuais ou mesmo sonoros não são percebidos.

A vegetação, por outro lado, presente nos lotes e nas áreas comuns contribui largamente para caracterização dessa paisagem. Sua importância pode ser percebida, por exemplo, no fato de a comitiva de colonos que veio da Rússia ter escolhido o lugar do assentamento por considerá-lo semelhante às estepes russas com ondulações suaves e campos (MÜLLER, 2008). É possível notar remanescentes das Florestas de Araucária limitados pelos campos de pastagem e agricultura em que se sobressai o Pinheiro-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*) (FIGURAS 4.31 E 4.32). Outro fator interessante é a conservação das matas nos fundos de lote voltados para a Rodovia Federal, impedindo o panorama da colônia e tornando possível somente a visualização da nova igreja, construída em 1966. (FIGURA 4.28).

A vegetação já trabalhada pelo homem está presente nos lotes em jardins, hortas e pomares cuidadosamente cultivados pelos moradores (FIGURA 4.33 E 4.34) os quais guardam até mesmo relações afetivas com alguns ícones, como a jabuticabeira do lote 04 do Sr. Pedro Hornig plantada pelo seu bisavô, um dos colonizadores.



FIGURA 4.32 – REMANESCENTES DA FLORESTA DE ARAUCÁRIA LIMITADOS POR CAMPOS
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 4.33 E 4.34 – JARDINS DOS LOTES 02 E 26.
FONTE: A autora (2011).

Como síntese, propõe-se o entendimento de Mariental como uma paisagem de transição urbano-rural, pois mesmo com a baixa densidade e a relativa dispersão das edificações, percebe-se uma relação de vizinhança e atração entre os espaços (IPHAN, 2010). A organização espacial dos lotes apresenta a residência e paiol, e, se consideradas as áreas livres há ainda o jardim, horta, pomar, algumas áreas de cultivo e a mata conservada. Tais conjuntos são típicos da pequena propriedade rural, porém a implantação das casas no alinhamento com acesso lateral corresponde a um caráter mais urbano, ao contrário do que ocorre no terceiro estudo de caso em Santa Catarina.

4.6 INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO

Um dos instrumentos utilizados para análise da paisagem cultural da Colônia Mariental foi a elaboração de um Inventário de Conhecimento que buscou organizar e reunir os relatos históricos sobre os russo-alemães e a fundação da colônia, as informações disponíveis em inventários realizados pelo IPHAN em 1999 e 2010 e dados obtidos em campo.

A adoção da categoria paisagem cultural definiu uma maneira de ler o espaço não apenas descrevendo as edificações, mas também as relações existentes no conjunto. Para isso, cada ficha corresponde a um lote do mapa da FIGURA 4.35, os quais foram selecionados pela presença de edificações significativas do início do fim do século XIX e início do século XX. Esclarece-se também que a delimitação dos lotes foi suposta a partir de foto aérea uma vez que a área foi apenas recentemente declarada perímetro urbano e a Prefeitura Municipal da Lapa ainda não possui planta cadastral.

O modelo da ficha foi elaborado pela autora com base nas fichas de Caracterização Externa de Bem Arquitetônico e de Conjunto Rural do módulo de cadastro do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN. Apresenta os campos de:

- Localização e Identificação: informações sobre localização, posse, uso original e atual, estado de conservação na gradação proposta pelo SICG (bom – precário – em arruinamento – arruinado);
- Registro Fotográfico: imagens realizadas pela autora e por inventários anteriores;
- Implantação e Plantas: a implantação é esquemática elaborada com base em fotos aéreas obtidas pelo Google Earth, visitas e descrição dos moradores
- Edificações no lote: reúne e descreve as edificações mais significativas de cada lote, selecionadas pelo recorte temporal do fim do século XIX e início do século XX; e
- Observações, Elaboração e Referências.

FIGURA 4.35 – MAPA DE MARIENTAL
FONTE: adaptado do PLANO DIRETOR (2003)

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 01**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Professor Carlos Weil, s/n							
Proprietário: Mitra de São José dos Pinhais							
Uso original: Religioso			**Uso atual:** Religioso				
Estado de Conservação:							
	Bom	x	Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
E IGREJA DE MESMO NOME
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, IGREJA DE MESMO NOME E ESCOLA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
VISTA DA RODOVIA FEDERAL
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 06 – IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 07 – ESCOLA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 08 – ESCOLA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 09 – CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E ESCOLA EM 2010
FONTE: IPHAN (2010).



FIGURA 10 – INTERIOR DA CAPELA EM 2010
FONTE: IPHAN (2010).



FIGURA 11 – CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, IGREJA DE MESMO NOME E ESCOLA EM [2003]
FONTE: MÜLLER (2003).



FIGURA 12 – CRUZ QUEBRADA EM FRENTE A CAPELA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 13 – INTERIOR DA CAPELA AINDA COM BANCOS PARA USO RELIGIOSO EM 1999
FONTE: IPHAN (1999).



FIGURA 14 – INTERIOR DA CAPELA AINDA COM BANCOS PARA USO RELIGIOSO EM 1999
FONTE: IPHAN (1999).

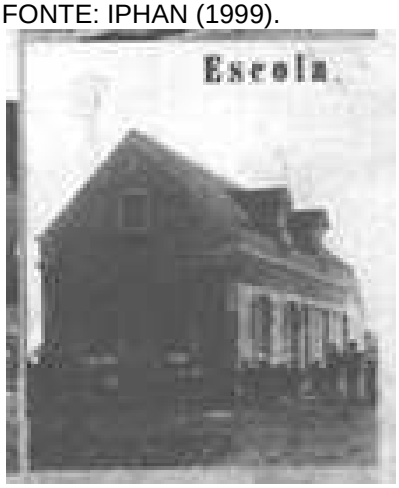


FIGURA 15 – ESCOLA EM 1928
FONTE: adaptado de MÜLLER (2003).

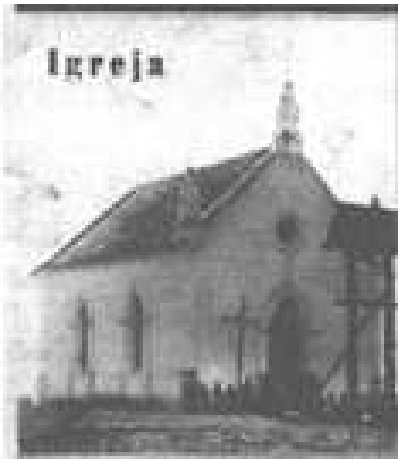


FIGURA 16 – CAPELA EM 1928
FONTE: adaptado de MÜLLER (2003).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

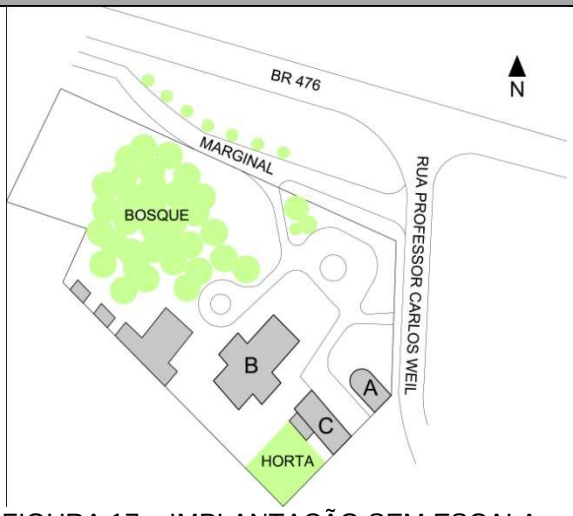


FIGURA 17 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 18 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

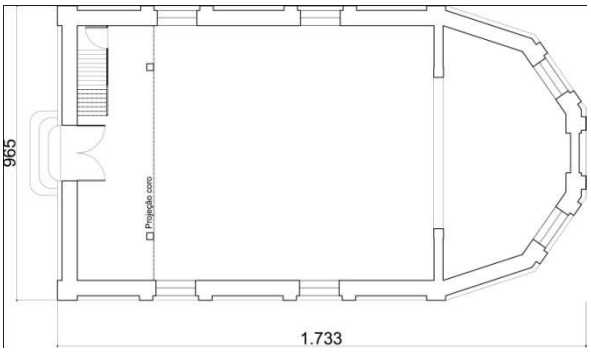


FIGURA 19 – PLANTA CAPELA
Sem escala
FONTE: adaptado de IPHAN (1999).

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	**Descrição**
A Capela Nossa Senhora da Conceição	A construção da capela foi concluída em 1903 e utilizou na fundação as pedras do muro do sobrado da Fazenda Pacheco, participaram em diferentes fases os mestres-de-obras João Lucasky, do Feixo, Augusto Schilling, da Lapa, os irmãos italianos Cavallin e Ernesto Bizatto, da Lapa (MÜLLER, 2008). A fachada frontal possui escadaria, porta principal ornamentada com bandeira de vidros coloridos com arco ogival, pequena rosácea e oitão encimado por três pináculos com cruzes, o central apresenta a data de construção 1903. As fachadas laterais possuem beiral de cimalha e dois vãos ogivais com esquadrias de madeira e vidros coloridos. A fachada posterior apresenta cinco faces, sendo que na central há um recuo ornamentado com arco ogival e nas faces laterais a esta há dois vãos ogivais com esquadrias de madeira e vidros coloridos. O telhado possui sete águas com cumeeira perpendicular à Rua Prof. Carlos Weil. Em frente à capela, há uma cruz quebrada com inscrição e data 1908 (FIGURA 12) e placas comemorativas. Atualmente, a capela é usada como local de reuniões e de ensino religioso (FIGURA 10), permanecendo grande parte do tempo fechada. A partir da análise da FIGURA 16, pode-se concluir que a capela foi pouco alterada sendo a modificação mais marcante a remoção do campanário que possuía os sinos Michael, vindo do Rio de Janeiro, e Maria, conforme relata MÜLLER (2008).

B Igreja Nossa Senhora da Conceição	Construção conluída em 1966, utilizou materiais reaproveitados da demolição do sobrado da Fazenda Pacheco (MÜLLER, 2008). Apresenta planta em cruz latina, torre lateral e vãos com arco pleno e esquadrias predominantemente metálicas. A implantação da igreja difere da implantação das demais edificações do conjunto por se voltar para a BR-476. Na FIGURA 11, pode-se observar a praça ainda sem o muro palito, supostamente no ano de 2003.
C Escola	MÜLLER (2008) transcreve documento escrito pelo Professor Carlos Weil que relata a inauguração da Casa Escolar de Mariental, em 08 de setembro de 1924. A obra foi realizada com o dinheiro que seria destinado ao aumento da capela. O construtor foi João Bunik e a planta foi feita pelo irmão franciscano Columbano, do convento de Curitiba. Pela análise da FIGURA 15, pode-se perceber que a construção foi alterada pela adição de uma circulação coberta e remoção das mansardas.

ELABORAÇÃO

Eliara Beck Souza junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							LOTE 02
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Professor Carlos Weil, s/n							
Proprietário: Oswaldo Hornig							
Uso original: Residencial			**Uso atual:** Residencial				
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA E PAIOL A ESQUERDA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA E PAIOL
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 - PAIOL
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – RESIDÊNCIA E PAIOL EM 1999
FONTE: IPHAN (1999).



FIGURA 06 – RESIDÊNCIA E PAIOL EM 1999
FONTE: IPHAN (1999).



FIGURA 07 – PAIOL EM 1999
FONTE: IPHAN (1999).



FIGURA 08 – PAIOL EM 1999
FONTE: IPHAN (1999).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

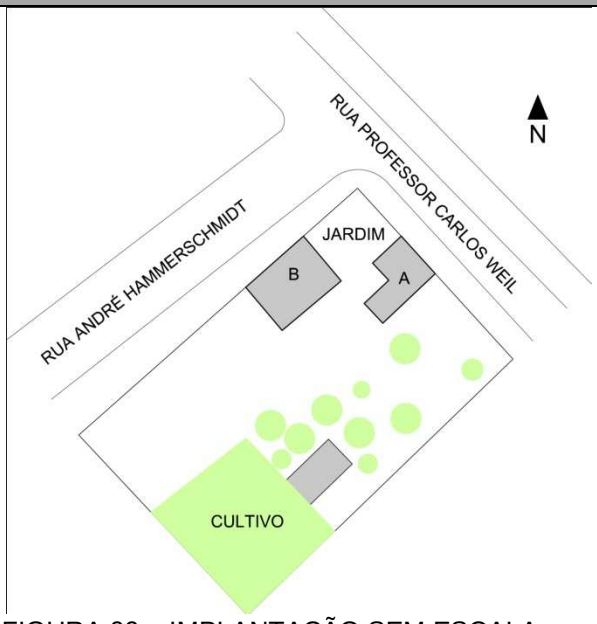


FIGURA 09 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 10 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE

Uso	**Descrição**
A RESIDÊNCIA	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos com divisórias internas em madeira localizada no alinhamento de terreno de esquina com acesso frontal alterado para acesso pelos fundos (FIGURA 2). A residência possui planta em L, cumeeira paralela à rua e beiral de cimalha em todo perímetro. A edificação é elevada do solo por pilaretes de imbuia (IPHAN, 2010) com embasamento com poucas aberturas. A fachada frontal original com três vãos com vergas retas, sendo duas janelas e uma porta, foi alterada com o preenchimento do vão da porta e adição de frisos e textura como evidencia a FIGURA 6. Os vãos possuem esquadrias tipo guilhotina em madeira com caixilhos retangulares e escuros internos, segundo IPHAN (2010) o morador informou que as esquadrias são novas, mas mantém o padrão original. A ornamentação em massa ocorre nos requadros dos vãos.
B PAIOL	Edificação térrea com sótao em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento com oitão voltado para a Rua André Hammerschmidt. A fachada frontal possui dois vãos no nível térreo e um vão no sótão com verga reta com janelas de madeira vedadas apenas por escuros. O acesso ocorre pela varanda lateral esquerda. A FIGURA 7 revela que existe varanda simétrica na lateral direita, porém esta foi vedada com madeira. Pode-se supor que a edificação hoje utilizada como paiol, já foi também uma residência anterior ou contemporânea a

	edificação A. Estado de conservação precário.

OBSERVAÇÕES

IPHAN (2010) informa que o proprietário atual comprou a casa há alguns anos, não sendo descendente dos colonizadores originais. Acredita-se que esta informação não confere, pois o sobrenome é o mesmo de um dos colonizadores, demonstrando a falta de conhecimento dos moradores sobre a história do local o que pode ser constatado em entrevista com outros moradores que desconheciam as origens da colônia.

ELABORAÇÃO

Eliara Beck Souza junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 03**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Professor Carlos Weil, s/n							
Proprietário: Roseclair Hornig							
Uso original: Industrial				**Uso atual: S**em uso			
Estado de Conservação:							
	Bom		Precário	x	Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – EDIFICAÇÃO
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – EDIFICAÇÃO
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – EDIFICAÇÃO
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – EDIFICAÇÃO
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – RUA CARLOS WEIL EM DATA IMPRECISA ANTERIOR A 1928
FONTE: MÜLLER (2003).

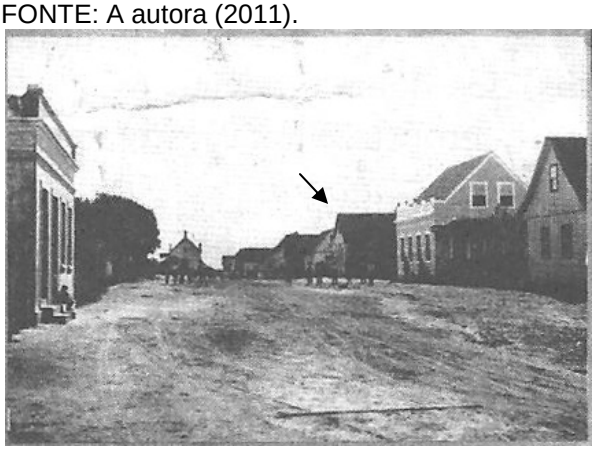


FIGURA 06 – RUA CARLOS WEIL EM 1928
FONTE: adaptado de MÜLLER (2003).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

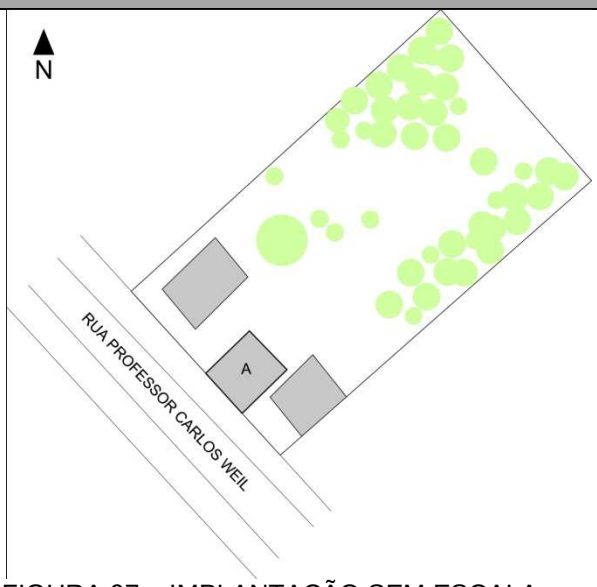


FIGURA 07 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 08 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE

Uso	**Descrição**
A EDIFICAÇÃO SEM USO	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos elevada do solo por fundação em pedra localizada no alinhamento com oitão voltado para a Rua Professor Carlos Weil. A fachada frontal possui dois vãos no nível térreo e um vão no sótão com verga reta com janelas de madeira tipo guilhotina com escuros internos. Há um anexo lateral de tábuas de madeira verticais e mata-junta com cobertura contínua de menor ângulo de inclinação. Existem acessos nas duas laterais. Conforme o IPHAN (2010), a alvenaria aparente sem reboco possui a inscrição "CG Lapa". Segundo a moradora da edificação vizinha, a edificação não possui divisões internas havendo apenas o ambiente formado pelo anexo e o ambiente interno ao corpo principal de alvenaria de tijolos. De acordo com a moradora vizinha e IPHAN (2010) a edificação abrigava a torrefação de café de Johannes Hornung, fundada em 1915 como relata MÜLLER (2008).

OBSERVAÇÕES

A edificação é muito semelhante ao paiol (antiga residência do Lote 01). É possível que a edificação seja uma das existentes à direita na FIGURA 05 e, com certeza já existia em 1928, ano da FIGURA 06.

ELABORAÇÃO

Eliara Beck Souza junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 04**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Professor Carlos Weil, s/n							
Proprietário: Pedro Hornig							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – CORPO PRINCIPAL DA RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – CORPO PRINCIPAL DA RESIDÊNCIA E PAIOL
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – CORPO PRINCIPAL DA RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – PAIOL
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – RUA CARLOS WEIL EM DATA IMPRECISA ANTERIOR A 1928
FONTE: MÜLLER (2003).

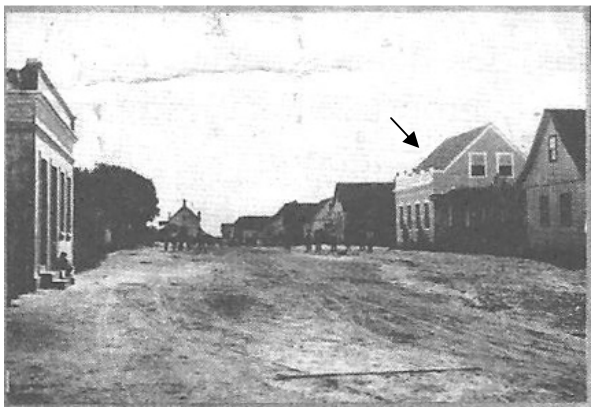


FIGURA 06 – RUA CARLOS WEIL EM 1928
FONTE: adaptado de MÜLLER (2003).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

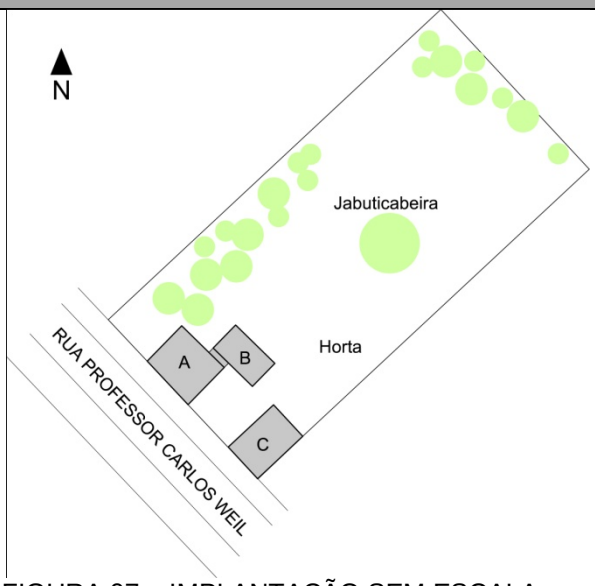


FIGURA 07 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 08 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE

Uso	Descrição
A Residência (Corpo Principal)	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento com acesso lateral por varanda ornamentada com lambrequins. O corpo principal é retangular, elevado do solo e com telhado de duas águas, cumeeira paralela à rua e platibanda com pináculos. A fachada frontal possui três vãos com verga reta e janelas de madeira, tipo guilhotina, e escuros internos. As fachadas laterais possuem duas aberturas para o sótão em ambos os lados e três aberturas para o térreo, sendo na lateral esquerda três janelas e na lateral direita duas janelas e uma porta de madeira de abrir com duas folhas e bandeira. A ornamentação geométrica com massa ocorre no arremate do oitão, nos requadros dos vãos e na platibanda. A divisão em planta é simples com quatro ambientes e um corredor onde há a escada de acesso ao sótão com dois ambientes.
B Residência (Corpo Secundário)	A varanda conecta o corpo principal a uma segunda edificação de mesmo tratamento formal onde se localizam as áreas úmidas; cozinha, lavanderia e banheiros. O interior encontra-se preservado com assoalho e forro de madeira originais.
C Paiol	Edificação térrea com sótão em madeira com tábuas verticais e mata-junta, localizada no alinhamento. Cobertura em duas águas com cumeeira perpendicular à rua. A fachada frontal apresenta uma janela e uma porta simples em madeira a qual substitui outra janela pré-existente (FIGURA 06) e uma janela guilhotina em madeira no oitão. A única ornamentação ocorre na emenda da empena com o oitão a qual possui desenho dentado composto também com função de pingadeira. Pode-se supor que a edificação hoje utilizada como paiol, já foi também uma residência anterior ou contemporânea a edificação A. Estado de conservação precário.

OBSERVAÇÕES

O morador Pedro Hornig mostrou com orgulho a jabuticabeira centenária presente em seu quintal a qual foi plantada pelo seu bisavô. É possível que a edificação do Paiol (C) seja uma das existentes à direita na FIGURA 05. O corpo principal da residência (A) com certeza já existia em 1928, ano da FIGURA 06.

ELABORAÇÃO

Eliara Beck Souza junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 05**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Professor Carlos Weil, s/n							
Proprietário: Casimiro Starom							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO

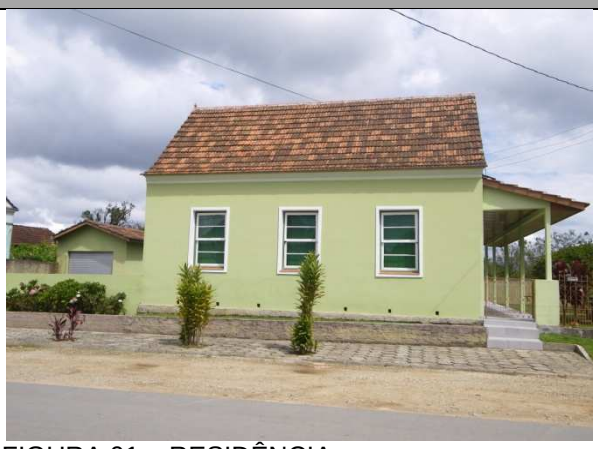


FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

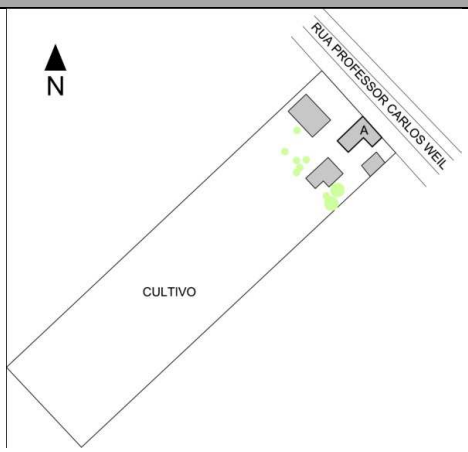


FIGURA 05 – IMPLANTACAO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 06 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011)

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	**Descrição**
A RESIDÊNCIA	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento com acesso lateral por varanda. A residência possui planta em L, cumeeira paralela à rua e beiral de cimalha presente na fachada frontal e, provavelmente, na posterior. A fachada frontal possui três vãos com verga reta e janelas de madeira, tipo guilhotina, e escuros internas. A fachada lateral esquerda possui uma abertura para o sótao e duas aberturas no nível térreo. A fachada lateral direita tem uma abertura para o sótão. No nível térreo, possui uma janela e uma porta alinhadas em nível mais alto do que os outros três vãos pertencentes ao corpor posterior, todos eles abrindo-se para a varanda. Os vãos são ornamentados com requadro em massa.
OBSERVAÇÕES	
Segundo o IPHAN (2010), o paiol existente em tábuas verticais e mata junta é uma construção recente, sendo que o original era no alinhamento, como relatou a moradora. O mesmo documento informa ainda que a avó da moradora Juliana Coler (provavelmente derivado de Köhler) nasceu na casa ao lado, mudando-se para esta após o casamento. O lote possui inscrição imobiliária urbana (IPHAN, 2010)	
ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							LOTE 06
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Professor Carlos Weil, s/n							
Proprietário: Fernando Coler							
Uso original: Misto				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
	Bom	x	Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA EM 1999
FONTE: IPHAN (1999).



FIGURA 04 – RESIDÊNCIA EM 1999
FONTE: IPHAN (1999).

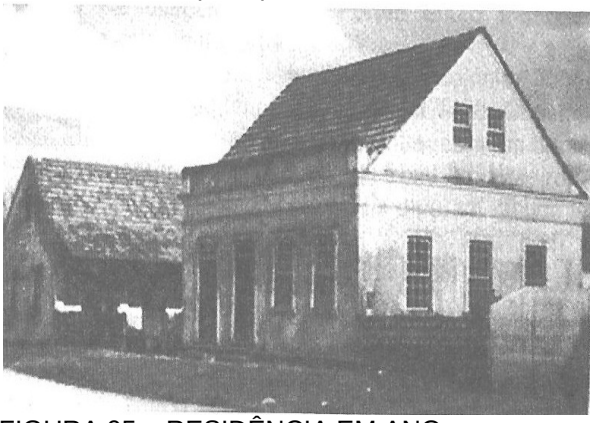


FIGURA 05 – RESIDÊNCIA EM ANO DESCONHECIDO
FONTE: MÜLLER (2003).

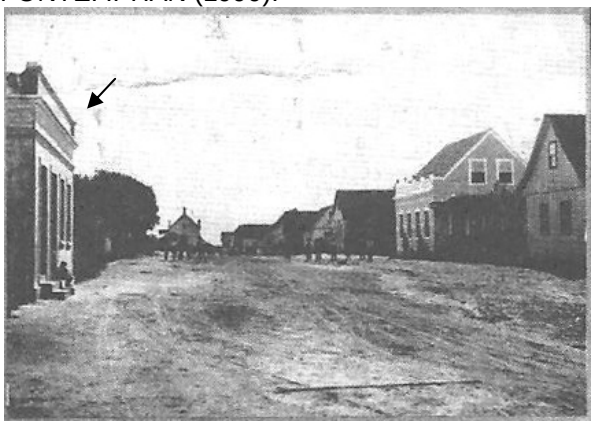


FIGURA 06 – RUA CARLOS WEIL EM 1928
FONTE: adaptado de MÜLLER (2003).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

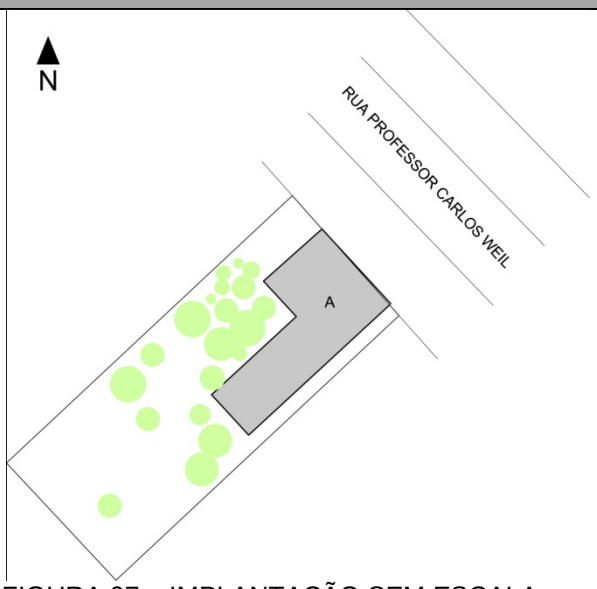


FIGURA 07 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 08 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011)

EDIFICAÇÕES NO LOTE

Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento com acesso frontal. A residência possui planta em L, cumeeira paralela à rua, divisórias internas em madeira, platibanda e cimalha presente em todo perímetro. A fachada frontal possui quatro vãos com verga reta, sendo duas portas de madeira com bandeira e duas janelas de madeira, tipo guilhotina, e escuros internos. A fachada lateral esquerda possui duas janelas menores para o sótão e duas janelas maiores no nível térreo. A fachada lateral direita possui duas janelas menores para o sótão e três janelas maiores no nível térreo. O vãos possuem requadro decorativo em massa. Em 1928, a casa já existia.

OBSERVAÇÕES

Segundo o IPHAN (2010), a moradora informou que a edificação era de uso misto com um armazém na parte frontal, o que se pode supor pela posição das portas. O pai do proprietário, Alfredo Coler, era irmão de Juliana Coler que se mudou para a casa ao lado (lote 05) após o casamento.
MÜLLER (2008, p. 258) transcreve um documento de 1928 que afirma “o Sr. Andreas Köehler conservou uma venda em sua casa, recentemente construída”.
O IPHAN (2010) considerou que o lote 06 era maior e incluía o lote 07, cuja edificação era usada para armazenagem da colheita. Neste inventário optou-se por separar os lotes uma vez que a edificação do lote 07 possui atualmente uso relogioso, embora não se saiba se a Assembléia de Deus é proprietária ou se aluga o imóvel.

ELABORAÇÃO

Eliara Beck Souza junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 07**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Professor Carlos Weil, s/n							
Proprietário: Não identificado							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Religioso			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – EDIFICAÇÃO EM 1999
FONTE: IPHAN (1999)



FIGURA 06 – EDIFICAÇÃO EM 1999
FONTE: IPHAN (1999)



FIGURA 07 – EDIFICAÇÃO EM 1999
FONTE: IPHAN (1999)

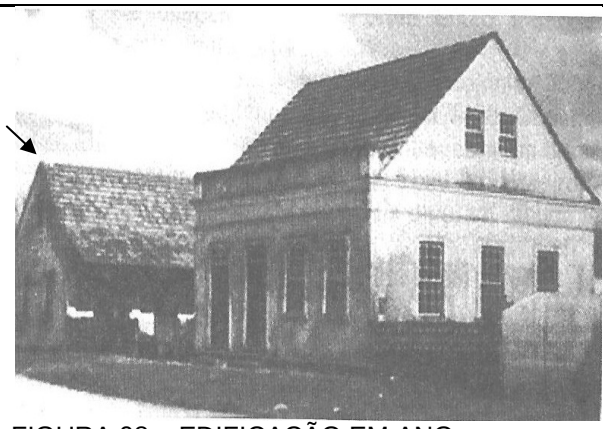


FIGURA 08 – EDIFICAÇÃO EM ANO DESCONHECIDO
FONTE: MÜLLER (2003).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

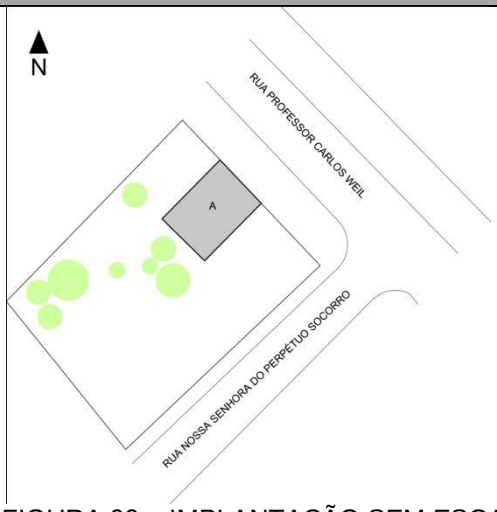


FIGURA 09 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 10 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE

Uso	**Descrição**
A IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento com acesso frontal e lateral. O telhado possui duas águas com cumeeira perpendicular à Rua Prof. Carlos Weil. A fachada frontal possui uma janela no oitão, uma porta, único vão sem requadro decorativo em massa por ter sido adicionada mais tarde, como evidenciam as FIGURAS 05 E 08. Há ainda uma janela, sendo a única com esquadria de madeira tipo guilhotina com escuros internos. Todas as demais são vedadas apenas por escuros. A fachada lateral esquerda possui duas janelas menores. A fachada lateral direita tem quatro vãos, sendo o segundo uma porta, abrindo-se para a varanda.

OBSERVAÇÕES

A FIGURA 05 revela que a edificação possuía um anexo lateral de cobertura contínua, vedado apenas no alinhamento e aberto na lateral (FIGURA 07). Este foi removido o que explica a vedação por tábuas de madeira na parte superior da parede lateral direita (FIGURA 03).
Destaca-se a carroça presente no lote, talvez similar aos carroções produzidos na colônia que transportavam erva-mate da Lapa para Curitiba.

ELABORAÇÃO

Eliara Beck Souza junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 08**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Professor Carlos Weil, s/n							
Proprietário: Martinho Hornig							
Uso original: Misto				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
	Bom	x	Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011)



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011)



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011)



FIGURA 04 – VISTA DE UM DOS AMBIENTES DO SÓTÃO
FONTE: A autora (2011)



FIGURA 05 – ESCADA DE ACESSO AO SÓTÃO
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 06 – PAIOL
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

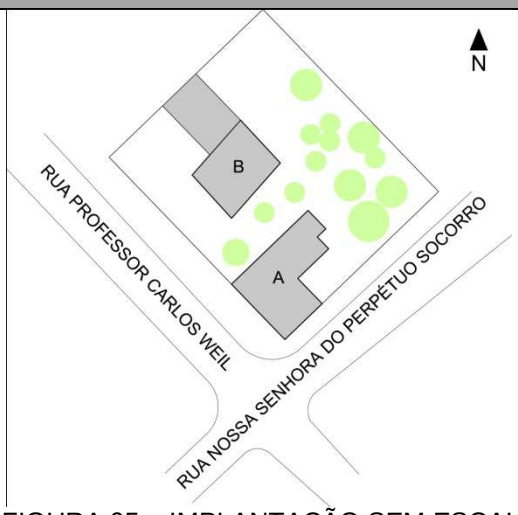


FIGURA 05 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011)



FIGURA 06 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011)

EDIFICAÇÕES NO LOTE

Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos com divisórias internas em madeira localizada no alinhamento de terreno de esquina com acesso lateral por varanda de forro tabuado tipo saia e camisa e ornamentada com lambrequins. A residência possui planta em L com as áreas de serviço localizadas no corpo posterior. A fachada frontal possui quatro vãos de verga reta, sendo duas janelas e duas portas com escada externa, ornamentação em massa nos requadros, desenhos geométricos na platibanda e perfis contínuos contornando os vãos. As esquadrias são em madeira do tipo guilhotina com escuros internos. A fachada voltada para a Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é bem menos ornamentada com decoração apenas na moldura dos vãos, possui três vãos sendo um deles uma porta e os demais janelas. O morador relata que foi acrescido um banheiro aos fundos, uma divisória em madeira na cozinha para criação de uma lavanderia e uma divisória na parte frontal, antigo armazém, para criação de um dormitório. O estado de conservação externo é precário, mas internamente o assoalho forro e paredes estão conservados.
B Paiol	Edificação térrea com sótão em tábuas de madeira verticais e mata-junta com afastamento frontal. Possui telhado de duas águas de cumeeira paralela à Rua Professor Carlos Weil com redução da inclinação nos fundos e na frente, onde há um alpendre. As janelas são vedadas apenas por escuros.

ELABORAÇÃO

Eliara Beck Souza junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							LOTE 09
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Professor Carlos Weil, s/n							
Proprietário: Não identificado							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS



FIGURA 04 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento com acesso lateral por varanda. O telhado possui duas águas com cumeeira paralela à via, a água dos fundos possui alteração da inclinação para cobrir um anexo posterior em tábuas de madeira e mata-juntas e um segundo anexo posterior em alvenaria. A fachada frontal possui duas janelas de verga reta, beiral de cimalha e estutura em relevo nas extremidades. As esquadrias são em madeira do tipo guilhotina com escuros internos. A fachada lateral direita possui apenas uma janela com esquadria original substituída por basculante metálica, há ainda uma pequena abertura sem vedação em forma de cruz para ventilação do sótão. O quadro estrutural está em alto-relevo. A fachada lateral esquerda possui as mesmas características, porém com a presença da varanda em toda lateral. O acesso ocorre por porta no anexo posterior de madeira.
ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 10**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Professor Carlos Weil, s/n							
Proprietário: Não identificado							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

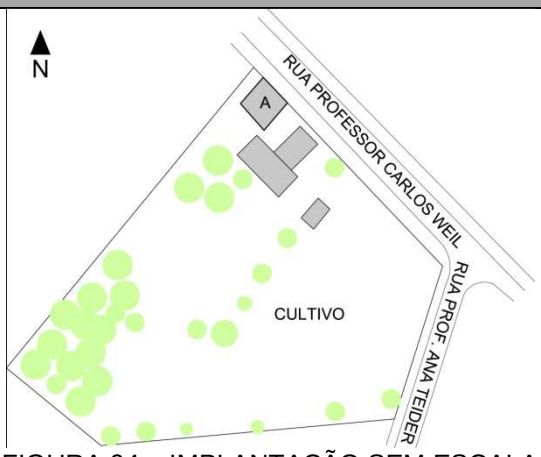


FIGURA 04 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em tábuas de madeira vertical e mata-juntas avarandada na frente e laterais localizada no alinhamento. O telhado possui cumeeira paralela à via, a água dos fundos possui alteração da inclinação para cobrir um anexo. A fachada frontal possui três janelas de verga reta. As fachadas laterais possuem uma janela no nível térreo e uma janela à altura do sótão.
ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							LOTE 11
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, s/n							
Proprietário: Genésio Hammerschmidt							
Uso original: Industrial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – RESIDÊNCIA EM 1999
FONTE: IPHAN (1999).



FIGURA 06 – RESIDÊNCIA EM 1999
FONTE: IPHAN (1999).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

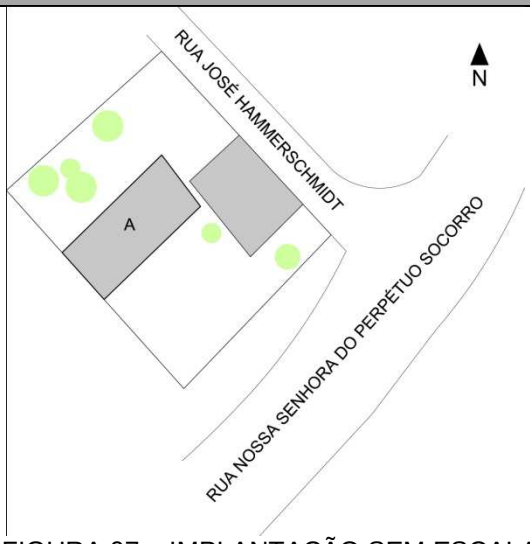


FIGURA 07 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 08 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE

Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos com afastamento frontal. O telhado possui duas águas com cumeeira paralela à via. A fachada frontal possui três janelas e duas portas de verga reta. As esquadrias são em madeira do tipo guilhotina com escuros internos. A fachada lateral esquerda possui apenas uma janela aberta para o sótão com esquadria original substituída por basculante metálica. A modulação da estrutura está em alto-relevo. A fachada lateral direita possui a característica peculiar de ter duas chaminés, a ela também foi adicionada um anexo. Segundo o morador, a edificação era originalmente um armazém da torrefação de café.

OBSERVAÇÕES

O morador está construindo uma terceira casa a esquerda da edificação A para alugar. Ele afirmou não poder demolir a casa por acreditar que ela possui alguma proteção oficial, além do fato de “ser muito antiga de tijolos maciços.”

ELABORAÇÃO

Eliara Beck Souza junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 12**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, s/n							
Proprietário: Inês Gaier							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
	Bom		Precário	x	Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

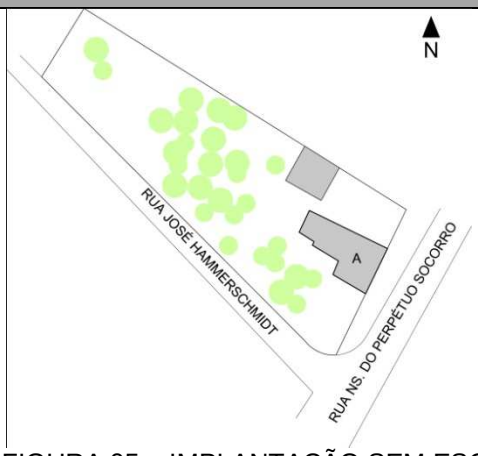


FIGURA 05 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 06 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento de terreno de esquina com acesso lateral. A residência possui planta em L com as áreas de serviço localizadas no corpo posterior. A fachada frontal possui três janelas de verga reta, ornamentação em massa nos requadros, na platibanda e perfis contínuos contornando os vãos. As esquadrias são em madeira do tipo guilhotina com escuros internos e estão muito danificadas. A fachada lateral voltada para a Rua José Hammerschmidt é bem menos ornamentada com decoração apenas na moldura dos vãos, possui três janelas. A varanda existe apenas nos fundos do corpo principal e na lateral do corpo posterior, onde se encontra a porta de acesso e duas janelas. Há uma capela recente na lateral da casa.
OBSERVAÇÕES	
A única moradora é uma senhora idosa cuja irmã está financiando a execução de uma nova cerca e remoção da vegetação do terreno. A moradora desconhece a história da Colônia Mariental	
ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 13**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, s/n							
Proprietário: Não identificado.							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS



FIGURA 03 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).

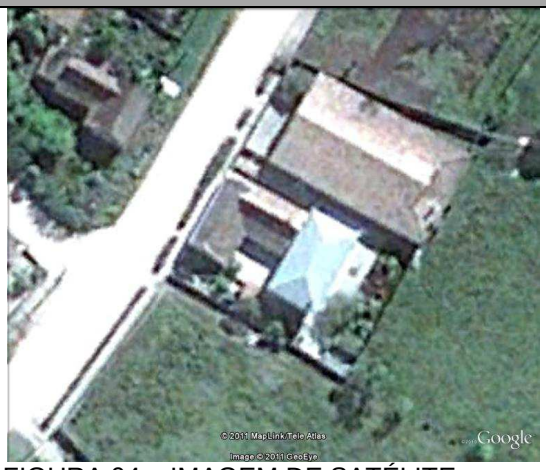


FIGURA 04 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE

Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento de terreno de esquina com acesso lateral. A residência possui planta em L com as áreas de serviço localizadas no corpo posterior. As fachadas foram totalmente alteradas com modificação doa vãos, esquadrias e tratamento estético.

OBSERVAÇÕES

Um sobrado está sendo construído atrás da edificação A.

ELABORAÇÃO

Eliara Beck Souza junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento**

arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							LOTE 14
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, s/n							
Proprietário: Eloina Hornig							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – RESIDÊNCIA EM 1999
FONTE: IPHAN (1999).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

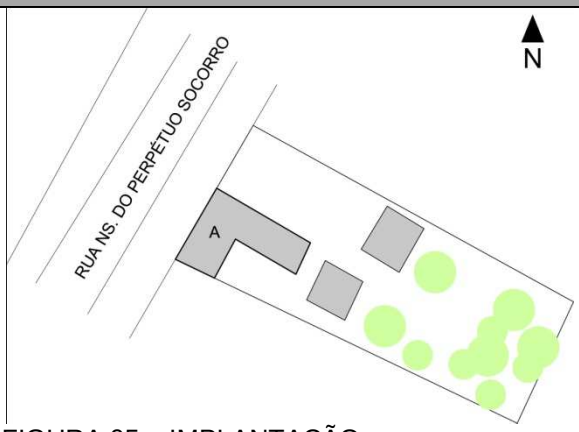


FIGURA 05 – IMPLANTAÇÃO
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 06 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento com acesso lateral. A residência possui planta em L com as áreas de serviço localizadas no corpo posterior. A fachada frontal possui três janelas de verga reta, possui beiral de cimalha e ornamentação em massa nos requadros. As esquadrias são em madeira do tipo guilhotina com escuros internos e estão muito danificadas. A fachada lateral direita é bem menos ornamentada com decoração apenas na moldura dos vãos, possui três janelas, duas no térreo e uma no sótão. A fachada lateral esquerda possui uma janela no sótão varanda em toda sua extensão para qual se abrem duas janelas e duas portas com esquadrias originais e uma porta e uma janela com esquadria metálica. No encontro do corpo principal com o posterior, há um anexo que parece ser uma instalação sanitária. Segundo o IPHAN (2010), a proprietária informou que a edificação mantém divisórias internas em taipa e estuque e assoalho e forro de madeira originais.
OBSERVAÇÕES	
O IPHAN (2010) informa que a proprietária é cunhada da proprietária do lote 15.	
ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 15**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, s/n							
Proprietário: Olga Teider Hornig							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – PAIOL
FONTE: IPHAN (2010).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

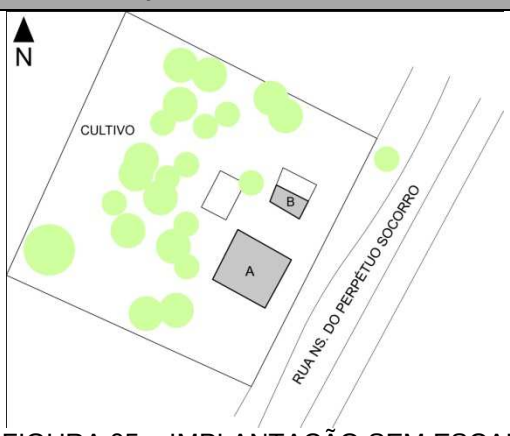


FIGURA 05 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).

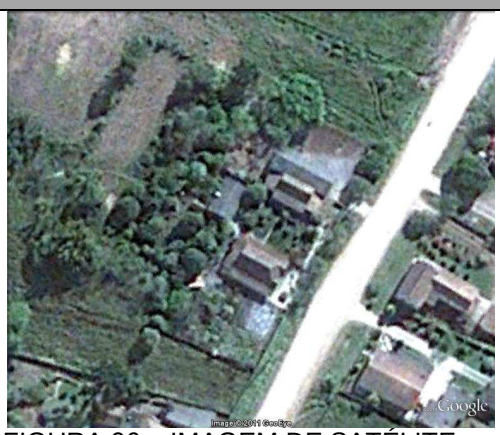


FIGURA 06 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea em tábuas de madeira vertical e mata-juntas avarandada nas laterais, afastada da via por jardim frontal. O telhado é complexo com cumeeira perpendicular à via. A fachada frontal possui três janelas com verga reta tipo guilhotina com escuros internos e dois oitões formados por duas mansardas que avançam da tacaniça. A fachada lateral esquerda tem três janelas e uma janela menor com esquadria metálica. A fachada lateral direita apresenta três janelas, duas portas em madeira com bandeira fixa e vidro e uma porta de padrão diverso. O IPHAN (2010) afirma que o alpendre da lateral esquerda foi adicionado posteriormente.
C Paiol	Edificação térrea em tábuas de madeira vertical e mata-junta avarandada nas laterias, afastada da via. Possui telhado com duas águas e alpendre frontal. As janelas são vedadas apenas por escuros.
OBSERVAÇÕES	
O IPHAN (2010) informa que a proprietária é bisneta do Professor Carlos Weil e possui parentesco com a moradora do lote 17.	
ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011
REFERÊNCIAS	

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 16**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, s/n							
Proprietário: Evaldo Hammerschmidt							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
	Bom	x	Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

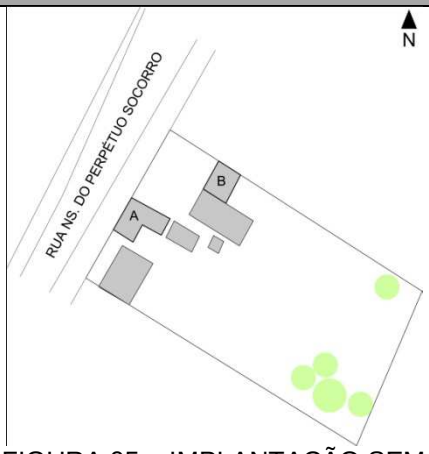


FIGURA 05 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 06 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	Descrição
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento com acesso lateral. A residência possui planta em L com as áreas de serviço localizadas no corpo posterior. A fachada frontal possui três janelas de verga reta, ornamentação em massa nos requadros, na platibanda e perfis contínuos contornando os vãos. As esquadrias são em madeira do tipo guilhotina com escuros internos. A fachada lateral direita é bem menos ornamentada com decoração apenas na moldura dos vãos, possui duas janelas no nível térreo e uma no sótão. A fachada lateral esquerda possui varanda ornamentada com lambrequins em toda sua extensão para onde se abrem três janelas e duas portas. Há ainda uma janela no sótão e um anexo posterior construído há cinco anos (IPHAN, 2010).
B Paiol	Edificação térrea com sótão em madeira com tábuas verticais e mata-junta, com afastamento frontal. Cobertura em duas águas com cumeeira perpendicular à rua. Há um anexo lateral também de madeira que serve de garagem.
OBSERVAÇÕES	
O IPHAN (2010) relata que o proprietário é bisneto do primeiro dono da casa.	
ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							LOTE 17
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, s/n							
Proprietário: Maria Lúcia Hornig							
Uso original: Misto				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – PAIOL
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

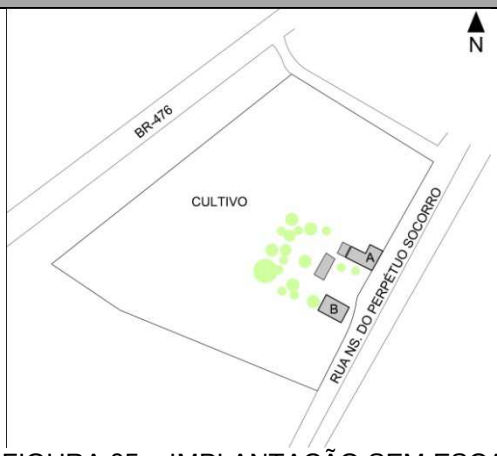


FIGURA 05 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 06 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	Descrição
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento com acesso lateral. A residência possui planta em L com as áreas de serviço localizadas no corpo posterior. A fachada frontal possui três janelas de verga reta, ornamentação em massa nos requadros e em friso superior e beiral de cimalha. As esquadrias são em madeira do tipo guilhotina com escuros internos. A fachada lateral direita é bem menos ornamentada com decoração apenas na moldura dos vãos, possui duas janelas no nível térreo e uma no sótão no corpo principal e duas janelas no corpo posterior. A fachada lateral esquerda possui varanda ornamentada com lambrequins em toda sua extensão para onde se abrem duas janelas e três portas. Há ainda uma janela no sótão e um anexo posterior. Alterações visíveis são a troca do piso da varanda, execução pintura com textura e execução de friso à altura da metade das janelas em todo o perímetro.
B Paiol	Edificação térrea em alvenaria com afastamento frontal e cumeeira paralela à via. O acesso ocorre por duas portas frontais. IPHAN (2010) afirma que um morador vizinho relatou que esta edificação era outra fábrica de café e que o telhado foi alterado há um ano devido a destruição do original por intempéries. As telhas originais foram substituídas por telhas em fibrocimento.
OBSERVAÇÕES	

ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 18**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, s/n							
Proprietário: Igreja Matriz da Lapa							
Uso original: Religioso				**Uso atual:** Religioso			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – CEMITÉRIO
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – CEMITÉRIO
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – CEMITÉRIO
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

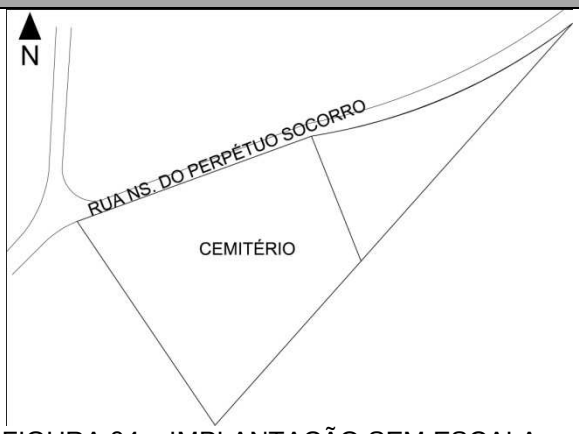


FIGURA 04 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

OBSERVAÇÕES
MÜLLER (2008) afirma que o cemitério foi delimitado em 1884 com benção do Pe. Ludovico Przystaroski, então capelão de Campo Comprido. Em 1900, ele foi ampliado e mais uma vez bento pelo Pe. Solano Schmitt, pró-paroco da Lapa. O cemitério é paroquial e pertence à matriz da Lapa.
ELABORAÇÃO
Eliara Beck Souza junho/2011
REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 19**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, s/n							
Proprietário: Não identificado.							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA E PAIOL
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – PAIOL
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

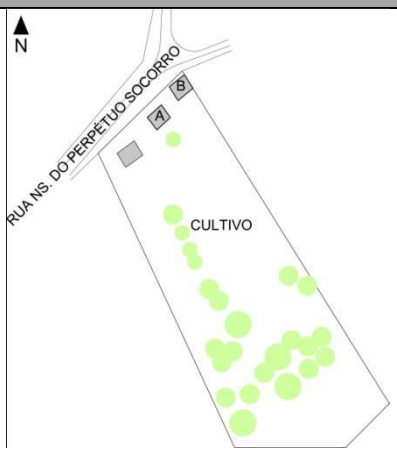


FIGURA 04 – PLANTA ESQUEMATICA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em tábuas de madeira verticais e mata-junta com afastamento frontal e cumeeira paralela à via. Possui varanda na parte frontal e lateral. A fachada frontal possui uma porta e duas janelas com verga reta e esquadrias de madeira e escuros internos. A fachada lateral esquerda possui duas janelas com alturas e caixilhos diferentes.
B Paiol	Edificação térrea em tábuas de madeira verticais e mata-junta com afastamento frontal e cumeeira perpendicular à via. Possui alpendre lateral.
OBSERVAÇÕES	

ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							LOTE 20
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, s/n							
Proprietário: Não identificado.							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
	Bom	x	Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

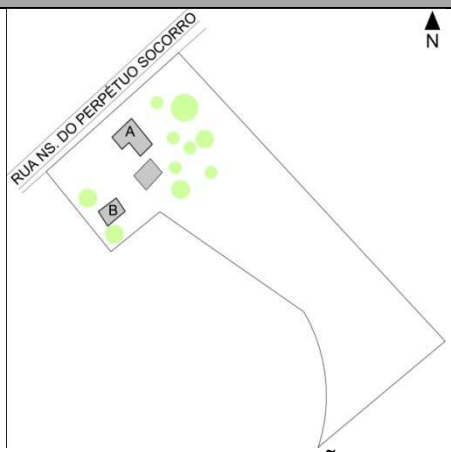


FIGURA 05 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 06 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos com afastamento frontal. A residência possui planta em L com as áreas de serviço localizadas no corpo posterior. A fachada frontal possui quatro janelas de verga reta, ornamentação em massa nos requadros, no beiral de cornija e perfis contínuos contornando os vãos O acesso a varanda se dá por uma abertura com mesmo tratamento das anteriores. As esquadrias são em madeira do tipo guilhotina com escuros internos. A fachada lateral direita é bem menos ornamentada com decoração apenas na moldura dos vãos, possui duas janelas no nível térreo e uma no sótão. A fachada lateral esquerda possui varanda em toda sua extensão para onde se abrem duas janelas e duas portas. A moradora informou que a casa possuía platibanda que foi removida há vários anos por seu sogro por problemas de infiltração.
B Paiol	Edificação térrea em tábuas de madeira verticais e mata-junta com afastamento frontal e cumeeira paralela à via. Possui varanda frontal para onde se abrem uma porta e duas janelas.
OBSERVAÇÕES	
A moradora informou que a casa foi construída em 1928, segundo ela mais tarde do que o núcleo próximo a igreja.	
ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011
REFERÊNCIAS	

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							LOTE 21
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Alexandre Hornung, s/n							
Proprietário: Não identificado.							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA E PAIOL
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA E PAIOL
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

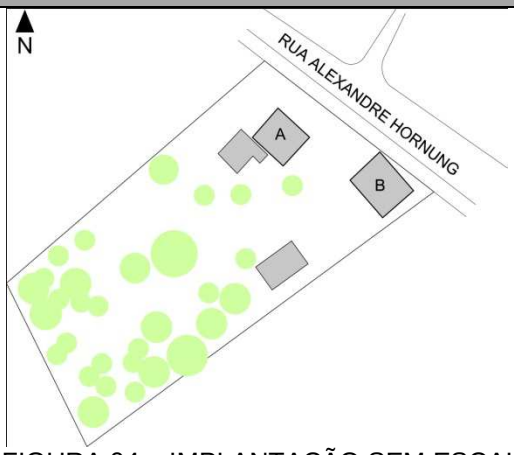


FIGURA 04 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE	
Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos com afastamento frontal. A residência possui planta retangular com varanda frontal e telhado de duas águas com cumeeira paralela à via. A fachada frontal possui duas portas e três janelas de verga reta, sendo duas com requadro em massa e esquadrias originas e a terceira com vão alterado e esquadria metálica. As esquadrias originais são em madeira do tipo guilhotina com escuros internos. A fachadas laterais não possuem aberturas.
B Paiol	Edificação térrea de tábuas verticais de madeira e mata-junta, com afastamento frontal. Cobertura em duas águas com cumeeira perpendicular à rua. Possui alpendre lateral utilizado como garagem.
OBSERVAÇÕES	

ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							LOTE 22
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Alexandre Hornung, s/n							
Proprietário: Não identificado.							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
	Bom		Precário	x	Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – PAIOL
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – PAIOL
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

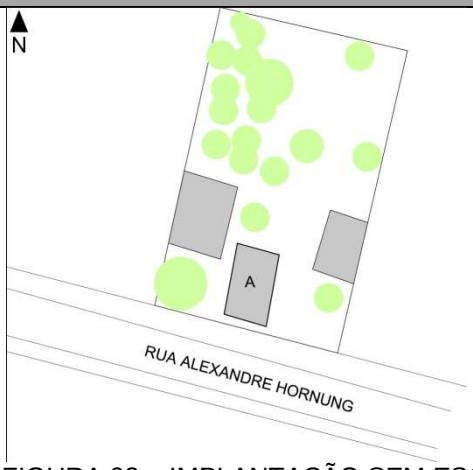


FIGURA 03 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE

Uso	**Descrição**
A Paiol	Edificação térrea com sótao de tábuas verticais de madeira e mata-junta, com pequeno afastamento frontal. Cobertura em duas águas com cumeeira perpendicular à rua. A fachada frontal possui uma janela para o sótal e, na parte térrea, uma varanda para qual se abrem duas janelas, uma que conservar o vão e esquadrias originais tipo guilhotina com escuros internos e outra com vão alterado e esquadria metálica. Provavelmente o uso original era residencial.

OBSERVAÇÕES

O morador reside em outra casa mais recente à direita desta e informou que a casa possui mais de cem anos.

ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							LOTE 23
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Alexandre Hornung, s/n							
Proprietário: Não identificado.							
Uso original:			**Uso atual:** Comercial				
Estado de Conservação:							
	Bom	x	Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – AGRÍCOLA MARIENTAL
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – AGRÍCOLA MARIENTAL
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

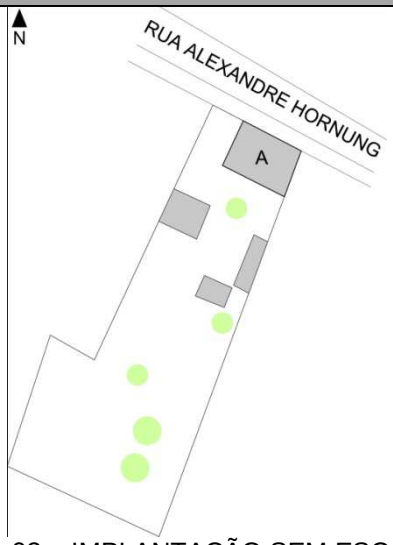


FIGURA 03 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES NO LOTE

Uso	**Descrição**
A Agrícola Mariental	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento. A residência possui planta retangular com anexos na lateral e esquerda e fundos. O telhado é de duas águas com cumeeira paralela à via. A fachada frontal possui uma porta e duas janelas de verga reta com esquadrias metálicas com requadro em massa e friso em todo o perímetro. A fachada lateral possui duas aberturas no térreo e um no sótao, mas ambas foram preenchidas com tijolos.

OBSERVAÇÕES

É o único lote que apresenta uso comercial atualmente.

ELABORAÇÃO	
Eliara Beck Souza	junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							LOTE 24
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rua Professor Carlos Weil, s/n							
Proprietário: Não identificado.							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS



FIGURA 03 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES N) LOTE

Uso	Descrição
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento. A residência possui planta em L com as áreas de serviço localizadas no corpo posterior. A fachada frontal possui duas janelas e uma porta de verga reta, ornamentação em massa nos requadros e decorações geométricas na platibanda. As esquadrias são em madeira do tipo guilhotina com escuros internos. As fachadas laterais possuem duas aberturas no térreo e um no sótão.

OBSERVAÇÕES

ELABORAÇÃO

Eliara Beck Souza junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO							**LOTE 25**
Localização: Distrito de Mariental, Lapa, Paraná							
Endereço: Rodovia Federal BR-476, s/n							
Proprietário: Roberto “Beco” Hornung							
Uso original: Residencial				**Uso atual:** Residencial			
Estado de Conservação:							
x	Bom		Precário		Em arruinamento		Arruinado

REGISTRO FOTOGRÁFICO



FIGURA 01 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 02 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 03 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 04 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).



FIGURA 05 – RESIDÊNCIA
FONTE: A autora (2011).

IMPLANTAÇÃO E PLANTAS

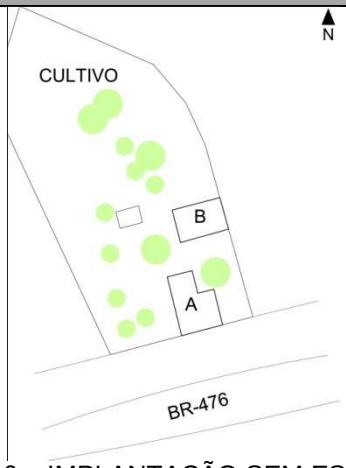


FIGURA 06 – IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA
FONTE: A autora (2011).

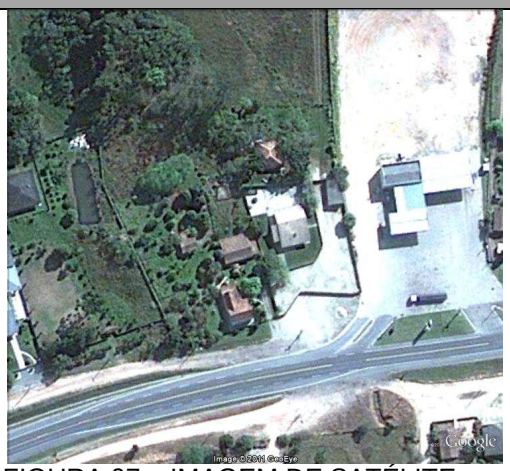


FIGURA 07 – IMAGEM DE SATÉLITE
FONTE: GOOGLE EARTH (2011).

EDIFICAÇÕES No LOTE

Uso	**Descrição**
A Residência	Edificação térrea com sótão em alvenaria de tijolos localizada no alinhamento. A residência possui planta em L com as áreas de serviço localizadas no corpo posterior. A fachada frontal possui três janelas de verga reta, ornamentação em massa nos requadros, na platibanda e perfis contínuos contornando os vãos. As esquadrias são em madeira do tipo guilhotina com escuros internos. A fachada lateral esquerda é bem menos ornamentada com decoração apenas na moldura dos vãos, possui quatro janelas no nível térreo e uma no sótão. A varanda ocorre na parte posterior do corpo principal e na lateral do corpo posteior. A fachada lateral direita tem duas janelas no nível térreo e uma no sótão. Para a varanda, abrem-se duas janelas e duas portas. Há um anexo posterior para a lavanderia. A pintura foi alterada com adição de textura e frisos.
B Paiol	Edificação térrea em tábuas verticais de madeira e mata-juntas com afastamento frontal. Possui telhado com duas águas e cumeeira para à via. A fachada frontal possui uma grande porta e duas janelas vedadas apenas por escuros.

OBSERVAÇÕES

O proprietário afirma que a construção iniciou em 1924 e foi concluída por volta de 1927. Um pouco após a construção da edificação do lote 04, de seu bisavô. Conhece muito bem a história da colônia.

ELABORAÇÃO

Eliara Beck Souza junho/2011

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Plano diretor do patrimônio cultural edificado (PDPCE) – Lapa, PR**. Curitiba, 2010.

MÜLLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)**: memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MÜLLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade**: Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

5. DIRETRIZES GERAIS

Como mencionado anteriormente, o artigo 1º da Portaria IPHAN 127/2009, define Paisagem Cultural Brasileira “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Embora não se afirme aqui que Mariental por si só possua as condições necessárias para um tombamento nacional, com certeza é uma porção peculiar do território com marcas representativas dos assentamentos que ocorreram no contexto da imigração. Possui ainda outros valores e potenciais como:

- o caráter de transição urbano-rural, caracterizado pela baixa densidade e pelos lotes com conjuntos rurais, mas que guardam relações de vizinhança;
- a proximidade com o centro histórico da Lapa com o qual compartilha momentos históricos como o Tropeirismo, a Revolução Federalista e o ciclo da Erva-mate;
- a existência de diversos imóveis representativos do início do século XX relativamente conservados e com poucas alterações;
- habitantes que em sua maioria conhecem a história do local e já se mostraram favoráveis à conservação do conjunto (IPHAN, 2010); e
- a proximidade com outras colônias que integradas poderiam formar caminhos rurais, como proposto em Santa Catarina pelo projeto Roteiros Nacionais de imigração.

No contexto atual, esta paisagem cultural está em risco pela decadência da agricultura familiar em pequenas propriedades, causando o abandono das propriedades ou, no caso de Mariental, o abandono das atividades agrícolas e busca de outras atividades nos centro urbanos próximos como Lapa, Araucária e Curitiba. Como constatado no subcapítulo 4.3, a população rural do município da Lapa entre 1991 e 2000 apresentou taxas negativas de crescimento, confirmando a tendência de êxodo rural.

O perímetro urbano recém-definido pela Lei municipal n.º 2.428 de 18 de março de 2010 traz algumas vantagens como maiores possibilidades de investimento pela prefeitura municipal, porém contribui para o parcelamento dos

lotes e abandono das propriedades pelo encarecimento de impostos, descaracterizando a paisagem cultural existente.

Esta descaracterização é uma tendência atual como pode ser constatado pela demolição de uma das residências (FIGURA 5.1) e pela latente perda da cobertura vegetal (FIGURA 5.2 E 5.3).



FIGURA 5.1 – EDIFICAÇÃO EXISTENTE EM 1999 QUE FOI DEMOLIDA
FONTE: IPHAN (1999).



FIGURA 5.2 E 5.3– IMAGEM DE SATÉLITE EM [2003] E EM 2011
FONTE: PLANO DIRETOR (2003) E GOOGLE EARTH (2011).

Com base na reflexão de diversos autores sobre o tema paisagem cultural feita no capítulo 2, constata-se que a integridade e autenticidade de um conjunto tombado só continuarão existindo se houver uma ação que viabilize a permanência das condições diversas que as conformam. Esse entendimento é ainda ampliado com a noção de paisagem cultural além dos elementos visuais e da estética, mas como a manifestação da relação entre a humanidade e o ambiente em que vive.

Assim, o presente trabalho não busca simplesmente propor a preservação dos bens arquitetônicos isoladamente, mas buscar maneiras de preservar o conjunto material e imaterial, natural e cultural, presente na Colônia Mariental. O benefício do uso da categoria de paisagem cultural está na possibilidade que este tem de relacionar e integrar diferentes aspectos que na visão tradicional são encarados separadamente. Para isso, as seguintes diretrizes são definidas:

a) Complementar o inventário com aprofundamento do estudo das relações existentes dentro dos lotes, de seus usos e das tipologias arquitetônicas.

O Inventário de Conhecimento do subcapítulo 4.5 busca apresentar as edificações que compõem a paisagem cultural, reunindo as informações disponíveis em relatos históricos, inventários anteriores e em visitas a campo. Em um segundo momento, o objetivo será aprofundar esse estudo, salientando semelhanças e diferenças. As edificações serão agrupadas em tipologias e terão um de seus exemplos detalhados com levantamento arquitetônico, detalhamento dos usos e relações existentes dentro do lote.

b) Propor o recorte territorial a ser trabalhado.

Após a complementação do inventário que permitirá um maior entendimento da paisagem cultural, será proposto o recorte territorial a ser trabalhado. A preservação será abordada dentro do âmbito municipal, tendo em vista a tradição do município da Lapa na salvaguarda de seu patrimônio cultural, porém ainda sem órgãos e instrumentos para uma gestão própria de seu patrimônio.

c) Definir ações para gestão da paisagem.

Com o recorte definido, serão propostas as ações para preservação da paisagem que poderão envolver identificação dos agentes responsáveis, instrumentos como tombamento, registro e chancela, regulamentações para novas ocupações, aplicação de instrumentos urbanísticos e formas de monitoramento e avaliação.

Salienta-se que a preservação de paisagens culturais é uma prática que se transforma, não podendo ser um fim em si, mas um processo de criação de diferentes possibilidades para se trabalhar a paisagem a partir de diferentes interesses (RIBEIRO, 2007).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz. Potencialidades paisagísticas brasileiras. **Geomorfologia**. São Paulo, n.55, p. 37, 1977.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. Tombamento na preservação de áreas naturais. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional.** Rio de Janeiro, n. 19, p. 41-44, 1984.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global - Esboço metodológico. **RA'E GA - o espaço geográfico em análise**. Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BIGARELLA, João José; BLASE, Oldemar; BREPOHL, Dieter. **Lapinha:** a natureza da Lapa. Lapa, PR: Lar Lapeano de Saúde, 1997.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e a geografia cultural. **Revista brasileira de geografia.** Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 113-122, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

DIAMANT, Rolf; MITCHELL, Nora J.; ROBERTS, Jeffrey. Place-based and Traditional Products and the Preservation of Working Cultural Landscapes. **Crm the Journal of Heritage Stewardship**. Washington, DC, v. 4, n.1, p. 6-18, Winter, 2007.

DUNCAN, James. The superorganic in american cultural geography. **Annals of the association of american geographers**. Washington DC, v. 70, n. 2, p. 181-198, 1980.

FIGUEIRÓ, Adriano S. Evolução do conceito de paisagem: uma breve revisão*.* **Geosul.** Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 40-52, jul/dez 1998.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2005.

FUGMANN, Wilhelm. **Os alemães no Paraná**: Livro do Centenário. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2008.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Levantamento arquitetônico e fotográfico do Distrito de Mariental - Lapa/PR**. Curitiba, 1999.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Plano diretor do patrimônio cultural edificado** (PDPCE) – Lapa, PR. Curitiba, 2010.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Projeto Roteiros Nacionais de Imigraçãp:** Dossiê de Tombamento, v. 1, 2007.

KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. **A Lapa e o tropeirismo**. Curitiba: IPHAN, 2006.

KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**. Curitiba: UFPR, 2000.

LYRA, Ciro Illídio Corrêa de Oliveira. **Espirais do tempo**: bens tombados do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

MACHADO, Lucy M. C. P. O estudo da paisagem: uma abordagem perceptiva. **Revista Geografia e Ensino**, n. 8, p. 37-45, 1988.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA'E GA - o espaço geográfico em análise**. Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

MULLER, Estevão. **De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR):** memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008.Curitiba: Champagnat, 2008.

MULLER, Estevão. **Os ventos sopram a liberdade:** Alemães do Volga, a epopéia de um povo. São Paulo: Centro Marista de estudos e Pesquisas, 2003.

NAVEH, Zev. Culture and landscape conservation: A landscape-ecological perspective. In: NAVEH, Zev. **Ecology today an anthology of contemporary ecological research**. New Delhi: International Scientific Publications, 1998. p. 249-280.

PLUMWOOD, Val. The Concept of a Cultural Landscape: Nature, Culture and Agency in the Land. **Ethics and the environment**. Bloomington, IN, v. 11, n. 2, P. 115-150, Fall/Wint, 2006.

POLETTE, Marcus. Paisagem: uma reflexão sobre um amplo conceito. **Turismo: visão e ação**. Itajaí, ano 2, n. 3, p. 83-94, abr/set.1999.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SAFFRAIDER, Luiz Fernando. **A saga dos alemães do Volga**. Curitiba: Juruá, 2010.

SANDEVILLE JR., Euler; HIJIOKA, Akemi. Flores de cerejeira e da paineira (Paisagens). **Paisagem e ambiente**. São Paulo, v. 24, p. 201-207, 2007.

SANDEVILLE JR., Euler. Paisagem. **Paisagem e ambiente**. São Paulo, v. 20, p. 47-60, 2005.

SAN MARTIN, Ignacio. Reflections on the cultural landscape: Conflicting results in the american production of space. **Journal of the southwest**. Tucson, Arizona, ano 45, n. 2, p. 233-248, Spring/Summer 2003.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo** - Globalização e Meio Técnico-científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SCHWAB, Carlos Alberto. **Resumo histórico e genealogia dos alemães do Volga.** Ponta Grossa, PR: C. A. Schwab, 1997.

VESENTINI, Jose William. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.

7. REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS

BRASIL. Decreto n°25 de 30 de novembro de 1937. D isponível em: < http://portal.iphan.gov.br /portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=B453010EE872A78A387E8CB53AC60B7A?id=284 > Acesso em: 31.abr.2011.

BRASIL. Portaria IPHAN 127 de 30 de abril de 2009. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/ portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236 > Acesso em: 31.abr.2011.

CNPC – Consejo Nacional de Patrimonio Cultural. VALLE DE VIÑALES 2011a. Disponível em: < http://www.cnpc.cult.cu/Patrimonio_Humanidad/Valle_Vinales/Valle-de-Vinales.php > Acesso em: 24.maio.2011

FOWLER, Peter J. **World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002** (World Heritage Papers, n. 6). Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: < http://whc.unesco.org/documents/ publi_wh_papers_06_en.pdf > Acesso em: 29.abr.2011

IAPAR – Instituto Agronômico do Paraná. Médias históricas da Estação de Monitoramento Agrometeorológico da Lapa. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/Image/monitoramento/ Medias_Historicas/Lapa.htm>. Acesso em: 28.mar.2011

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Lapa – PR Sinopse do Censo demográfico 2010. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1 >. Acesso em: 28.mar.2011

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** 2011. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/portal/ baixaFcdAnexo.do?id=1757 > Acesso em: 31.abr.2011.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. **Evaluation of Nominations of Natural and Mixed Properties to the World Heritage List.** World Heritage Committee,Twenty-third ordinary session (Marrakesh, Marrocos, 29 nov.-4 dec. 1999) Disponível em: < http://whc.unesco.org/ archive/1999/whc-99-conf209-inf6e.pdf > Acesso em: 25.mai.2011

IUCN – International Union for Conservation of Nature. **Guidelines for Reviewers of Cultural Landscapes**, 2006**.** Disponível em: < http://cmsdata.iucn.org/downloads/ guidelines_for_reviewers_of_cls.pdf > Acesso em: 31.abr.2011

LACULT – Portal de la Cultura de America Latina y el Caribe. **Valle de Viñales** – Site Registration Form (2006). Disponível em: < http://www.lacult.org/sitios_memoria/sitios/cuba/1-Valle_de_Vinales /Modelo_ING.pdf > Acesso em: 24.mai.2011

O'DONNELL, Patricia M. **Urban Cultural Landscapes and the Spirit of Place**, 2008. Disponível em: < http://www.international.icomos.org/quebec2008/cd/toindex/77_pdf/77-hFCw-13.pdf > Acesso em: 29.abr.2011

PARANÁ. Lei estadual n° 1211 de 16 de setembro de 1 953. Disponível em: < http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5 > Acesso em: 31.abr.2011.

Coordenadoria do PATRIMONIO CULTURAL do Paraná. Disponível em: < http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/> Acesso em: 02.jun.2011

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DA LAPA (2003). Disponível em: < http://www.lapa.pr.gov.br/ download/comunicacao/plano-diretor-2010.pdf > Acesso em: 03.mar.2011.

TAYLOR, Ken. **Landscape and Memory:** cultural landscapes, intangible values and some thoughts on Asia (2008). Disponível em: < http://www.international.icomos.org/quebec2008/cd/toindex/ 77_pdf/77-wrVW-272.pdf > Acesso em: 29.abr.2011

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage.** World Heritage Comittee, Fifteenth Session (Carthage, Tunisia, 9-13 dec. 1991). Disponível em: < http://whc.unesco.org/ archive/1991/sc-91-conf002-15e.pdf > Acesso em: 29.abr.2011

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage.** World Heritage Comittee, Seventeenth Session (Cartagena, Colombia, 6-11 dec. 1993). Disponível em: < http://whc.unesco.org/archive/ 1993/whc-93-conf002-inf4e.pdf > Acesso em: 29.abr.2011

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Cultural Landscapes:** the challenges of conservation (World Heritage Papers, n.7). Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: < http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_07_en.pdf > Acesso em: 29.abr.2011

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Management of Cultural Landscapes** (Caribbean Capacity Building Programme, Module 4) 2005. Disponível em: < http://whc.unesco.org/uploads/nominations/840rev.pdf > Acesso em: 25.maio.2011

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Nomination file Val d'Orcia** (n. 1026rev) 2004. Disponível em: < http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1026rev.pdf > Acesso em: 28.maio.2011.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Nomination file Viñales Valley** (n. 840rev) 1999. Disponível em: < http://whc.unesco.org/uploads/nominations/840rev.pdf > Acesso em: 25.maio.2011

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção de Património Mundial.** Lisboa: UNESCO, 2010. Disponível em: < http://whc.unesco.org/archive/opguide08-pt.pdf > Acesso em: 29.abr.2011

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Synthesis Report of the Expert Meeting on Management Guidelines for Cultural Landscapes** (Banská Stiavnica, Slovakia, 1-4 June 1999a). Disponível em: < http://whc.unesco.org/archive/1999/whc-99-conf204-inf16e.pdf > Acesso em: 25.maio.2011

WEISSHEIMER, Maria Regina. A chancela da Paisagem Cultural: uma estratégia para o futuro. **Desenvolvimento.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 65, p. 25, jun/jul 2010.

8. FONTE DAS ILUSTRAÇÕES

ARWELA (2011a) – Disponível em: < http://www.arwela.info/bilder/8manifest.jpg > Acesso em: 06.maio.2011

ARWELA (2011b) – Disponível em: < http://www.arwela.info/bilder/8karte_wolgadeutsche.jpg > Acesso em: 06.maio.2011

CNPC (2011b) – Disponível em: < http://www.cnpc.cult.cu/Patrimonio_Humanidad/Valle_Vinales/imagenes/V-f30.JPG> Acesso em: 28.maio.2011

CURITIBA (2011) – Disponível em: < http://www.curitiba.pr.gov.br/multimidia/capa/00098100.jpg > Acesso em: 22.maio.2011

GAZETA DO POVO (2011a) – Disponível em: < http://www.gazetadopovo.com.br/midia/tn_600_580_construcao_rua_xv_calcadao_170509.jpg > Acesso em: 22.maio.2011

GAZETA DO POVO (2011b) – Disponível em: < http://www.gazetadopovo.com.br/midia/tn_620_600_RuaXV_240509.jpg > Acesso em: 22.maio.2011

GAZETA DO POVO (2011c) – Disponível em: < http://www.gazetadopovo.com.br/midia/tn_620_600_Calcadao_da_XV_1-DC.jpg > Acesso em: 22.maio.2011

GAZETA DO POVO (2011d) – Disponível em: < http://www.gazetadopovo.com.br/reveleoparana/r/t/44122/626/44122__2106__20090323174711.jpg > Acesso em: 22.maio.2011

MATINHOS (2011) – Disponível em: < http://matinhos.pr.gov.br/prefeitura/galeria/matinhos/m_14.jpg> Acesso em: 22.maio.2011

NATIONAL GEOGRAPHIC (2011a) – Disponível em: < http://images.nationalgeographic.com/wpf/media-live/photos/000/339/cache/rice-terraces-ifugao_33965_600x450.jpg > Acesso em: 12.maio.2011

NATIONALGEOGRAPHIC (2011b) – Disponível em: < http://images.nationalgeographic.com/wpf/media-live/photos/000/068/cache/orcia-valley_6804_600x450.jpg > Acesso em: 27.maio.2011

NATIONALGEOGRAPHIC (2011c) – Disponível em: < http://images.nationalgeographic.com/wpf/media-live/photos/000/010/cache/mesozoic-mogotes_1085_990x742.jpg > Acesso em: 28.maio.2011

PONTAGROSSA (2011) – Disponível em: < http://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/_fotos/vila_velha4.jpg > Acesso em: 22.maio.2011

PARCODELLAVALDORCIA (2011a) – Disponível em: < http://parcodellavaldorcia.com/images/foto/fotocatalogo/paese.jpg > Acesso em: 27.maio.2011

PARCODELLAVALDORCIA (2011b) – Disponível em: < http://parcodellavaldorcia.com/images/foto/fotocatalogo/verde.jpg > Acesso em: 27.maio.2011

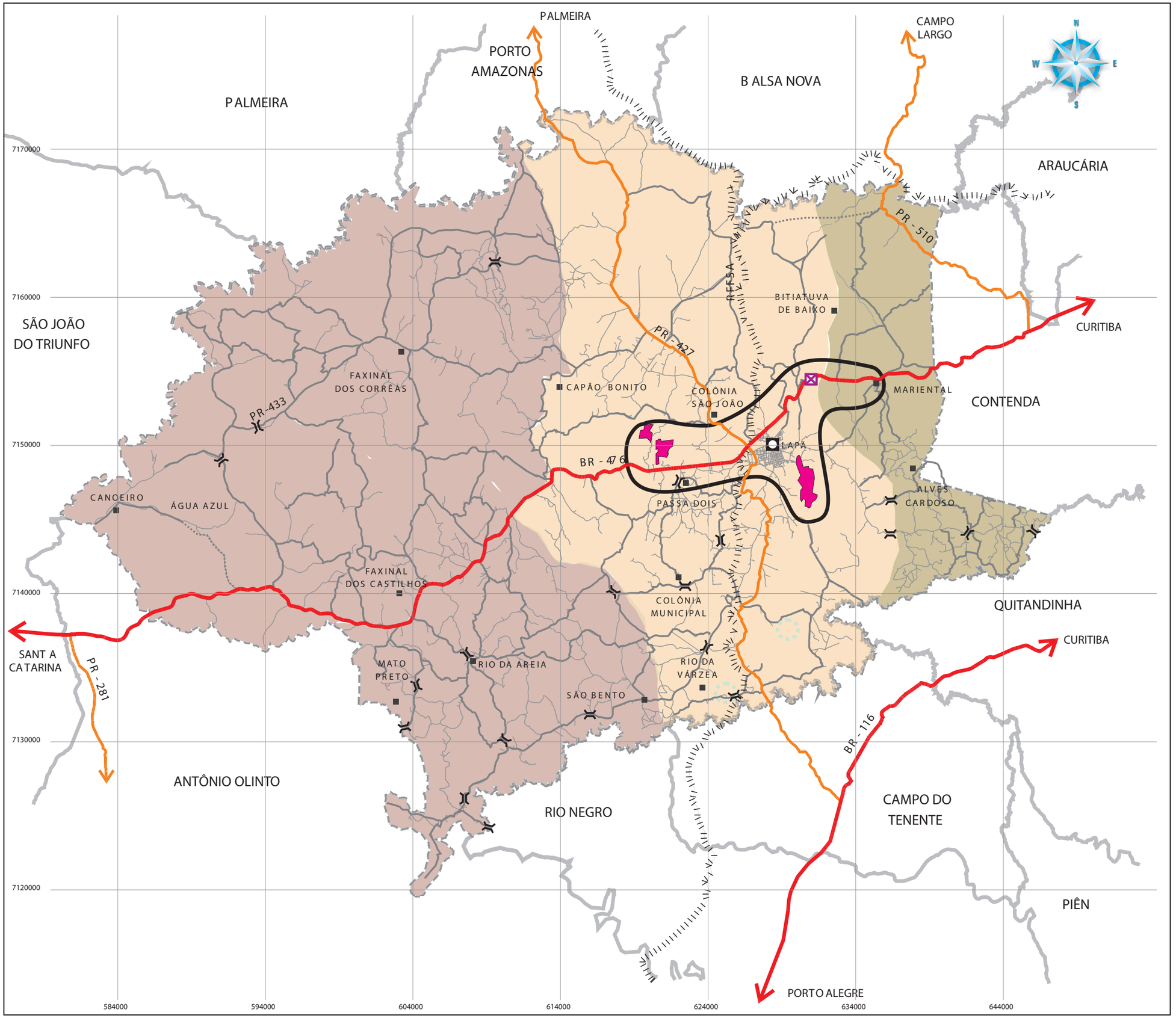
PARCODELLAVALDORCIA (2011c) – Disponível em: < http://parcodellavaldorcia.com/images/foto/fotocatalogo/calcare.jpg > Acesso em: 27.maio.2011

WIKIMEDIA (2011a) – Disponível em: < http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5c/Ambrogio_lorenzetti%2C_effetti_del_cattivo_governo%2C_siena%2C_palazzo_pubblico%2C_1337-1340.jpg > Acesso em: 28.maio.2011

WIKIMEDIA (2011b) – Disponível em: < http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5c/Ambrogio_lorenzetti%2C_effetti_del_cattivo_governo%2C_siena%2C_palazzo_pubblico%2C_1337-1340.jpg > Acesso em: 28.maio.2011

WOLGADEUTSCHE (2011a) – Disponível em: < http://wolgadeutsche.ru/litzenberger/urbach/IMG_4268.jpg > Acesso em: 06.maio.2011

WOLGADEUTSCHE (2011b) – Disponível em: < http://wolgadeutsche.ru/eugen/img/Galka.jpg > Acesso em: 06.maio.2011



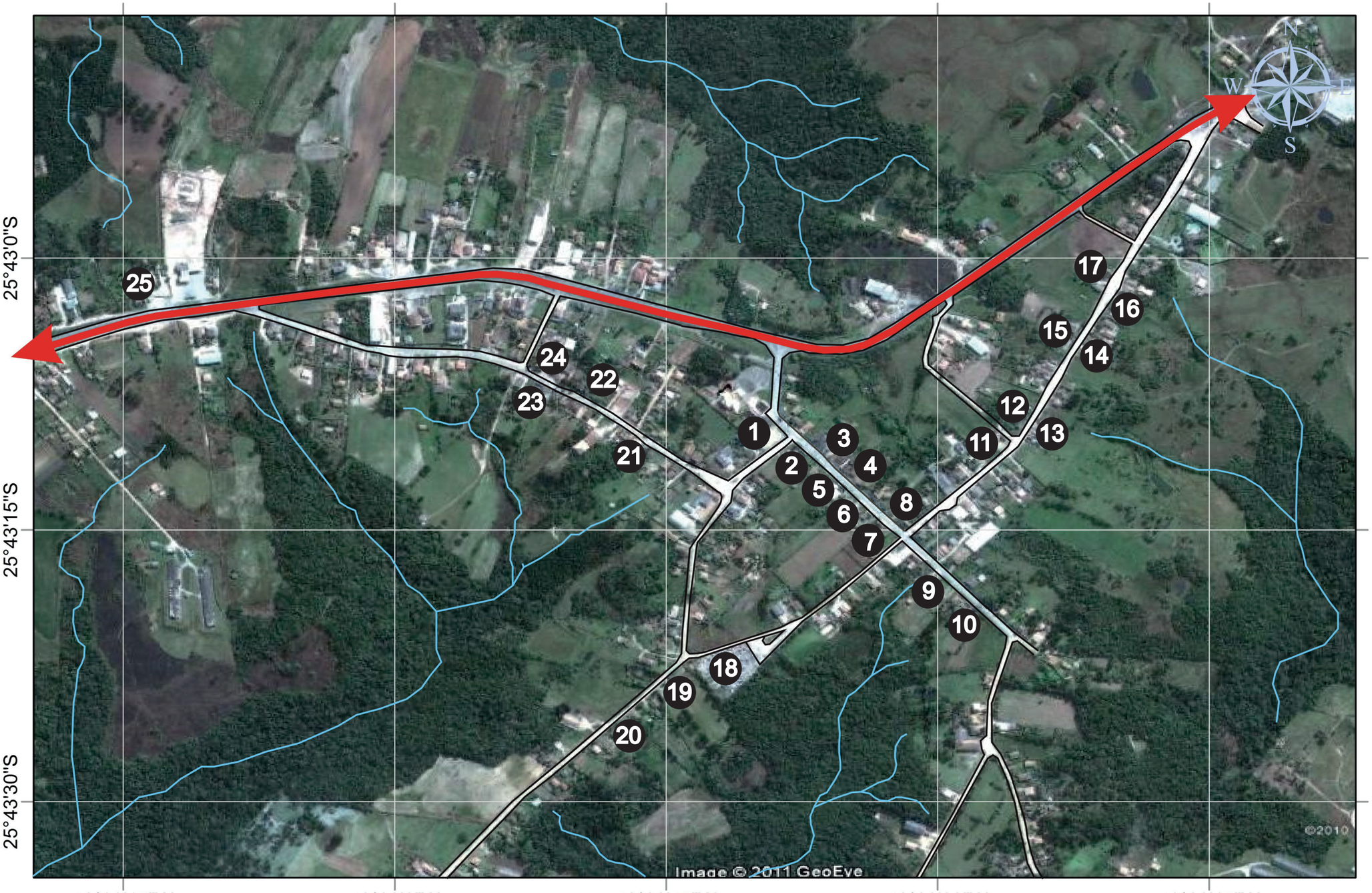
LEGENDA

- DISTRITO DE MARIENTAL
- DISTRITO LAPA (SEDE)
- DISTRITO DE ÁGUA AZUL
- ÁREA DE INTERFERÊNCIA URBANA DEFINIDA NO PLANO DIRETOR 2003
- SEDE
- OUTRAS LOCALIDADE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- ESTRADAS VICINAIS
- FERROVIA
- LIMITE MUNICÍPIO
- LIMITE MUNICÍPIOS VIZINHOS
- PONTE
- PARQUE DO MONGE E PASSA DOIS
- PEDÁGIO

ESCALA GRÁFICA
2,5 km 5 km 7,5 km 10 km

FONTE:
ADAPTADO PELA AUTORA A PARTIR DO
MAPA DE ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO
DO PLANO DIRETOR DE 2003 ELABORADO POR VERTRAG
PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

FIGURA 4.1
ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO



LEGENDA

00 NUMERAÇÃO DOS LOTES

RODOVIA FEDERAL

CORPOS D'ÁGUA

0 90 180 270 360 m

FONTE:
A autora (2011)

FIGURA 4.35
LOTES INVENTARIADOS
MARIENTAL - LAPA, PR